

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**O PENSAMENTO CRÍTICO EM TENSÃO COM A CULTURA
MERCANTILIZADA – UMA EXPRESSÃO ROMÂNTICA NO
EXERCÍCIO DA EDUCAÇÃO**

ANDREA ZAIA PERIN

PIRACICABA, SP

2007

O PENSAMENTO CRÍTICO EM TENSÃO COM A CULTURA MERCANTILIZADA – UMA EXPRESSÃO ROMÂNTICA NO EXERCÍCIO DA EDUCAÇÃO

ANDREA ZAIA PERIN

Orientador: Prof. Dr. Bruno Pucci

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

PIRACICABA, SP

2007

Perin, Andrea Zaia

O pensamento crítico em tensão com a cultura mercantilizada – uma expressão romântica no exercício da educação. Piracicaba, 2007.120p.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Pucci
Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação –
Universidade Metodista de Piracicaba

1-Romantismo 2-Teoria Crítica 3-Educação

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bruno Pucci (orientador) –
UNIMEP

Prof^a. Dr^a. Josiane Maria de Souza –
UNIMEP

Prof. Dr. Luiz Hermenegildo Fabiano –
Universidade Estadual de Maringá

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Bruno Pucci, que me incentivou a iniciar este caminho, quando em 2004 me convidou a participar dos encontros da disciplina “Teoria Crítica e Educação”, depositando confiança e norteando minhas elucubrações. Obrigada por tudo, principalmente pela afinidade na elaboração e conclusão de algo muito importante para mim!

A meu pai e mãe que sempre incentivaram o “caminho dos estudos” na nossa (minha e de minhas irmãs) formação. Enfim, obrigada por apoiarem minhas decisões e oportunizarem este momento! Às minhas irmãs, Cris e Vivi, nas conversas informais sobre os problemas vividos e sobre as transformações geradas com pequenas mudanças no cotidiano. Ao meu cunhado, Winter, por ter me ajudado no “último fôlego”!

A meu querido companheiro, Rogério, ao me “apresentar” os estudos da Teoria Crítica, juntamente com sua “biblioteca”, e por ter instigado minhas reflexões com a importância de sua “pedagogia negativa”! Obrigada em todos os momentos pela compreensão e carinho!

À Karina C. Pires, pela preciosa amizade, pelas deliciosas conversas nos cafés e nos almoços e especialmente pela força e companheirismo em todos os momentos deste percurso! À Naê P. Rodrigues Desuó, grande amiga que me auxiliou em vários questionamentos, tanto sobre os estudos quanto sobre a vida! E a Dani L. por suas idéias surpreendentes!

A questão do tempo livre: o que as pessoas fazem com ele, que chances eventualmente oferece o seu desenvolvimento, não pode ser formulada em generalidade abstrata. A expressão, de origem recente, aliás – antes se dizia ócio, e, portanto, algo qualitativamente distinto e muito mais grato, mesmo desde o ponto de vista do conteúdo -, aponta a uma diferença específica que o distingue do tempo não livre, aquele que é preenchido pelo trabalho e, poderíamos acrescentar, na verdade, determinado desde fora. O tempo livre é acorrentado ao seu oposto. Esta oposição, a relação em que ela se apresenta, imprime-lhe traços essenciais. Além do mais, muito mais fundamentalmente, o tempo livre dependerá da situação geral da sociedade. Mas esta, agora como antes, mantém as pessoas sob um fascínio. Nem em seu trabalho, nem em sua consciência dispõem de si mesmas com real liberdade (...) a existência que a sociedade impõe às pessoas não se identifica com o que as pessoas são ou poderiam ser em si mesmas. Decerto, não se pode traçar uma divisão tão simples entre as pessoas em si e seus assim chamados papéis sociais. Estes penetram profundamente nas próprias características das pessoas, em sua constituição íntima. Numa época de integração social sem precedentes, fica difícil estabelecer, de forma geral, o que resta nas pessoas, além do determinado pelas funções. Isto pesa muito sobre a questão do tempo livre. Não significa menos do que, mesmo onde o encantamento se atenua e as pessoas estão ao menos subjetivamente convictas de que agem por vontade própria, essa vontade é modelada por aquilo de que desejam estar livres fora do horário de trabalho (...). No estado de letargia culmina um momento decisivo do tempo livre nas condições atuais: o tédio (...). O tédio existe em função da vida sob a coação do trabalho e sob a rigorosa divisão do trabalho. Não teria que existir. Sempre que a conduta no tempo livre é verdadeiramente autônoma, determinada pelas próprias pessoas enquanto seres livres, é difícil que se instale o tédio; tampouco ali onde elas perseguem seu anseio de felicidade, ou onde sua atividade no tempo livre é racional em si mesma, como algo em si pleno de sentido. O próprio bobear (Blödeln) não precisa ser obtuso, podendo ser beatificamente desfrutado como dispensa dos autocontroles. Se as pessoas pudessem decidir sobre si mesmas e sobre suas vidas, se não estivessem encerradas no sempre-igual, então não se entediariam. Tédio é o reflexo do cinza objetivo (...) Em íntima relação com o tédio está o sentimento, justificado ou neurótico, de impotência: tédio é o desespero objetivo. Mas, ao mesmo tempo, também a expressão de deformações que a constituição global da sociedade produz nas pessoas. A mais importante, sem dúvida, é a detração da fantasia e seu atrofiamento (...).

RESUMO

A pesquisa atenta-se para o problema do pensamento não reflexivo individual na contemporaneidade, delatando com isso a manipulação das mentes, dos sentidos e significados discursivos, comandados pelo poder abrangente da indústria cultural que, no entanto, deriva de um processo histórico de amortização da subjetividade, como forma de alienação dos sujeitos diante da cultura do sistema capitalista. Todo o desenvolvimento do trabalho visa provocar esta cultura “mercantilizada” na apropriação das vidas e valores humanos pelo cotidiano repetitivo e neutralizador do pensamento crítico, que “formata” os homens para o mercado consumidor. Por isso, o foco se fecha no indivíduo (“pensante”) como resgate de sua natureza inventiva e reflexiva, comparando-o simbolicamente com o “ser romântico”, que expressou sua interpretação anticapitalista de forma esclarecedora; oportunizando mudanças individuais na maneira de se relacionar com os ditames do meio social, político, econômico e cultural. A relação feita com o movimento romântico, neste estudo, intenciona dar significado ou suporte histórico ao conceito da crítica cultural estruturada pela filosofia frankfurtiana e, para tanto, autores da Teoria Crítica e do Romantismo filosófico, em conjunto com outros teóricos, dialogam sobre os problemas levantados referentes à imposição da razão instrumental e do poder do capital invadindo as mentes e impondo formas de relacionamentos no *ethos* moderno. A metodologia usada, com a elaboração de textos na forma ensaio, expressa a capacidade criativa do pensamento como linguagem liberta de formalidades que condicionam a reflexão, pois as averiguações feitas neste processo cognitivo possibilitam criar um “estado de alerta” no indivíduo como resgate de sua subjetividade na crítica à realidade mecanicista. Com isso, os ensaios propõem questionamentos sobre a ética, a estética, as características do Romantismo como movimento contestador, a “administração” dos sentidos na vida modernizada, a manipulação dos conceitos e das aparências pela mídia, a apropriação das produções artísticas pelo mercado - bem como a consagração do kitsch como ornamento artístico de requinte - a crítica à sociedade mercantilizada e, por fim, o despertar do sujeito criativo com a autoconsciência adquirida por todo este processo, reivindicando a possibilidade de sua autoformação. É importante esclarecer que este estudo não se limita a dar respostas determinantes, mas, sobretudo a levantar concepções distintas na forma de apropriação do conhecimento por uma sociedade que se julga “esclarecida” e “emancipada”. Há, contudo antinomias visíveis diante da “indústria da mentira”, cuja finalidade é alavancar as vendas, propagando o conceito de “felicidade” e “liberdade de escolha”, como sinônimo de satisfação pessoal na aquisição de um bem de consumo. Esta situação traz *status* para o sujeito “administrado” na cultura mercantilizada, sendo favorecida pela falta de auto-reflexão crítica, que se configura como não liberdade do pensamento individual na ponderação sobre uma sociedade “pseudodemocrática”.

PALAVRAS CHAVE: Romantismo -Teoria Crítica - Educação

Abstract

This research considers the problem of the individual not reflexive thought in the contemporary nature, reporting with that the manipulation of the minds, of the sense and meanings of the discourses, commanded by the comprehensive power of the cultural industry that, however, drifts of a historical trial of amortization of the subjectivity, as forms of alienation of the subjects before the culture of the system capitalist. All the development of this work is going to provoke the mercantile culture in the appropriation of the lives and human values by the routine repetitive and neutralizing of the thought critic, that "formats" the men for the market consumer. By that, the focus itself dates in the individual ("thinking") as rescue of his reflexive and inventive nature, comparing him of the symbolic form with the "romantic creature", that expressed its interpretation anticapitalist of enlightening form; it promoting individual changes in the way of be related with the dictates of the cultural, economic, political, and social environment. The relation made with the romantic movement, in this study, is going to give meaning or historical support to the concept of the critical cultural structured by the philosophy frankfurtiana and, for so much, authors of the Critical Theory and of the philosophical Romance, in assembly with others theoretical, talk about the problems raised regarding the imposition of the instrumental reason and of the power of the capital invading the minds and imposing forms of the relations in the modern "ethos". The methodology used, with the elaboration of texts in the form rehearsal, express the creative capacity of the thought as liberated language of formalities that condition the reflection, therefore the inquiries made in this trial cognitional are going to create a "state of alert" in the individual like rescue of his subjectivity in the critical to the mechanic reality. With that, the rehearsals propose questionings about the ethics, the esthetics, the characteristics of the Romanticism as subversive movement, to "administration" of the sense in the modernized life, the manipulation of the concepts and of the appearances by the media, the appropriation of the artistic outputs by the market - like well as the acclamation of the kitsch as artistic ornament of refinement - to critical to the mercantile society and, finally, the by all this trial, claiming the possibility of its autoformation. It is important clear that this study is not limited to give determinant answers, but, especially it raises distinct conceptions in the form of appropriation of the knowledge by a society that itself judges "cleared" and "emancipated". There is, however contradictions visible before of the "industry of the lie", whose purpose is going to leverage the sales, spreading the concept of "happiness" and "liberty of choice", as synonym of personal satisfaction in the acquisition of a well of consumption. This situation brings status for the subject "administered" in the mercantile culture, being a beneficiary by the absence of critical auto-reflection, that itself configures as not liberty of the individual thought in the thought about a society "pseudodemocratic".

KEY WORDS: Romanticism -Theory Critical - Education

SUMÁRIO

1. Introdução.....	11
2. Desassossego da morada contemporânea.....	24
3. Ensaio sobre os sentidos.....	32
4. Sobre o Romantismo... ..	42
5. A estética da vida civilizada: da reflexão Estética à crítica romântica.....	57
6. Vida civilizada parte II: a “administração” dos sentidos.....	72
6.1 A arte, o espetáculo e a vida.....	81
7. Apreciação crítica da sociedade “mercantilizada”.....	89
8. Educação: o pensamento crítico como resgate do “ser romântico”.....	100
9. Referências bibliográficas.....	116

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Brasil”.

“O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil”.

1. Introdução

A relevância desta pesquisa está na possibilidade do pensamento particular tornar-se autônomo num exercício de auto-reflexão, instigado pelas idéias frankfurtianas como oposição crítica ao poder vigente - uma não conformidade com as questões que regem a sociedade de consumo submetida à padronização dos gostos e comportamentos pela mídia e razão tecnológica (cultura mercantilizada) - provocando um estado de alerta no indivíduo, deixando fluir formas de sensibilização na leitura deste para com o mundo atual.

Resistência à atualidade delatando um profundo sentimento de insatisfação ou desapego para com a realidade exterior, espírito de rebeldia, liberdade criadora, valorização da subjetividade individual numa busca de autoconhecimento, com o exercício da reflexão e a expressão do sentimento irracional-misterioso, em oposição à racionalidade neoclássica, são algumas características românticas que por analogia podem se referir ao pensamento crítico atual, através de estudos e diálogos com a Teoria Crítica da Sociedade da “Escola de Frankfurt”¹.

Assim, a partir do exercício da reflexão estes estudos podem proporcionar uma forma de pensar diferente daquela instigada pelo senso comum, com as informações propagadas velozmente pela tecnologia, cogitando-se criar uma

¹ Teoria Crítica da Sociedade: “O Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, fundado em 1923, começou a se tornar influente oito anos mais tarde, quando sua direção foi entregue ao filósofo Max Horkheimer. O coletivo reunido à sua volta decidiu então elaborar um programa de pesquisa social interdisciplinar, estruturado para servir de base a uma teoria crítica da sociedade (...) o trabalho encetado construiu ao longo dos anos um conjunto de idéias que, no transcurso dos anos 60, permitiu que se passasse a falar em uma Escola de Frankfurt. (...).

Nos anos 40, os fundamentos da teoria crítica da sociedade desenvolvida pelos frankfurtianos transladaram-se do materialismo histórico para uma filosofia crítica da história. O programa original supunha uma unidade entre pesquisa social, análise crítica e ação revolucionária. As transformações no capitalismo e a experiência totalitária levaram os autores a abandonar essa idéia e, em seu lugar, a empreender uma hermenêutica radical da modernidade, em cujo contexto acabaram criando a citada disciplina, devedora sobretudo das idéias de Theodor Adorno” (RÜDIGER, 2002, p. 15-16).

autonomia no processo individual de recepção e raciocínio sobre a sistematização do conhecimento disseminado na cultura “globalizada” – isto se refere a questões de ordem política, econômica, educacional, ética, estética, ou seja, questões que regem a sociedade contemporânea através dos “sentidos” determinados pelos veículos de comunicação de massa, como colaboração na apropriação do poder capital sobre as relações humanas na vida em sociedade.

A intenção, portanto, é provocar o pensamento crítico como forma de desalienação no resgate do sujeito criativo e consciente de seus atributos e peculiaridades. A partir de um encontro com a Teoria Crítica um estudo sobre a sociedade atual levantará pontos relativos à manipulação das aparências pela mídia tecnológica, referindo-se à indústria cultural que educa para o consumo desenfreado, para a padronização dos gostos, para a “fruição” artística descompromissada em uma cultura facilitada (do entretenimento e do kitsch²), com fortes apelos aos valores mercadológicos, e para ideologias de não contestação.

Relacionar a essência do Romantismo a características intrínsecas aos seres humanos intenta expressar valores qualitativos em oposição aos quantitativos do capitalismo, pois a educação/formação adequada ao crescimento espiritual é uma forma de resistência, na atualidade, à opressão da sociedade administrada. Com a descoberta do “pensamento revelador” a autonomia do sujeito em sua educação refere-se, portanto, à sua autoformação: consciente e crítica.

Tal acepção é muito simplista, mas sugere uma possível relação entre o Romantismo e o pensamento crítico como forma de o homem contemporâneo resgatar o humano que está cada vez mais atrelado aos bens de consumo

² Conceito este que será explicado e desenvolvido em outro texto (“Vida civilizada parte II: a ‘administração’ dos sentidos).

tecnológico, acarretando num sistema de vida “virtual” e, conseqüentemente, “não natural”.

Trata-se do “aflorar” da subjetividade no exercício de reconhecimento do mundo, dentro necessariamente de uma cultura mercantilizada, e sendo assim neste estudo o ser humano enquanto “indivíduo pensante”, autoconsciente e reflexivo, será qualificado em determinados momentos de “ser romântico”, como analogia a uma natureza sensível, poética, crítica e consciente, contida no processo de modernização com a mecanização, quantificação e reificação da humanidade³. São características humanas negligenciadas na consolidação do sistema capitalista culminando numa dessensibilização do sujeito para com o *ethos* na sociedade contemporânea.

Destarte, a afinidade entre o Romantismo e as idéias frankfurtianas se dá na consciência crítica à modernidade capitalista (tecnológica), como necessidade de serem restituídos na prática da vida valores humanos essenciais à criação e conseqüentemente ao enobrecimento do espírito e do intelecto, com o pensamento próprio que reflete sobre si mesmo (dialético).

Vale lembrar, num exercício de hermenêutica, que a criação é o atributo humano que melhor exemplifica a liberdade de existência individual, pois valoriza a subjetividade particular a se expressar como forma autônoma de autoconhecimento e desenvolvimento perante a realidade concreta, configurando-se como uma exploração do mundo pessoal liberto de imposições formais que possam inibir a capacidade criadora.

³ Sobretudo esta afirmação refere-se à grande maioria da sociedade atual, a massa consumidora, que é condicionada a uma vida repetitiva, veloz, banal, irracional e sem apelo à “contemplação” (com o ócio) do pensamento que se pensa - como veremos a seguir no desdobrar dos textos.

Para tanto, é importante questionar os valores sociais e econômicos atuais, que facilitam a propagação da racionalidade técnica como forma de progresso, o qual (o progresso) repele o pensamento crítico do indivíduo como resistência. Percebemos que não há espaço, e nem tempo, para se pensar em filosofia, em Romantismo, em educação emancipatória numa sociedade que aceita sem reservas o pensamento objetivo que aniquila a subjetividade existente nas relações de poder.

Isto acontece principalmente devido às forças reacionárias (iniciadas com o pensamento) serem minadas com o discurso democrático atual, que supostamente “garante” a autonomia do sujeito no mundo “administrado”, ludibriando, contudo, a possibilidade de emancipação a partir do esclarecimento – ou conhecimento.

Há conseqüentemente uma necessidade em se repensar historicamente o indivíduo enquanto um ser curioso e questionador em sua essência (em detrimento à conformidade com o sistema), capaz de liberar sua natureza fantasiosa incentivadora do imaginativo para expressar suas criações referindo-se, portanto, aos românticos.

No entanto, a essência desse movimento (romântico) é a crítica levantada à sociedade capitalista-industrial moderna que suplantou as qualidades humanas e naturais com os valores do mercado, de acordo com os desígnios dos lucros e benefícios para o sistema (mercantilista por princípio) - cuja idéia central era a crença no progresso trazendo melhorias para a civilização.

Por isso, como conteúdo semântico estudado nesta pesquisa, o Romantismo filosófico referido em todas as reflexões surgidas no diálogo com a Teoria Crítica, será aquele conceituado por Löwy e Sayre no livro “Revolta e Melancolia” (1995), como “visão de mundo” (“estrutura mental coletiva”) que se constitui como “crítica da

modernidade” – conceito este que será mais bem detalhado no decorrer de alguns textos.

Como idéia genérica percebe-se que um julgamento feito sobre o Romantismo é que se refere a uma forma de manifestação do pensamento e sentimento do homem em oposição à racionalidade neoclássica, que salientava um modo de vida cujas relações e “criações” tinham uma finalidade prática e objetiva; porém esta idéia trata apenas de uma característica, não exprimindo o “cerne” do movimento. Do mesmo modo, como atributo, podemos observar que há uma concepção dialética na proposta do movimento romântico, porque de acordo com ARGAN (1998, p.14):

Entre outros motivos que poderíamos chamar de fim do ciclo clássico e início do romântico ou moderno (e mesmo contemporâneo, porque chega até nós), destaca-se a transformação das tecnologias e da organização da produção econômica, com todas as conseqüências que comporta na ordem social e política.

Assim, dentro desta nova atmosfera cultural “conflitante” do intelectual ou artista burguês, que repudiava a própria burguesia, nasceu o sentimento romântico num processo contraditório, pois seria necessário não ceder às transformações ocorridas com a instauração de uma “cultura mercantilizada”; mas o que fazer perante a consolidação do capitalismo transformando a arte e o pensamento em mercadoria?

Há uma proximidade com a época presente no que se refere ao fazer artístico e ao pensamento filosófico (autônomo), ambos intrinsecamente relacionados ao mercado que propaga a idéia popular de liberdade de escolhas por parte do consumidor. Vivemos uma ilusão coletiva de ascensão (ou esclarecimento) devido à dimensão da racionalidade técnica como sinônimo de progresso.

Através de um pensamento dialético, uma forma de resgate das proposições do Romantismo seria aprofundar os conceitos da Teoria Crítica numa educação calcada em princípios filosóficos e artísticos apropriados a reordenarem o pensamento reflexivo do indivíduo. Assim, a liberdade criativa poderá fluir de maneira a promover uma maior consciência da situação atual referente ao mundo virtual-tecnológico e todas as suas implicações no aniquilamento do humano enquanto ser repleto de experiências emocionais e sensoriais “reais” – não contaminadas ou manipuladas pela indústria cultural.

Desenvolver condições para se trabalhar estas questões aprofundadas na formação do indivíduo-educador poderá despertar o pensamento crítico na atuação daqueles comprometidos com a educação atual, referindo-se ao “ser romântico” (indivíduo consciente e crítico) capaz de liberar sua essência particular reflexiva na interação com o meio.

Esta pesquisa teórica primeiramente foi motivada por uma situação real/concreta sobre uma análise pessoal feita perante as condições de trabalho na educação. Como educadora durante um período de cinco anos (1999 a 2004) na rede pública e particular de ensino de Piracicaba-SP, observei a alienação da minha prática na realidade dos fatos a partir da aceleração do exercício da vida hipermoderna⁴.

Referente à minha atuação ficou evidente a falta de iniciativas criativas devido às repetitivas ações não permitirem tempo para maiores questionamentos, causando certo desconforto perante as situações impostas pelo mercado educacional, seja na reprodução do sistema tecnológico (como material altamente qualificado, mas que na prática não se revelou dessa maneira), seja na imposição de estudos kitsch

⁴ Hipermodernidade – termo utilizado por *Lipovetsky*, professor de filosofia na Universidade de *Grenoble*, França, extraído do texto de *Vannuchi* (2004): “A sociedade do excesso”.

através da mídia sobre a pedagogia atual concernente às discussões nos HTPC⁵ do Estado ou reuniões pedagógicas das escolas particulares.

Nestas condições, tornou-se visível que a falta de senso crítico camufla a idéia programada em liberdade de escolha, fomentando ainda mais a opressão do ser humano pela não consciência da realidade. Posto isso, é possível identificar que a determinação da indústria cultural nas relações humanas configura-se como formação de uma sociedade frenética, ativa e consumidora de um conhecimento, que na prática esgota ou liquida a subjetividade pela força do pensamento não reflexivo e crítico.

O que ocorre é um forte “impulso social” que incita o sujeito a manter-se ativo no consumo dentro de uma sociedade tecnológica como forma de reconhecimento, “atropelando” necessariamente a liberdade do indivíduo na escolha de seu percurso – a competição do mercado induz diretamente a tal situação, pois o “melhor caminho” a se ser seguido nem sempre é o “ideal” para cada um na realização e satisfação pessoal.

A condição de uma educação com qualidade é a propagação de práticas educativas que visem à superação do modelo vigente, viabilizando uma formação adequada a fim de que a consciência crítica esteja entrelaçada na aquisição do conhecimento e na valorização da subjetividade como relações espontâneas não mediadas pelo poder – no caso, de acordo com o mote levantado pelo “viés” da Teoria Crítica, a tecnologia e a mídia, propagadoras da indústria cultural, do pensamento “administrado”, da escolha determinada etc.

A Teoria Crítica considera as questões determinadas pelo poder do capital na imposição das informações, da razão objetiva que comanda o sistema de vida e autores como *Adorno, Horkheimer, Türcke, Löwy, Sayre, Argan, Rüdiger, Moles,*

⁵ Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo.

Steiner, Goethe, Baudelaire, entre outros, serão importantes fontes para este trabalho de pesquisa, abordando questões pertinentes sobre a indústria cultural, a tecnologia, a sociedade de consumo, o kitsch, o Romantismo, a ética, a estética e a falta de senso crítico no *ethos* contemporâneo, incluindo a educação.

Portanto, a filosofia da Teoria Crítica é o eixo orientador no diálogo com todas as questões abordadas na pesquisa e o “indivíduo” enquanto ser diferenciado por suas peculiaridades será o motivo central desse estudo para se questionar o cerne de dominação responsável por extinguir as possibilidades de emancipação do pensamento reflexivo na sociedade presente.

O ensaio é a forma utilizada neste estudo com a apresentação de textos como possibilidade de dar vazão à criatividade no encontro com as reflexões e está em concordância com a metodologia estruturada pela Teoria Crítica, já que permite a concepção teórica a partir de uma escrita pessoal dialogando com um pensar filosófico e científico. De acordo com RAMOS-DE-OLIVEIRA (2001, p.53):

Se o ensaio traz este contorno de liberdade, rebeldia e heresia, torna-se arma poderosa para combater traços perversos da formação social germânica, traços que explodiram como barbárie no século XX. O ensaio harmoniza-se com as tendências mais íntimas do estilo adorniano de reflexão: é feito com espírito sistemático e rigoroso mas não se fecha num sistema. Atreve-se a pensar além do que já está pensado, abrindo janelas para o novo e o insuspeitado.

Assim, a composição das idéias (e sua forma de apresentação) evidencia-se como algo essencial nas descobertas feitas num trabalho de pesquisa, proporcionando meios para a subjetividade entrelaçar-se com o conhecimento como suporte narrativo, o que contribui para o desenvolvimento cognitivo na formação de um educador. Desta maneira, a educação sintoniza-se com a revelação do pensamento consciente na crítica à “domesticação” das sensações e dos sentidos.

Em suas escritas ensaísticas, ADORNO (2003, p.33) exprime seu sentimento de desabafo perante o raciocínio positivista e cartesiano na construção de teorias fundamentadas na razão lógica para compreensão do conhecimento e da ordem das coisas no mundo:

Contraopondo-se ao *convenu* da inteligibilidade, da representação da verdade como um conjunto de efeitos, o ensaio obriga a pensar a coisa, desde o primeiro passo, com a complexidade que lhe é própria, tornando-se um corretivo daquele primitivismo obtuso, que sempre acompanha a *ratio* corrente. Se a ciência, falseando segundo seu costume, reduz a modelos simplificadoros as dificuldades e complexidades de uma realidade antagônica e monadologicamente cindida, diferenciando posteriormente esses modelos por meio de um pretenso material, então o ensaio abala a ilusão desse mundo simples, lógico até em seus fundamentos, uma ilusão que se presta comodamente à defesa do *status quo*. O caráter diferenciado do ensaio não é nenhum acréscimo, mas sim o seu meio (...).

O primeiro texto apresentado é “Desassossego da morada contemporânea” referindo-se à ética, numa análise histórica, pretendendo comparar o significado desse vocábulo na época de Aristóteles (385 a.C.) e sua variação na atualidade como suporte narrativo para se questionar a capacidade reflexiva do pensamento e das ações dos sujeitos conduzidos em uma sociedade falsamente esclarecida e democrática. Atenta-se que o valor de troca excede até mesmo qualquer significado “autêntico” (real, verdadeiro) das palavras (no caso, a ética) que também se transformaram em “objetos” manipuláveis pelo mercado de acordo com os interesses ou lucros para o poder capital dominante.

A seguir o texto “Ensaio sobre os sentidos” levanta questões sobre o problema cogitado neste estudo: a falta de reflexão do indivíduo e seu pensamento crítico inibindo o processo de emancipação através do desenvolvimento do sujeito criativo e autoconsciente, sobretudo com a percepção sobre as mazelas ocorridas com a indústria cultural na atualidade da sociedade administrada - contudo, este assunto será pensado durante todo o processo narrativo do trabalho.

É uma alusão à falta de tempo livre para que o pensamento possa exercer seu poder de reflexão⁶. E com isso levantar os conceitos artístico, filosófico e histórico do “ser romântico” como um suporte teórico na recusa da aceitação passiva da hodierna objetividade programada.

“Sobre o Romantismo” é um ensaio a respeito da gênese das idéias românticas como reflexão sobre o motivo central que propiciou a expressão artística e filosófica desse movimento (em meados do século XVIII), reconhecidamente importante como avanço na história do conhecimento e da descoberta do indivíduo auto-reflexivo.

A questão filosófica colocada a seguir é verificar se com o progresso material e intelectual houve também uma evolução de caráter sensível e especulador da “alma humana” referente às descobertas e crescimento próprios do indivíduo (com a evolução de seu pensar) em suas experiências vividas, ou melhor, em seu aprendizado e sua constituição.

Para isso, o texto “A estética da vida civilizada: da reflexão Estética à crítica romântica”, trabalha na averiguação das condições históricas que permitiram uma reflexão sobre a feitura das obras de arte, com a ciência Estética, como desenvolvimento intelectual que permitiu o surgimento de uma teoria para se pensar nas relações da estética com a vida civilizada. Com isso, torna-se indispensável colocar a questão do mercado que modificou a percepção do indivíduo no processo de fruição/recepção de uma obra de arte dialogando, portanto com a crítica romântica.

⁶ É importante ressaltar que se trata de uma afirmação generalizada devido à discrepância na existência entre as “mentes pensantes” e as consumidoras das ofertas, entre elas (as ofertas) o próprio conhecimento.

Este ensaio é uma menção à evolução do pensamento crítico “entrelaçado” com a sensibilidade estética na compreensão sobre os problemas existentes no meio material e cultural, evoluído historicamente, referindo-se, dessa forma, à educação do próprio pensar como forma autônoma de criação (com “o pensar do pensar” mostrado pelos românticos – como poderá ser observado) do indivíduo, configurando-se como possibilidade de sua autoformação.

No texto “Vida civilizada parte II: a ‘administração’ dos sentidos”, o mote levantado é sugerido pelo texto anterior referente ao desdobramento da moderna sociedade civilizada na condução do pensamento e das interpretações sobre o meio social, cultural e econômico.

Verifica-se, contudo, que certas habilidades humanas ligadas ao desenvolvimento do intelecto foram condicionadas a receber as informações propagadas pela mídia tecnológica, sem reflexões próprias do indivíduo apropriadas a questionarem a dominação do imaginário e dos sentidos pelo discurso absolutista da indústria cultural.

A sobreposição de valores racionalizados, quantificadores e burocráticos delata a “regressão das massas” evidenciada com a educação burguesa, conferindo sobretudo o caráter de pseudoformação a uma sociedade supostamente “esclarecida”, entretanto despolitizada, conformista e acrítica regida pelo “excesso das sensações e do entretenimento”, incluindo a consagração da cultura do kitsch.

“Apreciação crítica da sociedade mercantilizada” é o texto apresentado a seguir, com o intento em confrontar as “verdades” impostas pela mídia, as quais inculcam desejos e formam/manipulam opiniões através da generalizante idéia de uma sociedade bem informada e, portanto, bem “ativa” no que se refere ao consumo do conhecimento e do entretenimento – enfim, apresenta-se um embate entre o

pensamento crítico questionando a cultura atual pelo pensamento dialético da Teoria Crítica que coloca a questão do “indivíduo” não evoluído com a formação contemporânea.

Uma sociedade despolitizada e conformista, sem o exercício do pensamento crítico (que não tem condições de ler as “entrelinhas” do discurso capitalista tecnológico, que determina a forma de vivência e, destarte, as experiências), contribui para a instauração dessa cultura mercantilizada que necessariamente não visa a formação emancipada dos indivíduos, mantendo-os apenas “anestesiados” com a crença na liberdade do “poder” de escolha na vida modernizada.

Deste modo o significado do “ser romântico”, na atualidade, refere-se a uma reflexão pessoal consciente sobre a ilusão de que com a democracia os homens adquiriram autonomia sobre seus destinos, especialmente com as inúmeras alternativas possíveis dentro do sistema mercantilista – o que sugere a falta de liberdade por serem todos manipulados de modo astuto dentro de um mesmo lugar: o mercado consumidor.

No texto final, “Educação: o pensamento crítico como resgate do ‘ser romântico’”, pretende-se considerar a possibilidade do pensar auto-reflexivo expressar a criatividade com o exercício educativo da crítica e filosofia romântica.

Para pensar na relação entre o pensamento crítico e a expressão da subjetividade humana é necessário elaborar uma linha de pesquisa que contemple as questões referentes à racionalidade (tecnológica) do capitalismo contemporâneo inerente ao nosso modo de vida que elimina (ou contamina) a essência do “indivíduo”, enquanto ser peculiar pensante, promovendo uma “ausência” de auto-reflexão.

Assim, de acordo com a proposta iniciada neste estudo, a possibilidade do pensamento tornar-se autônomo está no fato da expressão subjetiva dialogar com o pensamento científico, referindo-se a uma prática voltada para a busca da reflexão como inspiração ao ato de pesquisar (com a forma ensaio), conferindo formação ao sujeito através do pensamento que se pensa (pensamento dialético).

Destarte, esta pesquisa visa re-significar o conceito de educação através da valorização da consciência crítica (romântica) individual, responsável pela autoformação do indivíduo educador. Com o desenvolvimento auto-reflexivo, o indivíduo torna-se um ser consciente diante das mazelas da cultura mercantilizada e das barbáries ocorridas dentro da sociedade civilizada, propiciando maior entendimento sobre os discursos democráticos com as determinações do capital e da indústria cultural.

Segundo ADORNO (1995, p. 106), a “inconsciência é o que se precisa combater; é necessário dissuadir as pessoas de saírem golpeando sem refletir sobre si mesmas. A educação só teria algum sentido como educação para uma auto-reflexão crítica”. Assim, com os estudos feitos, há maior possibilidade de ocorrer o resgate da sensibilização do ser humano na construção de uma realidade diferenciada e por isso mesmo distinta relativa à subjetividade escamoteada pela formação civilizada burguesa.

2. Desassossego da morada contemporânea

A palavra ética tem como significado na concepção de Aristóteles (385 a.C.) um discurso racional sobre a morada (*ethos*) como local em que vivia o homem, enquanto espaço físico, e todas as relações importantes no convívio dele com o coletivo, referindo-se à cultura e não à natureza - é importante pensar na cultura expressa através de um senso normativo que direciona a maneira de agir dos homens com condições (direitos e deveres) sobre as relações na vida, visando à moral e aos costumes como ordem e bem estar no convívio.

O presente texto intenciona relacionar a mudança do significado da palavra ética na atualidade com o significado da ética aristotélica, num processo de reflexão histórica sobre o *ethos* de hoje e o falso discurso que permeia o seu significado, pensando na questão democrática ou no discurso sobre o modo de agir considerado “correto” da sociedade atual.

O conceito de progresso como figura mítica de melhorias e desenvolvimento para a humanidade impôs uma situação desconfortável: uma repressão da consciência humana com uma práxis alienante na reificação do ser, entendendo-se por reificação uma transformação do homem em coisa, como podemos comprovar na seguinte citação de LÖWY (1990, p.73-74):

O termo *reificação* (...que poderíamos também traduzir por coisificação) designa para Lukács o processo através do qual os produtos da atividade, do trabalho humano (e o próprio trabalho) se tornam um universo de coisas e relações entre coisas, um sistema “coisificado” independente e estranho aos homens, que os domina por suas próprias leis. Para ele, trata-se de um fenômeno “fundamental, *geral* e estrutural de *toda* sociedade burguesa”, cuja base material é o reino onipresente da mercadoria.

Portanto, esse processo de reificação (“coisificação”) do ser humano na sociedade de consumo hoje aniquila em princípio a integridade do homem transformando-o em uma peça (e, portanto, num objeto) de propagação do sistema. Neste sentido, percebe-se a fragilidade dos discursos sobre a ética como uma forma de não reflexão, de não pensamento sobre o modo de vida correto, capaz de dar rumo para se alcançar um bem estar na vida individual que certamente deveria refletir-se na cultura, ou seja, na vida em sociedade.

Para Aristóteles a ética era uma ciência de caráter prescritivo com intenções de orientar a vida dos homens a fim de que alcançassem a felicidade pessoal, para que ela se expandisse na sociedade, formando o bom cidadão. Isto permitia autonomia ao indivíduo em relação aos seus próprios questionamentos capazes de identificarem a direção certa para se obter satisfação nas descobertas de seu crescimento espiritual (diferente do material). O homem conseguia desenvolver um princípio de aprimoramento da capacidade de percepção sobre aquilo que poderia conduzi-lo a viver bem como um ser comunitário, aperfeiçoando-o em sua vida tratando-se, portanto, da ética como forma de reflexão sobre o *ethos*.

Porém, os desejos dos homens, lembrando a necessidade deste ser ontológico em viver junto a alguém para sobreviver, sempre necessitaram serem repensados para que as ações não se realizassem por impulso, mas racionalmente visando o bem comum a todos, gerando o eterno conflito entre o indivíduo e a sociedade⁷.

Para Aristóteles não bastava conhecer a idéia do bem para que o homem se tornasse um ser virtuoso capaz de viver rumo à felicidade, pois para se alcançar tal

⁷ Como o homem era considerado um ser “do meio” entre as bestas (impulsos) e os deuses (razão), era necessário uma ética política que conduzisse sua vida para um bem estar - impondo restrições sobre os seus desejos (anotações de aulas feitas no curso sobre “Ética e Teoria Crítica”, Unimep,1S/2005).

finalidade seria indispensável que o indivíduo tivesse uma ação condizente com seus princípios éticos, revertendo para o pensamento o agir do homem de maneira correta: “viver junto com os outros começa por viver junto a si mesmo”⁸. E nesta condição, o exercício da reflexão era imprescindível ao homem como busca de sua verdade, de sua essência criativa na interação com o seu ambiente, sendo a ética uma forma de busca interior na compreensão acerca de sua existência na cultura.

No trecho acima citado, fica evidente a impossibilidade da ética atual nos mesmos moldes da ética percorrida por Aristóteles, pelo simples fato de o homem contemporâneo não conseguir mais realizar através da reflexão a composição de suas idéias e princípios de vida. Todos os valores restringem-se ao valor de mercado, ou melhor, à relação de consumo que o indivíduo tem como condição de “experiência”, o que pressupõe sua existência.

Viver no “mercantilismo”⁹ das ações significa condicionar as sensações, os desejos e as emoções à efemeridade da vida virtual propagada pela mídia e pela tecnologia, ambas tratando da mesma vertente: a indústria cultural, que educa para o consumo, que induz o indivíduo a viver “ativamente a passividade” da vida “administrada” como forma ilusória de progresso, ou ainda de felicidade.

Algo similar na cultura de Aristóteles e na cultura de hoje é a forma como se dissemina o conhecimento, pois os seres humanos aprendem a se relacionar através da imitação, da repetição, dos hábitos, dos “usos e costumes” propagados como tradição. Destarte, seguindo esta lógica, a indústria cultural “formata” a consciência do indivíduo de maneira a abafá-la enquanto expressão “romântica”,

⁸ Frase tirada do texto “Aristóteles 4: *Phrônesis, mesôtes e hybris*”, de Lastória, apresentado durante o curso sobre Ética e Teoria Crítica (Unimep, 1S/2005) referindo-se ao pensamento de Aristóteles.

⁹ “Tendência para subordinar tudo ao comércio, ao ganho, ao interesse” (MICHAELIS – Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, 1998, p. 1357).

promovendo o sistema através do hábito imposto pela técnica. De acordo com o mote assinalado:

(...) a modernidade ainda não teria cumprido o seu real papel de emancipação, em função do desvirtuamento da própria racionalidade, que se tornou instrumental numa sociedade que utiliza a tecnologia como instância de dominação econômico-cultural e de mistificação. O véu tecnológico que submeteu o homem a uma alteração no esquematismo de sua percepção, resultante da inventividade e produção técnica para suprir as necessidades humanas, está umbilicalmente comprometido pela cisão entre produção cultural e heteronomia, apropriação dos conhecimentos técnicos e sua utilização, mesmo que ingenuamente como forma de entretenimento (COSTA, 2002, p. 25).

Não há tempo para o indivíduo pensar a si mesmo numa época em que a velocidade ultrapassou todos os limites devido à contínua e acelerada competição do mercado, que propõe ao homem ser ele capaz de realizar tudo, basta para isso trocar suas horas de vida em função do crescimento de um sistema maior denominado capitalismo, renunciando a si mesmo em nome do trabalho que formata sua estética, seu pensamento, seu comportamento, enfim, sua ética no mundo “globalizado”.

Neste exercício, a condição humana tornou-se frágil remetendo todas as relações à fragmentação do princípio de vida atual com a agilidade e a rapidez da tecnologia, enfraquecendo o pensamento autônomo pela oferta da mídia que ilude os desejos do indivíduo numa constante promessa de esclarecimento e ascensão social.

Há hoje um poder tamanho capaz de dominar de maneira incisiva os sentidos e os desejos dos homens, causando prejuízos danosos para a consciência crítica do “indivíduo pensante”; aquele ser auto-reflexivo apto a se realizar plenamente em suas particularidades, em seu crescimento espiritual na percepção de sua existência dentro de uma cultura. Segundo KURZ (2004, p. 250):

Não é à toa que se vêem com freqüência sempre maior figuras púberes com a máscara do sucesso estampada no rosto. Esses são os supostos “fundadores” do novo empresariado na Internet, que trabalham feito loucos e se identificam com sua empresa a ponto de renunciarem a si mesmos (...) Com o palavreiro de entrevistadores pop, eles se vêem fazendo uma revolução, ao passo que na verdade são acrílicos e conformistas ao extremo perante a ordem dominante, num grau jamais alcançado por nenhuma geração nos últimos 200 anos.

Todas as experiências estão atreladas a um sistema de vida que não visa ao bem do indivíduo, mas sim do poder do mercado capitalista tecnológico, como já dito, que se nutre da força de consumo da massa na indústria cultural impondo formas de posturas através de um discurso sobre o comportamento moral e ético do cidadão na democracia atual, acabando com as “diferenças”, visando abrandar o real problema de aniquilação da consciência crítica, o que possibilita uma aceitação passiva frente ao discurso dominante.

Na lógica aristotélica, “o viver junto a si mesmo” representava a consciência do indivíduo com capacidade de reflexão sobre seus atos, o que repercutia no bem estar da *polis* e também contribuía para seu crescimento pessoal na busca de uma subjetividade criativa, possibilitando viver suas aspirações condizentes com sua prática social; diferente do que ocorre na situação atual com a impossibilidade de existência do sujeito “livre”, que se conhece e que sabe o que quer.

No sistema de vida mercantilista da sociedade tecnológica, os desejos dos homens não são só contidos, mas formatados segundo o padrão de gosto imposto pela mídia, deformando opiniões e questionamentos que comprometem o verdadeiro significado da palavra ética em nome de um discurso democrático banal que promete tudo e não realiza nada de fato.

Portanto, o significado da ética atual refere-se a um discurso formal sobre os acontecimentos sociais resultantes de uma ação homogeneizadora da indústria cultural, que tendencia a todos a um gosto padrão para que o consumo se satisfaça com a inovação de produtos sempre iguais, sendo o discurso ético determinado segundo aqueles que detêm o poder do mercado tecnológico, promovendo ou condenando ações e pensamentos de acordo com os lucros ou benefícios para o sistema.

Neste caso, a ética refere-se a uma modificada relação do homem com o seu meio, na verdade uma (de)formação do indivíduo que age no coletivo transformando a sociedade, através de uma conduta irracional sobre a práxis atual. Posto isso, a impossibilidade da ética não é meramente um discurso negativo e inconformado, mas uma reflexão intensa e realista sobre a transformação do significante - também enquanto objeto, “coisificação” de um vocábulo que se tornou comum - e do significado, a partir da alteração de sua essência ou dos princípios de não contradição que caracterizavam a ação do “indivíduo pensante” para Aristóteles.

Percebe-se que a morada hoje já não é um local em que o sujeito retorna após um dia intenso de labor a fim de descansar, relaxar, refletir e sentir o prazer das experiências de um dia vivido. Numa comparação romântica metafórica, de acordo com aquilo que seria o ideal na “relação ética” do indivíduo com o seu *ethos* e, portanto, com a sua cultura, sua forma de interpretar a vida fica evidente nesta narrativa de BAUDELAIRE¹⁰ (1859) *citado por* MORAIS (1998, p. 113), da seguinte forma:

Certa vez um camponês alemão foi procurar um pintor e lhe disse: “Mestre, quero que o senhor faça meu retrato. O senhor me representará sentado, na entrada principal de minha propriedade, na grande poltrona que herdei de meu pai. A meu lado, o senhor pintará minha mulher com uma roca;

¹⁰ Narrativa de Baudelaire feita no “Salão de 1859”.

atrás de nós, indo e vindo, minhas filhas, que preparam nossa ceia familiar. Pela grande alameda esquerda apontam alguns de meus filhos que voltam do campo, após terem reconduzido o gado ao estábulo; outros, com meus netos, trazem as carroças cheias de feno. Enquanto contemplo esse espetáculo, não esqueça, por favor, as baforadas de meu cachimbo, que são matizadas pelo pôr-do-sol. Quero também que se ouçam os sons do ângelus que soa no campanário vizinho. Foi lá que todos nós nos casamos, pais e filhos. É importante que o senhor pinte o ar de satisfação que sinto nesse momento do dia, contemplando ao mesmo tempo minha família e minha riqueza acrescida pelo labor de uma jornada.” Viva esse camponês! Sem se dar conta, ele compreendia a pintura. O amor pelo trabalho elevava sua imaginação. Quem, entre os nossos artistas na moda, seria digno de executar esse retrato e quem teria imaginação que se pudesse colocar ao nível daquela?

É certo que a situação acima descrita é incompatível com os moldes atuais de comportamento no exercício cotidiano, porém a questão assinalada é a reflexão surgida a partir do sentimento, num reconhecimento interno de apreciação diante da simplicidade e satisfação de um dia vivido. Neste caso, a imaginação é responsável por provocar o pensamento diante da distinta realidade atual.

Portanto, isto se evidencia apenas como uma comparação simbólica, porque não poderia ser de forma diferente, já que a práxis contemporânea não permite momentos de sublimação perante a realidade prosaica, sem reflexões ou projeções “visionárias” para um cotidiano produtivo ou criativo, referente à condição de percepção da própria natureza humana.

Pensar no *ethos* atual é pensar na relação artificial do sujeito com o seu habitat, na falta de afetividade com o seu local de morada, no acelerado tempo de vida fútil que permite uma ideologia de não contestação do sistema, de não descoberta do indivíduo criativo na realização de sua história enquanto ser racional, ou ainda substancial, composto de *logos* (memória e cálculo) e *álogon* (paixões e desejos). Com isso, o desassossego da morada contemporânea é uma conseqüência da não reflexão do indivíduo em seu ambiente, da falta de senso crítico capaz de libertar a expressão individual como forma de existência.

Sem o exercício de percepção experimentado tanto pela ética aristotélica, pelas reflexões “contemplativas” da natureza, como também pelo pensamento filosófico através do ócio criativo, verifica-se que não há possibilidade do pensamento individual pensar-se. Isto repercute nas relações entre os seres humanos que não escapam do determinismo pragmático que impulsiona os relacionamentos mercantilistas na cultura moderna. Segundo ADORNO (1993, p. 34):

As ordenações práticas da vida, que se apresentam como se favorecessem o homem, concorrem, na economia do lucro, para atrofiar o que é humano, e quanto mais elas se estendem, tanto mais podam tudo o que é delicado. Pois a delicadeza entre seres humanos nada mais é do que a consciência da possibilidade de relações isentas de interesse, consciência esta que perpassa consoladoramente até mesmo aqueles que se prendem a interesses (...). Se tempo é dinheiro, parece algo moral poupar tempo, sobretudo o próprio, e a gente desculpa tal parcimônia com a consideração pelos outros (...). Assim como nos dias de hoje as paredes de uma casa constituem-se de uma única peça moldada, do mesmo modo o cimento que unia os homens é substituído pela pressão que os mantém juntos (...). Na forma das poucas frases acerca da saúde e do estado da esposa de alguém, que antecedem durante o almoço a conversa sobre negócios, o sistema das finalidades absorve até mesmo o que seria seu contrário, assimilando-o a si. O tabu contra o pedantismo dos especialistas e a incapacidade de dialogar são, na verdade, uma só e mesma coisa. Porque tudo é negócio (...) A objetividade nas relações humanas, que acaba com toda ornamentação ideológica entre os homens, tornou-se ela própria uma ideologia para tratar os homens como coisas.

Estas considerações referem-se ao sistema de vida presente que é condicionado, como já dito, pelo cotidiano capitalista, pois todas as relações são de utilidade prática e objetiva excluindo a subjetividade no exercício de reconhecimento do mundo, na percepção do caminho certo rumo à felicidade, causando conseqüências desastrosas para a emancipação do “ser romântico” (auto-reflexivo). E, neste sentido, a ética transforma-se num discurso vazio sem sustentação teórica para uma “empíria do bem” como condição de uma práxis coletiva para a produtividade.

3. Ensaio sobre os sentidos

O pensamento reflexivo atual vive uma constante negação de seu propósito maior: tornar o indivíduo consciente de sua existência dentro da cultura como um ser peculiar na construção de sua história de vida. Isto seria o ideal na realização da autonomia da consciência crítica apta a orientar o rumo certo para o indivíduo obter satisfação nas descobertas de sua vivência.

Dentro deste contexto, a presente pesquisa tem a intenção de explorar este problema da falta de auto-reflexão do ser humano, como impedimento ao processo de crescimento espiritual e desenvolvimento da capacidade crítica do indivíduo. É significativo ressaltar que a crítica tem o importante papel de exercer seu poder de defesa (ou renúncia) perante as mazelas da sociedade contemporânea, administrada pelos ditames da indústria cultural estabelecendo-se como uma cultura mercantilizada.

Essa mercantilização apropria-se do conhecimento e expressões subjetivas alterando os costumes e comportamentos dos homens dos séculos XX e XXI, determinando a maneira como estes interpretam a realidade, a partir é claro da exploração do poder do dinheiro. Com isso ocorre, sobretudo, a banalização da expressão cultural transformada em produto da indústria com finalidade de ser consumida e sujeita a uma forma de controle social, pois segundo DUARTE (2002, p. 37) referindo-se ao livro “Dialética do Esclarecimento” (1947):

(...) Adorno e Horkheimer começam por constatar que o declínio da religião não levou ao caos cultural, como se temia, pois o cinema, o rádio e as revistas se constituíram num sucedâneo para ela. O conjunto desses meios, inexistentes antes da virada do século XIX para o XX, forma o que nossos autores batizaram de “indústria cultural” e definiram como “falsa identidade do universal e do particular”, ou seja, a aparência de que o indivíduo e o todo se encontram reconciliados quando, na verdade, tal sistema é um

poderoso instrumento para – simultaneamente – gerar lucros e exercer um tipo de controle social.

Quanto ao primeiro aspecto, a novidade é que a própria cultura, de um modo inédito na história humana, define a si mesma como uma indústria, sendo que a publicação de seus balancetes revelam-na, de fato, como uma próspera atividade econômica. Isso aponta para um fato que os apologistas da indústria cultural não cansam de se lembrar: há de fato uma enorme demanda para os seus produtos e isso legitima sua existência.

Neste trabalho, o tema “Romantismo” é levantado para especificar a importância histórica atribuída à liberdade do sujeito crítico que buscou por mudanças externas iniciadas com o autoconhecimento do indivíduo sobre si (auto-reflexão) e sua capacidade de criação. Isto se refere ao momento em que o sistema capitalista começa a alterar significativamente o pensamento, as emoções, a imaginação, enfim a subjetividade dos homens que passou a ser condicionada pela realidade mecanicista e mercantilizada.

Portanto, buscar referências críticas anticapitalistas fortalece a idéia do desenvolvimento da autoconsciência do indivíduo perante sua condição social, com os ideais do primeiro Romantismo (que caracteriza sua gênese) como sustentáculo para o entendimento sobre as contradições existentes a respeito da racionalidade instrumental e a forma de produção e comercialização dos bens materiais, bem como a implantação do trabalho parcelado como características inerentes ao progresso da civilização. De acordo com PUCCI, RAMOS-DE-OLIVEIRA e ZUIN (1999, p. 48):

(...) Uma vez que já conhecemos de antemão a forma como devemos nos comportar em todas as situações, fica difícil recusar o aplauso à racionalidade intrínseca a essa sociedade. Mas, mesmo diante de todos os avanços técnicos, produtos engendrados pela divisão social do trabalho cada vez mais complexa, fica presente a sensação de que algo está errado. Essa sensação se recrudescer quando observamos a nítida relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e a devastação irrefreável das naturezas interna e externa.

Dessa forma, cabem as perguntas: será que realmente a nossa subjetividade instrumentalizada permite fazer com que as necessidades básicas sejam suprimidas, em prol de uma verdadeira e democrática apropriação coletiva? Será que esse tipo de saber esclarecido consegue finalmente superar a irracionalidade mítica?

Para pensar na relação entre a aniquilação da consciência reflexiva, ou liquidação da subjetividade, e a dessensibilização do indivíduo ludibriado pelo esclarecimento torna-se sucinto compreender antes que se trata de uma ilusão social acreditar que o progresso da razão colaborou para a transformação da realidade prosaica em melhorias e garantia de autonomia para o sujeito sobre seu destino.

Neste sentido, é preciso especular que a possibilidade de ascensão intelectual, elevação espiritual e formação cultural perante o contato com as produções e expressões dentro de uma cultura mercantilizada não garantem melhorias para a sociedade em geral, com a popularização (e consumação) da idéia de uma “educação estética” adequada e comprometida com o desenvolvimento do sujeito – isto se refere principalmente à prática de consumo do entretenimento e da arte, incluindo o kitsch, que em alguns momentos serve como pura decoração, pois:

Nas sociedades pré-capitalistas, poucos podiam despende os recursos materiais e espirituais exigidos para a contemplação das manifestações artísticas, tais como concertos ou peças de teatro. Mas, será que essa massificação da produção simbólica tem exclusivamente um caráter progressista? Será que as situações objetivas atuais proporcionam condições para que as promessas de concretização da felicidade, imanentemente contidas na cultura, possam se tornar realidade? (...)

Ora, a grande pretensão da proposta de formação cultural burguesa era a de que os indivíduos livres e racionais poderiam fazer uso da vontade e do livre-arbítrio, ainda que tivessem que viver em sociedade e que com isso sublimassem seus impulsos.

O próprio conceito de formação cultural é partidário da idéia de uma humanidade sem injustiças sociais, onde todos possuem as mesmas chances de lutar pela possibilidade de ascensão na hierarquia social. Fica difícil acreditar no cumprimento dessas promessas, justamente quando toda a produção material e espiritual é erigida sobre a subsunção do valor de uso ao valor de troca das mercadorias e da divisão desigual entre o trabalho manual e espiritual. As próprias necessidades básicas, tais como as de caráter afetivo, subsumem-se cada vez mais àquelas produzidas de acordo com as regras do consumo. A produção cultural é construída de forma a não propiciar aquilo que não pode cumprir desde o começo: a garantia de uma sociedade racional, livre e igualitária (PUCCI; RAMOS-DE-OLIVEIRA; ZUIN, 1999, p.55).

Este estudo refere-se à busca da expressão da subjetividade humana negligenciada no processo quantificador e calculador do sistema capitalista de vida que corrompeu os sentidos e a sensibilidade deformando (ou iludindo) a percepção sobre o poder totalitário do dinheiro vigente no mundo.

Para tanto, no Romantismo estudado é feito um levantamento filosófico acerca dos temas analisados (com intensos questionamentos) sobre as mais variadas esferas da vida social, cultural e econômica capitalista como crítica à modernidade não se restringindo, portanto, às artes e à literatura como usualmente é conhecido esse movimento (romântico) – porém é inevitável trabalhar com as características da criação artística como elemento determinante para a reflexão no que se refere à concepção da escrita e expressão do pensamento, libertos de imposições formais ou temáticas que contrariam a atividade científica tradicional (que possui maior “fluência” no “universo” do conhecimento positivista).

Assim, o Romantismo se refere a uma “visão de mundo”, uma “estrutura mental coletiva” com “uma totalidade coerente organizada em torno de um eixo, de um arcabouço” (LÖWY; SAYRE, 1995, p. 34-35) cujo “elemento central dessa estrutura é uma contradição, ou oposição, entre dois sistemas de valor: os do Romantismo (**valores qualitativos em oposição aos valores de troca**) e os da realidade social dita ‘moderna’” (grifo meu), manifestando-se em diversas áreas culturais da sociedade, portanto:

(...) não somente na literatura e nas outras artes, mas na filosofia e teologia, pensamento político, econômico e jurídico, na sociologia e na história, etc. Assim, a definição proposta aqui não se limita, de modo algum, à literatura e arte, nem ao período histórico durante o qual se desenvolveram os movimentos artísticos ditos “românticos” (LÖWY; SAYRE, 1995, p. 28).

Sendo assim, esta reflexão refere-se à autopreservação do pensamento revelador das habilidades críticas do indivíduo, lembrando que nesta pesquisa é feita

uma alusão ao “ser humano” qualificado de “ser romântico” como sugestão à natureza reflexiva e criativa escamoteada pelo processo modernizador da civilização – porém, com possibilidades de emancipação do próprio pensamento.

Verificamos que na atualidade, o momento da reflexão foi substituído pelo momento da busca tecnológica das informações capazes de (des)organizarem o pensamento perante um amontoado de códigos e referências que se anulam pela “competente” superficialidade da rapidez que facilita a descoberta do “mundo globalizado”.

A percepção daquilo que realmente é sinônimo de conhecimento, ou melhor, daquilo que encontra num fluxo de consciência terreno fértil para a criação, em grande parte é considerada para a obtenção de lucros na concorrência do mercado “livre” que incita, em primeiro lugar, a competição desenfreada entre os indivíduos do sistema capitalista de vida.

Pensar na crítica atual é pensar, primeiramente no resgate do indivíduo enquanto um ser sujeito à criação que compreende a si próprio num mundo repleto de significados que podem inspirar o sentimento romântico a partir das experiências individuais. Percebe-se, aqui, a necessidade de um movimento dialético que por si só representa a singularidade do contexto histórico atual, pois é o pensamento crítico que pode dar condições para o indivíduo existir novamente em concordância com suas possibilidades criativas e não o contrário, partindo do ser reflexivo e consciente para propor uma crítica – como no caso dos românticos.

Portanto, a afinidade com o Romantismo se dá numa reflexão histórica como suporte para se pensar num período que necessitou da oposição artística e filosófica perante um poder que condicionava as produções, as emoções e as relações na

vida a um crescente mercado que anulava as possibilidades espontâneas de sentimentos¹¹.

Em relação à arte, para os românticos era primordial expor a essência criativa a fim de que ela não se moldasse ao crescente mercado consumidor, afinal para o artista a idéia da “arte pela arte” era inerente à condição ética e estética de criação. Trata-se de um “conjunto de valores” que se opõe ao “valor de troca” na exaltação da riqueza do ego, da afetividade e liberdade da imaginação, caracterizando o “desenvolvimento do sujeito individual” (LÖWY; SAYRE, 1995) - sendo esta uma das grandes contribuições artísticas e filosóficas desse movimento.

O ser romântico numa incessante procura de si mesmo acaba por encontrar o seu mundo interior, e daí a fuga para a imaginação capaz de transportá-lo a um ideal de beleza e felicidade frente à insensatez do mundo real. Com isso, descobriu o inconsciente num mergulho interno substituindo as experiências reais “pela experiência do seu próprio eu e acabou por sentir que a atividade espiritual, o fluxo de pensamentos e de sentimentos, o caminho que levava de um estado espiritual a outro tinham mais realidade do que a realidade exterior” (HAUSER, 1972, p.836).

Posto isso, a relação da atualidade feita com o Romantismo é de pura analogia que demonstra uma tensão entre proximidades e diferenças, fortalecendo a concepção lírica de liberdade do sujeito que (ainda) encontra-se condicionado às sensações ou emoções comandadas por um sistema mercantilista.

Assim, tanto o Romantismo como a Teoria Crítica atual remetem a uma possível emancipação do ser social pela negação daquilo que é facilmente aceito como verdade, que direciona as experiências (que deveriam ser individuais) através

¹¹ Pensar historicamente na relação da produção da arte com o mecenas que também impunha sua vontade ao artista, porém aqui a diferença em questão é o sentimento, pois havia a possibilidade de ainda ser espontâneo, tanto no processo artístico como para aquele que poderia vir a apreciar a obra de arte.

de uma falsa aparência democrática de escolha na sociedade capitalista tecnológica, que só faz aumentar o poder dominante através da aniquilação da consciência crítica do homem.

Pensar no acelerado tempo de vida fútil que não permite o tempo do ócio criativo delata uma fragilidade das relações humanas que se corroem a ponto de não perceberem o domínio pernicioso de suas emoções. O pensamento não reflexivo é uma consequência dessa aceleração da vida moderna que impulsiona o saber a uma prática de propagação do sistema que visa desorientar a capacidade reveladora do pensamento individual:

(...) O pensamento está sempre vinculado a juízos de valores, consubstanciado a interesses que determinam a forma como o saber será objetivado em produtos sociais posteriormente distribuídos e assimilados pelos indivíduos. Dessa feita, outra contribuição filosófico-educacional é a de que Adorno estimula a importância do pensamento que reflete sobre si mesmo. É porque, para ele, o que legitima ainda de algum modo a reflexão provém de algo que é negativo, e, ao mesmo tempo, a degeneração da consciência é produto de sua carência de reflexão crítica sobre si (PUCCI; RAMOS-DE-OLIVEIRA; ZUIN, 1999, p.112).

Portanto, segundo o referido autor frankfurtiano há uma proposta de o pensamento ser crítico de si mesmo, pretendendo dizer que o sujeito que pensa deve ter condições de se manter ativo na capacidade de reflexão, o que implica numa análise consciente da atualidade, a qual não se apresenta assim tão fácil devido o já citado estado dormente em que se encontra a consciência do indivíduo na cultura moderna.

Em todas as atividades verifica-se que a indústria cultural instalou-se de maneira a formatar a ética e a estética da sociedade manipulada pelas aparências, pela negação da verdade imanente no poder administrativo, que impõe conceitos existenciais perante o empobrecimento das experiências virtuais ou midiática,

favorecendo o consumo de produtos com promessas de felicidade na satisfação do poder aquisitivo (mesmo que em infindáveis parcelas), enclausurando o indivíduo numa trama culturalmente bem feita que “sufoca” os sentidos, degenerando a percepção e a sensibilidade. Quem não sente a força das amarras que impede a realização plena de uma vida não vivida? Os indicativos sociais sobre o aumento do *stress* e da depressão estão presentes como indícios de uma “epidemia” que delatam o grau de insatisfação da não concretização de uma vida feliz.

A análise crítica frankfurtiana não se resume a um pessimismo, pelo contrário, trata-se de uma noção de realidade acusando um diagnóstico que pode levar à cura dos males da consciência não reflexiva, propondo uma negação à aceitação passiva da domesticação dos sentidos. Segundo FABIANO (2001, p.143):

A radicalização do pensamento de Adorno, se é que tal atributo lhe é adequado, é radical no sentido de levar às últimas conseqüências a compreensão dos mecanismos destrutivos e de coisificação do sujeito para assim submetê-lo a uma vida falsa e injusta. A negação determinada de sua análise crítica como processo de reflexão não é negação de um conteúdo significativo, mas negação da identidade desse conteúdo com a racionalidade instrumental burguesa que, ao danificar a vida, impede o acesso do indivíduo ao exercício da sua emancipação.
(...) Considerar o teor do seu discurso pessimista e anacrônico é escamotear a reflexão que ele exige da vida social danificada pela deformação de princípios éticos fundamentais à sobrevivência da vida humana.

Nestas considerações, é importante a concepção da sociedade contemporânea feita pela Teoria Crítica que desmistifica o progresso tecnológico como superação de todos os tormentos que o homem procurou dominar com o esclarecimento através da história do conhecimento.

Voltando ao Romantismo, pode-se perceber a semelhança na atitude radical desempenhada pelos românticos como oposição ao estado “calamitoso” da

sociedade burguesa que se encontrava na época em questão (século XVIII e XIX), pois segundo HAUSER (1972, p. 832):

(...) foi esta a primeira vez que o indivíduo foi incitado a revoltar-se contra a sociedade e contra tudo o que se erguia entre ele e sua felicidade. O romantismo exagerou o seu individualismo, como compensação contra o materialismo do mundo e como proteção contra a hostilidade da burguesia e dos filistinos pelas coisas do espírito. Tal como já o haviam tentado os pré-românticos, os românticos propriamente ditos pretenderam criar com seu esteticismo uma esfera à parte do resto do mundo em que pudessem reinar sem peias. (...) Os românticos consideravam a vida de acordo com critérios de arte, pois pretendiam, assim, elevar-se, como uma nova aristocracia, acima dos outros homens.

Na atualidade é a crítica que pode orientar o poder reflexivo do pensamento do indivíduo capaz de libertá-lo da opressão da sociedade administrada - que não permite a existência do sujeito “livre” que se satisfaz por si só, mas sim dentro de um mercado consumidor incluindo a educação - possibilitando-o, portanto, a se descobrir como um “ser romântico”: criativo a partir de suas experiências repletas de emoção, enraizadas num mundo interior de autoconhecimento com satisfação no encontro pessoal com sua felicidade.

É certo que o que é felicidade para alguns não é o mesmo para outros, mas a sensação agradável de prazer na sublimação concreta da vida pode ser percebida por todos, portanto, a questão não é indicar um caminho igual a ser seguido, mas sim tornar possível a emancipação do indivíduo em suas diferenças criativas, que possibilite ativar a sensibilidade novamente.

Para completar esta iniciante parte sobre os sentidos humanos, adormecidos em função de uma práxis corrosiva que dificulta a capacidade reveladora do pensamento, uma citação de WILDE (2002, p.138) do romance “O Retrato de Dorian Gray” será bem provocativa, incitando à reflexão:

(...) Mas Dorian Gray tinha a impressão de que a verdadeira existência dos sentidos nunca fora compreendida, que os homens continuavam selvagens e animalizados unicamente porque o mundo quisera mantê-los famintos e animalizados unicamente porque o mundo quisera mantê-los famintos pela submissão, ou matá-los pela dor, em vez de desejar transformá-los em elementos de uma nova espiritualidade, cuja característica principal seria um instinto sutil de beleza. Quando, por ventura, imaginava o homem movimentando-se através da História, um sentimento de derrota o invadia. Quantos haviam sido vencidos! E por motivos tão mesquinhos! Quantas renúncias terríveis e premeditadas, quantas formas monstruosas de autotortura e recusa tinham existido, cuja origem era o medo, e cujo resultado era uma degradação infinitamente mais abjeta do que a corrupção imaginária que, em sua ignorância, haviam tentado evitar.

4. Sobre o Romantismo...

A regressão das massas, de que hoje se fala, nada mais é senão a incapacidade de poder ouvir o imediato com os próprios ouvidos, de poder tocar o intocado com as próprias mãos: a nova forma de ofuscamento que vem substituir as formas míticas superadas. Pela mediação da sociedade total, que engloba todas as relações e emoções, os homens se reconvertem exatamente naquilo contra o que se voltara a lei evolutiva da sociedade, o princípio do eu: meros seres genéricos, iguais uns aos outros pelo isolamento na coletividade governada pela força. Adorno e Horkheimer, 1944.

Podemos entender que foi um movimento iniciado na Alemanha e Inglaterra e em seguida na França, estendendo-se posteriormente por toda a Europa, em meados do século XVIII¹², abarcando as áreas do pensamento filosófico-crítico e criação artística, buscando não limitar a expressão individual subjetiva, a qual estava

¹² Anterior ao movimento romântico do século XVIII já existia alguns indícios, em vários países, sobre a crítica ao desdobramento da civilização moderna que modificou a forma de vida dos seres em seu ambiente, sugerindo uma prévia concepção das idéias românticas. Segundo LÖWY e SAYRE (1995, p. 75), (...) “existe uma ‘pré-história’ do romantismo que se enraíza no antigo desenvolvimento do comércio, dinheiro, cidades, indústria e se manifesta, ulteriormente, sobretudo na Renascença, pela reação contra a evolução do ‘progresso’ e seus bruscos impulsos em direção à modernidade. Assim como o capitalismo que é sua antítese, também o romantismo fica em gestação durante uma longa duração histórica. No entanto, esses dois antagonistas, enquanto estruturas plenamente desenvolvidas (...) não surgem verdadeiramente a não ser no século XVIII”.

subjugada ao pensamento racional que visava à perfeição técnica como avanço na história do homem.

Entretanto, no processo de industrialização e modernização das cidades foi negada ao homem a sua condição individual de crescimento e de aperfeiçoamento espiritual, imprescindíveis à expressão artística ou filosófica frente à ditadura de um poder. Assim, temos no movimento romântico uma aceitação comum em outros lugares do mundo como um movimento subversivo de contestação contra a sociedade capitalista-industrial exaltando, sobretudo a crítica a este sistema ou modo de vida, a partir da auto-reflexão consciente e valorização da subjetividade criativa.

Nestas perspectivas, para o romântico que desejava expressar suas concepções, o ideal era a liberdade de criação através das inspirações carregadas de sentimentos, buscando um mundo imaginário perfeito (com a reflexão) relacionado à vida natural, sem imposições alienantes da civilização, supervalorizando a emoção sobre a razão, enfim características que remetem a mudanças de atitudes dos homens sufocados pelo saber racional.

Por analogia podemos verificar esta concepção do saber como esclarecimento do homem, segundo ADORNO e HORKHEIMER (1985, p.19) da seguinte forma:

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber.

Destarte, a consciência romântica ou as idéias românticas surgiram em defesa da liberdade criativa do indivíduo (contra o “desencantamento do mundo”

perante as condições concretas do progresso da vida material), num momento em que a frieza do cálculo e a velocidade das máquinas anulavam a possibilidade espontânea de experiências sentidas, experiências estas que deveriam ser vividas a partir de um olhar peculiar na interação do sujeito com o mundo. Porém, naquele momento (meados do século XVIII, como já dito) tratava-se de um mundo “atropelado” pelo progresso com a “moderna sociedade burguesa da civilização capitalista criada pela Revolução Industrial” (LÖWY, 1990, p.35).

Para alguns, a inusitada situação de modernidade acarretou em um sentimento de desapego, de desilusão e de angústia perante a realidade desencantada exercida na vida cotidiana, veloz e repetitiva. Paradoxalmente, estas sensações contribuíram para a descoberta do mundo interior, possibilitando uma real fruição do belo por parte de indivíduos sensíveis (que valorizavam atributos “imateriais” como a imaginação, a poesia, a arte, a reflexão, o ócio etc., na existência humana); com uma apreciação estetizante da vida buscando um ideal original e verdadeiro de existência, contrário, portanto, às ações burocráticas e “quantificadoras” da civilização burguesa. Segundo LOWY e SAYRE (1995, p. 42-43):

(...) toda criação artística romântica é uma projeção utópica – um mundo de beleza – criada pela imaginação no momento em que é concebida. A prova de que os românticos estiveram, quase sempre, conscientes das implicações dessa tentativa e de seu caráter subversivo, encontra-se nesta observação feita por *Dorothea Schlegel* em uma carta: “Como é decididamente contrário à ordem burguesa e absolutamente interdito introduzir a poesia romântica na vida, nesse caso, levemos nossa vida para a poesia romântica; nenhuma polícia, nem instituição de educação, poderá opor-se a tal atitude”¹³

¹³ Esta passagem de *Dorothea Schlegel* mencionada na obra dos autores Löwy e Sayre tem como fonte: “*L’Absolu littéraire: théorie de la littérature du romantisme allemand*, apresentado por Ph. LACOUÉ-LABARTHE e J.-L. NANCY ed., Paris, Lê Seuil, 1978, p. 14”.

No entanto, apesar dessas características legitimarem a forma de expressão dos artistas românticos há uma análise mais fecunda que permite compreender o fenômeno “Romantismo” e conceituá-lo de modo a encontrar as bases filosóficas, a “essência” ou o eixo orientador para o qual convergem todas as diferentes manifestações críticas nas mais variadas configurações, pois:

É preciso acrescentar que – desde o século XIX – é habitual designar como românticos não só escritores, poetas e artistas, mas também ideólogos políticos – várias obras são consagradas ao romantismo político – filósofos, teólogos, historiadores, economistas, etc. Em que aspecto esses fenômenos tão diferentes, situados em esferas tão diversas da vida cultural, têm a ver com um único e mesmo conceito (LÖWY; SAYRE, 1995, p. 10)?

Há, portanto um conceito específico no que diz respeito ao estudo sobre o Romantismo configurando-se como *crítica à modernidade*. Para tanto, de acordo com LÖWY e SAYRE (1995, p. 34):

Com efeito, se nossa hipótese – a saber, o romantismo é, por essência, uma reação contra o modo de vida da sociedade capitalista – justificada, essa visão seria coextensiva ao próprio capitalismo. Ora, é forçoso constatar que, apesar de importantes modificações, este conservou suas características essenciais até nossos dias.
(...) Antes de mais, indiquemos com duas palavras a essência de nossa concepção: para nós o romantismo representa uma crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-moderno).

Deste modo, o juízo feito sobre o significado de modernidade pelos autores citados refere-se à “civilização engendrada pela revolução industrial e a generalização da economia de mercado”. Para tanto, as principais características levantadas acerca dessa definição (de modernidade) são: “o espírito de cálculo, o desencantamento do mundo, a racionalidade instrumental e a dominação burocrática” que “são inseparáveis do advento do ‘espírito do capitalismo’” (LÖWY; SAYRE, 1995, p.35). A questão da “visão de mundo” é pertinente nestas condições,

uma vez que engloba uma postura coletiva adotada na crítica aos problemas surgidos com o desenvolvimento da sociedade capitalista-industrial civilizada.

Posto isso, se torna presumível verificar que a nova realidade “modernizada” reduziu o exercício da reflexão apenas a uma “contemplação” passiva e não mais transformadora (como no exemplo da ética aristotélica) no espetáculo proposto pela estética do progresso porque o esclarecimento do homem assim contribuiu para tal conjectura.

A crença dos homens na autonomia sobre seus destinos, conduzindo suas vidas a partir de um conhecimento racional, acabou com a submissão ao poder mítico na proclamação do domínio sobre a natureza. Posteriormente, também os desígnios divinos da Igreja perderam força com o avançar mecanicista do Iluminismo no processo de racionalização referente à ciência e à filosofia modernas (STEINER, 1994).

É considerável ressaltar que, com a razão instrumental como evento materialista¹⁴ ocorreu um significativo desenvolvimento da civilização moderna concomitante à difusão do conhecimento científico (racional-positivista). Este conhecimento foi responsável por engendrar novos meios de produção de bens materiais e a “divisão social do trabalho” (parcelado) através do uso acentuado da técnica, facilitando principalmente o processo de dominação cultural referente à coibição da consciência do indivíduo. Segundo DUARTE (2002, p. 27):

Em outras palavras, tal conhecimento, oriundo do medo ancestral do homem diante das ameaçadoras forças naturais, se corporificou no conceito

¹⁴ Materialismo: “(Filos.): Esse termo designa, em geral, toda doutrina que atribua causalidade apenas à matéria” (“Dicionário de Filosofia”, 1998, p. 649). Assim, trata-se de uma teoria que “admite ou que a matéria, concebida segundo o desenvolvimento paralelo das ciências, ou que as chamadas condições concretas materiais são suficientes para explicar todos os fenômenos que se apresentem à investigação, inclusive os fenômenos mentais, sociais ou históricos” (“Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa”, 1995, p. 422).

moderno de “técnica”, que não tem como objetivo a felicidade do gênero humano, mas apenas uma precisão metodológica que potencialize o domínio sobre a natureza.

Adorno e Horkheimer apontam que nisso reside um aspecto essencialmente repressivo do esclarecimento, pois “só é suficientemente duro para romper os mitos o pensamento que pratica violência contra si mesmo”, e o caminho para a consolidação do poder sobre a natureza se caracteriza por uma desistência, por parte do gênero humano, de buscar um sentido para sua vida. O mundo se torna um campo de exploração sistemática a partir de um entendimento que se restringe cada vez mais, buscando sempre a redução da multiplicidade das coisas à unidade do pensamento.

Portanto, como condição de desenvolvimento, a conformação da consciência humana foi submetida aos valores da “modernidade” com os lucros, os cálculos, os benefícios, progressos materiais, as competições, a nova forma de trabalho, as corrupções etc., incluindo a necessária formulação sistematizada de normas, regras e crenças a serem seguidas legitimando o princípio repressivo do capitalismo.

Também a existência de uma cultura “facilitada”, acessível a todos com uma simplificada compreensão foi disseminada com a idéia de “entretenimento” como pura diversão, conferindo o valor mercadológico (lucros) nas expressões artísticas e, portanto, introduzindo o caráter de bens de consumo caracterizando a produção e fruição das “artes” como uma cultura mercantilizada - “administrada” e sem intenção de ser contemplativa no sentido de percepção estética reflexiva, mas apenas proposta para ser consumida como novidade e prazer efêmero.

Isto, na verdade demonstra as implicações de um curso histórico que já havia preparado um “terreno fértil” capaz de fazer brotar esses valores e hábitos “modernos”, analisando aquilo que precedeu o surgimento do capitalismo como nos mostra RÜDIGER (2002, p.17) da seguinte forma:

A racionalização instrumental das condições de existência (reificação) é um processo cuja origem remonta aos primórdios da vida social e do emprego de meios técnicos na luta pela sobrevivência. Durante milênios, desenvolveu-se à sombra das narrativas míticas e dos controles comunitários. As circunstâncias históricas que presidiram ao aparecimento do capitalismo também procederam à sua progressiva liberação: encetaram

um processo através do qual a racionalidade instrumental, transformada em paradigma, passou a dominar todas as esferas da sociedade. A formidável crise cultural em que nos achamos provém do fato de que, através desse percurso, os valores, anteriormente articulados pelas narrativas míticas, passaram a ser operados de maneira instrumental.

O mote aqui é que se trata de um sistema de idéias camufladamente libertário com o progresso materialista, contudo, dissimulado e autoritário porque os desejos individuais passaram a ser determinados pelo mercado (controlador), fruto do desenvolvimento instrumental aliado ao poder do capital, exaltando a “necessidade” e posse de objetos sem real sentido ou importância legítima no exercício cotidiano.

Assim, para LÖWY (1990, p.192), referindo-se ao pensamento do teórico alemão Walter Benjamin a respeito do progresso, a técnica contribuiu de maneira incisiva para a dominação social e coerção da subjetividade individual, pois:

(...) Benjamin não nega que os conhecimentos e as atitudes humanas progrediram (ele o afirma explicitamente nas *Teses*); o que ele recusa obstinada e apaixonadamente (...) é o mito – na sua opinião, mortalmente perigoso – de um progresso da própria humanidade que resulta necessariamente das descobertas técnicas, do desenvolvimento das forças produtivas, da dominação crescente sobre a natureza. Ele chama a atenção (...) para a utilização bélica das novas técnicas e para o fato de que as máquinas, supostamente aliviadoras do fardo do trabalhador, nada mais fazem que intensificar a exploração.

Dialeticamente, segundo ADORNO e HORKHEIMER (1985, p. 46), o que contribuiu para a repressão da sociedade modernizada e, por conseguinte para a regressão da mesma foi justamente o estado de esclarecimento difundido na civilização, referindo-se, novamente, ao conceito de progresso e à razão instrumental:

A humanidade, cujas habilidades e conhecimentos se diferenciam com a divisão do trabalho, é ao mesmo tempo forçada a regredir a estágios antropológicamente mais primitivos, pois a persistência da dominação determina, com a facilitação técnica da existência, a fixação do instinto através de uma repressão mais forte. A fantasia atrofia-se. A desgraça não está em que os indivíduos tenham se atrasado relativamente à sociedade

ou à sua produção material. Quando o desenvolvimento da máquina já se converteu em desenvolvimento da maquinaria da dominação - de tal sorte que as tendências técnica e social, entrelaçadas desde sempre, convergem no apoderamento total dos homens - os atrasados não representam meramente a inverdade. Por outro lado, a adaptação ao poder do progresso envolve o progresso do poder, levando sempre de novo àquelas formações recessivas que mostram que não é o malogro do progresso, mas exatamente o progresso bem-sucedido que é culpado de seu próprio oposto. A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão.

Em outras palavras, esta repressão configurou-se como um elemento determinante na nova postura social dos homens adotada perante a era instrumental, inculcando anseios e necessidades individuais a partir de valores morais e materiais trazidos com os benefícios da ciência e o acirrado progresso da civilização. Enfim, tratava-se da aniquilação da poesia não calculável e não útil nesta nova prática, implicando numa consciência individual oprimida pela subjetividade condicionada ao desenvolvimento técnico do meio social. Ainda, segundo DUARTE (2002, p.28):

A profundidade da alienação que Adorno e Horkheimer detectam no Esclarecimento não atinge apenas o relacionamento do homem com as coisas, mas ataca também o cerne das relações humanas, que passam a sofrer as conseqüências de um procedimento teórico e prático que não tem outro objetivo que estender e solidificar o predomínio humano sobre a natureza. Mas também, a relação de cada indivíduo para consigo mesmo fica prejudicada, o que é outro modo de mencionar os prejuízos no plano da *psique* aos quais estão submetidas às pessoas que vivem sob a égide do Esclarecimento.

Na tentativa de elucidar o pensamento romântico é significativo observar o paradoxo da “situação de modernidade” em que, como já levantado, a riqueza material e mesmo ideológica de libertação e autonomia mostrava-se como um avanço na história com o “mito” do progresso. Entretanto, trazendo em seu cerne um poder “corrosivo” que extirpava a criatividade e o pensar filosófico crítico dos homens com a dominação de suas idéias, de sua fantasia, de seu tempo e de suas emoções.

Isto representou uma dominação tão perniciosa ao não permitir momentos de reflexão e, por conseguinte de contestação do poder que a imposição deste “estilo de vida” tornou-se irreversível na história. E assim como um processo em andamento (visto repercutir até hoje), percebemos o que a repressão da consciência provocou no meio político, ideológico, artístico e cultural, pois favoreceu a dominação dos sentidos (coletivo) com a administração social e econômica do sistema de vida e seus modos de produção, culminando na massa alienada em detrimento à liberdade criativa do “ser romântico”. De acordo com LÖWY e SAYRE (1995, p.45):

(...) o desenvolvimento do sujeito individual está diretamente ligado à história e à “pré-história” do capitalismo: o indivíduo “isolado” desenvolve-se com este e por causa dele. No entanto, tal postura constitui a origem de uma importante contradição na sociedade moderna porque esse mesmo indivíduo criado por ela não consegue viver senão frustrado em seu âmago e acaba por se revoltar contra ela. A exaltação romântica da subjetividade - considerada, por engano, como a característica essencial do romantismo - é uma das formas que assume a resistência à reificação. O capitalismo suscita indivíduos independentes para preencher funções sócio-econômicas; mas quando esses indivíduos agem como individualidades subjetivas - explorando e desenvolvendo seu mundo interior, seus sentimentos particulares - entram em contradição com um universo baseado na padronização e reificação. E quando reclamam o livre exercício de sua faculdade de imaginação, esbarram na extrema platitudo mercantilista do mundo engendrado pelas relações capitalistas. Neste aspecto, o romantismo representa a revolta da subjetividade e da afetividade reprimidas, canalizadas e deformadas.

O valor atribuído a um mundo fundamentalmente racionalizado e quantificado refere-se à exploração da natureza e do homem com a deformação da consciência perceptiva deste, pois tudo e todos foram sentenciados a uma vida de controles sem graça e sem cor com “uma relação puramente ‘utilitária’ - isto é, quantitativamente calculável - dos seres humanos entre si e com a natureza” (LÖWY, 1990, p.37), sem considerações relevantes para o desenvolvimento do autoconhecimento (individual)

na contemplação da natureza ou de uma obra de arte por meio de um movimento “infinito” de reflexão, propiciado com o “ócio criativo”.

Com uma explicação histórica e ensaística, a situação de modernidade e, conseqüentemente as considerações acerca da civilizada sociedade capitalista é “ilustrada” da seguinte forma com uma passagem da obra de Dickens (1854) *apud* LÖWY (1990, p. 39):

(...) *Tempos Difíceis*¹⁵ não é apenas sobre a moagem da alma: conta também como a civilização industrial (capitalista) elimina qualidades como romance, cor e imaginação da vida material das pessoas, reduzindo-a a uma rotina monótona, cansativa, uniforme, entediante e cinzenta. A moderna cidade industrial, Coketown, é descrita por Dickens como “uma cidade de maquinarias e de altas chaminés, das quais saíam intermináveis serpentes de fumaças que seguiam a si mesmas para todo o sempre” (...).

Portanto, a compreensão romântica sobre a existência dos indivíduos na sociedade industrial não se limitou a questões utópicas de ordem poética, criativa e filosófica, para se pensar a modernidade, mas desdobrou suas percepções a questões políticas, através de uma crítica sobre a determinação do capital nos modos de vida, corrompendo os princípios de todos nas ações práticas do capitalismo.

Para LÖWY (1990, p.37), “todas as outras características negativas da sociedade moderna são intuitivamente sentidas pela maior parte dos anticapitalistas românticos como fluindo dessa crucial e decisiva nascente de corrupção: por exemplo, a religião ao deus dinheiro (...)”. Porém no desenrolar dos fatos, simplesmente a aceitação social foi coagida pelo “adestramento” cotidiano como única possibilidade de sobrevivência no exercício do trabalho parcelado e desprovido de criatividade:

¹⁵ Obra relatada: DICKENS, Charles. *Hard Times*, Penguin Books, 1854.

Outros autores românticos ou neo-românticos têm se aprofundado mais extensivamente nesse assunto. Deplorando o declínio e o desaparecimento do velho artesanato pré-capitalista – um tipo de trabalho no qual a *criatividade* e a *imaginação* são componentes essenciais do trabalho –, descrevem e analisam a absoluta predominância da produção meramente *quantitativa*, o domínio da máquina inanimada sobre pessoas vivas, os efeitos embrutecedores da divisão do trabalho, o caráter “repulsivo” da labuta mecânica e sem vida, a degradação e desumanização do trabalhador (LÖWY, 1990 p.40).

Os românticos entendiam que o novo ideal que brotava “expurgado” com a idéia de desenvolvimento por meio da inusitada situação de mobilidade social (com o acúmulo de capital) e riqueza material era equivocado, já que este conceito de evolução e melhorias com a crescente mecanização foi responsável por consumir a energia vital dos seres humanos. A análise feita interpretava a nova realidade como uma negação a um modo singular de existência dos homens que estavam deixando de ter características humanas para se transformarem em objetos reprodutores do sistema.

A questão abordada é que os homens foram se transformando em simples aparatos funcionais imprescindíveis, porém substituíveis na produção de vida material e sensorial que se mostrava de forma singular: veloz, urbana, calculista, insensível às percepções e por isso camufladamente feliz ou sofrida, porém falsa.

É importante uma análise sobre a consciência reprimida do indivíduo em relação às descobertas peculiares na construção da história para, assim podermos entender a gênese do movimento romântico que, em defesa da sensibilidade subjetiva incitou o encontro do indivíduo com seu mundo interior (auto-reflexão consciente).

A importância está no fato deste indivíduo conseguir explorar seu mundo interno como vazão ao desencantamento perante a mecanização intensiva da economia (e seus modos de produção) e da cultura juntamente com os valores

mercantilistas que se sobrepuseram à natureza humana e a do meio-ambiente no processo de modernização das cidades.

Sendo assim, com o movimento romântico o desenvolvimento da expressão subjetiva foi responsável por provocar sentimentos singulares e liberdade criativa intencionando promover mudanças perante a realidade social a partir do pensamento crítico, o qual derivou do autoconhecimento do sujeito sobre si e sobre o meio.

Nesta vertente, o Romantismo apresentou suas idéias anticapitalistas revestindo-se de um discurso crítico da modernidade, estimulando o processo criativo na busca de um passado pré-capitalista como compensação à falta de idealização numa vida padronizada sem apelo ao imaginário, tratando-se de interpretações objetivadas com a produção de sentido em uma sociedade racional-mercantilista por princípio.

Verificamos, deste modo que a forma de narrar romântica enaltece os sentimentos humanos através de uma simplicidade bucólica, transcendendo o espírito prático moderno num pensamento diferente daquele determinado pela mente burocrática, interesseira, insensível e alienada da “massa” conduzida.

Para Rousseau, grande precursor do Romantismo, a interioridade, o voltar-se sobre si mesmo, a importância dada ao sentimento é o fator principal subjetivo para despertar a consciência objetiva dos homens, pois “só através dos sentimentos é que as idéias e o mundo racional podem adquirir sentido, podem de fato ser apreciados, porque o sentimento é a medida da interioridade do homem. No sentir, no viver-se, o homem é de fato ele mesmo desde as suas raízes, espontânea e livremente” (BORNHEIM, 1978, p. 80).

Posto isso, o espírito romântico movimentou-se na contramão capitalista tendo como fomento a liberdade de criação e a sensibilidade capaz de fruir na beleza artística e natural não controlada pelo tempo do relógio: “(...) a decepção misantrópica de Rousseau pelos homens manifestou-se como afronta à sociedade. Que maior afronta do que o exibicionismo do ócio (...) - (NUNES, 1978, p. 69)?

A ambigüidade semântica deste movimento romântico está justamente no fato de um pensamento moderno originar uma crítica moderna e com isso favorecer o conceito de *coincidentia oppositorum*: “simultaneamente (e alternadamente) revolucionário e contra-revolucionário, individualista e comunitário, cosmopolita e nacionalista, realista e fantástico, retrógrado e utopista, revoltado e melancólico, democrático e autocrático, ativista e contemplativo, republicano e monarquista, vermelho e branco, místico e sensual” (LÖWY; SAYRE, 1995, p.9).

Assim, pensar em Romantismo é pensar na história, pois remete à reflexão de um momento único de lucidez que precedeu todo o pensar crítico-reflexivo perante a dominação cultural na qual estamos inseridos atualmente - com os ditames da indústria da cultura cujas aliadas, a tecnologia juntamente com a mídia conduzem o imaginário e mesmo o cotidiano prosaico em função da “dependência consumista” criada nos indivíduos: “Seja como for, o Romantismo é um fato histórico e, mais do que isso, é o fato histórico que assinala, na história da consciência humana, a relevância da consciência histórica. É, pois, uma forma de pensar que pensou e se pensou historicamente” (GUINSBURG, 1978, p.14).

Destarte, com o Romantismo também insurgiu uma concepção histórica diversa da proposta pelo discurso categórico descritivo, introduzindo o pensar reflexivo como entendimento e interpretação dos fatos cogitando, sobretudo, a

relação dos feitos individuais em conjunto com questões emocionais e sensíveis no diálogo com a sociedade.

Houve, deste modo, uma revolução indicando a existência de significados singulares e imprevisíveis por não abarcar o “todo” (que na verdade, referia-se sempre ao todo oficial) no decorrer do processo historicista, mas uma soma de significados abrangendo do erudito ao popular, do grupal ao individual, do material ao espiritual, enfim idéias opostas aos preceitos decisivos do discurso histórico dominante (GUINSBURG, 1978).

Introduz-se a relativização como pensamento denso e favorável a vasculhar os “sentidos implícitos” (as entrelinhas) fruto das ações humanas nas relações estabelecidas com a cultura normativa, corroborando para o pensar crítico e reflexivo romântico atribuir novos significados ao desenvolvimento cognitivo histórico e filosófico – uma nova forma de pensar sobre os acontecimentos, incluindo as razões e conseqüências perante os fatos.

A grande questão a ser avaliada, neste texto com a explanação sobre o Romantismo é o elucubrar do pensamento que se desdobra sobre si mesmo no exercício dialético da reflexão como possibilidade criativa de emancipação do indivíduo com a liberdade de seu pensamento. Diante das amarras sociais inerentes à cultura mercantilizada, e responsáveis por cultivar a massa não reflexiva, os indivíduos são condicionados na forma de pensar com a prévia determinação da produção e recepção do conhecimento via mídia e tecnologia.

Desta forma, com a atividade do pensamento em intenso exercício há meios para que a consciência tenha condições de proporcionar um encontro do “eu” com a conduta adequada ao “enobrecimento de sua alma”, de seu caráter; característica

fundamental para a existência particular do indivíduo no resgate de seu “ser romântico”.

Finalizando as percepções anticapitalistas românticas, uma passagem da literatura de QUEIRÓS (2003, p. 132) faz alusão ao bucólico em oposição à civilização nos conduzindo ao pensar reflexivo sobre a insensibilidade na vida das pessoas:

Agarrava o meu braço, exigia que eu reparasse com reverência. Na natureza nunca eu descobriria um contorno feio ou repetido! Nunca duas folhas de hera, que, na verdura ou recorte, se assemelhassem! Na cidade, pelo contrário, cada casa repete servilmente a outra casa; todas as faces reproduzem a mesma indiferença ou a mesma inquietação; as idéias têm todas o mesmo valor, o mesmo cunho, a mesma forma, como as libras; e até o que há mais pessoal e íntimo, a ilusão, é em todos idêntica, e todos a respiram, e todos se perdem nela como no mesmo nevoeiro... *A mesmice* – eis o horror das cidades!

- Mas aqui! Olha para aquele castanheiro. Há três semanas que cada manhã o vejo, e sempre me parece outro... A sombra, o sol, o vento, as nuvens, a chuva incessantemente lhe compõem uma expressão diversa e nova, sempre interessante. Nunca a sua frequência me poderia faltar...

5. A estética da vida civilizada: da reflexão Estética à crítica romântica

*A educação artística é a educação do sentimento, e uma sociedade que descuida dela se entrega à emoção informe. A arte ruim é a corrupção do sentimento. Trata-se de um fator de importância no irracionalismo que exploram os demagogos.
Suzanne Langer, 1966*

Pensar na ciência Estética requer antes uma reflexão histórica referente ao surgimento do próprio termo que especifica um conhecimento desenvolvido com a vida civilizada, como forma de disciplinar o culto à atenção dada ao belo produzido, necessariamente pelo homem.

Numa explicação mais direta, segundo STEINER (1994, p.11-12): “A Estética, isto é, a ciência que se ocupa da Arte e suas criações (...) foi apresentada pela primeira vez, com a plena consciência de se estar inaugurando uma nova disciplina científica por *Alexandre Gottlieb Baumgarten* no ano de 1750”. Daí as pesquisas tornarem-se científicas com a sistematização do processo de reflexão acerca da criação artística e o sentimento de reconhecimento do belo gerado com a apreciação de uma obra de arte.

As reflexões ocasionadas com a Estética conferem ao instante da contemplação uma fruição densa objetivada a partir da “matéria” inicial que é a

forma do objeto, forma esta trabalhada pelo artista na transformação da realidade em um ideal a ser alcançado. É interessante observar que o belo apraz nosso contato com o objeto artístico que imerge na cultura com a “materialização” ou manifestação do pensamento ideal que existe na “Natureza”, pois segundo STEINER (1994, p.28):

O belo que o artista coloca diante de nós é mais perfeito do que em seu estado natural, porém não comporta outra perfeição senão a sua própria. Nesta transcendência do objeto em relação a si mesmo, contudo baseando-se tão-somente naquilo que lhe é inerente, reside o belo. O belo não é, portanto, algo contrário à Natureza; e assim Goethe pode dizer, com direito: “O belo é uma manifestação de ocultas leis da Natureza, que sem sua aparição permaneceriam eternamente secretas”. Ou, numa outra ocasião: “Aquele a quem a Natureza começa a desvendar seu segredo manifesto experimenta um anseio irresistível por sua intérprete mais digna: a Arte”. No mesmo sentido em que se pode afirmar ser o belo irreal e não verdadeiro, uma mera ilusão, pois o que expressa não se encontra nesta perfeição em lugar algum da Natureza, também se pode dizer o seguinte: o belo é mais verdadeiro do que a Natureza, pois expressa o que a Natureza pretende mas não consegue¹⁶.

Portanto, não podemos somente entender a aproximação com o mundo ilimitado do universo artístico na abstração de conceitos que se contrapõem à realidade sensória, pois existe a ambigüidade na arte no momento em que ela se mostra como ilusão e, no entanto, nos coloca diante da verdade imanente da reflexão contemplativa da Natureza, o que possibilita sublimação no contato com a idéia de arte, ou seja, com aquilo que não percebemos de imediato com os nossos órgãos sensoriais, mas que no contato com o movimento contínuo de reflexão nos remete a um mundo infinito de idéias culminando na transformação da própria realidade.

¹⁶ Esta obra de *Steiner* (1861), usada no texto presente, refere-se a uma forma de pensar que leva em consideração questões transcendentais de ordem filosófica, interagindo com reflexões da ciência Estética enquanto ato de criação, algo que vai além das concepções racionais positivistas da ciência moderna, sugerindo uma crítica criativa. Neste ponto sugere-se uma proximidade com o pensamento de Adorno (1903), ou até mesmo um complemento às idéias do autor e vice-versa, para se pensar nas questões da estética como averiguação das produções artísticas e culturais da vida em sociedade civilizada - lembrando a distância temporal que separa os dois referidos autores.

Concomitante às reflexões com a ciência Estética inicia-se um período revolucionário no sentido de buscas por mudanças ideológicas, filosóficas e culturais, desdobrando-se em uma crítica cultural ao sistema de vida imposto pelo mercantilismo e capitalismo na produção de vida material e sensorial ocasionando tanto na crítica à própria realidade esteticamente manipulada pelo crescente mecanicismo da modernidade como na crítica de arte.

Neste ponto há uma dupla questão a ser pensada, pois se refere à crítica de arte no sentido da crítica à obra propriamente dita, como ao fazer artístico como fruto de determinado contexto histórico, ou seja, também se inicia um período de reflexão da crítica ao mercantilismo das artes em sua produção e recepção, analisando o que se configura como arte ou apenas como artefato cultural de bens de consumo supondo uma ascensão intelectual/cultural, bem como a garantia de um reconhecimento social.

Podemos verificar que ambas as críticas, de arte e da sociedade, referem-se ao início do pensamento romântico, ou com os chamados pré-românticos (meados do século XVIII), como forma de dar expressão ao sentimento de desapego à vida civilizada ou desencantada (referências já introduzidas no ensaio anterior “Sobre o Romantismo...”), vida esta que se transformou ao longo da história na estética da sociedade “administrada” - culminando nas reflexões sobre a indústria cultural (séculos XX-XXI) com a crítica à “efemeridade” da arte hoje em contraposição com a “eternidade” da mesma.

A crítica de arte para os primeiros românticos inicia-se com o pensamento reflexivo com o qual há uma atividade gerada com a autoconsciência deste potencializando um outro pensamento, ou melhor, o pensamento é pura auto-reflexão o que se denomina “o pensar do pensar” num movimento infinito de

conexões com outros centros de pensamentos, elevando a capacidade de reflexão a um patamar nobre ou divino na transcendência do objeto artístico e do pensamento original. De acordo com BENJAMIN (2002, p. 30): “O pensamento reflexivo ganhou assim, para eles (**os românticos**), graças a seu caráter inacabável, um significado especialmente sistemático que induz que ele faça de cada reflexão anterior objeto de uma nova reflexão (grifo meu)¹⁷”.

Desta forma, a reflexão sobre a obra de arte se dá com o seu conhecimento imediato, porém há uma mediação que é o próprio pensar ou “toda reflexão é imediata, sendo, portanto uma mediação por imediatez”. Neste sentido, verifica-se que “a crítica de arte é o conhecimento do objeto no *medium-de-reflexão*”, que leva ao conhecimento da Idéia de arte com o contato do próprio pensar com níveis mais elevados de reflexão, propiciados a partir do pensamento de terceiro grau; o de segundo grau é a forma do autoconhecimento do primeiro pensar, configurando-se como o início de toda reflexão propriamente dita (o pensar do pensar). Assim, o *medium-de-reflexão* é o “*medium*” do pensamento que leva à noção do absoluto.

Esta atividade remete o pensar sobre algo à alusão ao infinito com um sistema de conexões em que se processa a teoria do conhecimento, culminando na crítica de arte para os primeiros românticos. Segundo BENJAMIN (2002, p.56):

¹⁷ Desenvolvimento da tese de doutorado do pensador alemão Walter Benjamin com o título “O conceito de crítica de arte no romantismo alemão”, concluída entre 1917-1919 em Berna, Suíça. Para o tradutor desta obra de BENJAMIN (2002, p.8-9), Seligmann-Silva: “Benjamin foi o primeiro a valorizar a teoria romântica da ‘Reflexão’. Este conceito está no centro desta sua tese. Benjamin define a crítica como um ‘medium-de-reflexão’. Na medida em que ele pôs este conceito no núcleo da sua tese, com todas as suas implicações de crítica ao modelo de teoria do conhecimento monológico, baseado na simples cadeia de causas e efeitos, e, portanto, de crítica também a uma concepção linear tanto do desenvolvimento do conhecimento como também do desenrolar da própria história, ele trouxe à tona um debate – a crítica de um determinado modelo de razão e racionalidade – que está particularmente aceso na pós-modernidade”.

(...) para os românticos e para a filosofia especulativa, o termo “crítico” significava “objetivamente produtivo”, “criador a partir da clareza de consciência”. Ser crítico implica elevar o pensamento tão acima de todas as conexões a tal ponto que, por assim dizer magicamente, da compreensão da falsidade das conexões, surgiria o conhecimento da verdade.

A crítica de arte é destarte toda a reflexão gerada com a obra, “pois o valor da obra depende única e exclusivamente do fato de ela em geral tornar ou não possível sua crítica imanente. Se ela é possível, se existe, portanto na obra uma reflexão que se deixa desdobrar, absolutizar e dissolver-se no médium da arte, então ela é uma obra de arte” (id. Ibid, p. 84). Com a crítica há a “dissolução da forma” da obra de arte e paradoxalmente, isto a torna indestrutível com sua absolutização na Idéia de arte. Ainda, segundo BENJAMIN (2002, p.90):

A crítica sacrifica completamente a obra em nome da coerência da unidade. Em contrapartida, aquele procedimento que, conservando a obra mesma, é capaz de intuir sua total correlação com a Idéia da arte, é a ironia (formal). Não apenas não destrói a obra que ela atinge, mas, antes, aproxima-a da indestrutibilidade. Através da destruição da forma determinada de exposição da obra, na ironia, a unidade relativa da obra singular é remetida de modo mais profundo à unidade da arte como obra universal, ela se torna, sem se perder, totalmente correlata a esta.

Percebe-se que para os românticos a tarefa do pensar reflexivo é fundamental enquanto crítica e possibilidade de assegurar a existência da teoria como fruição ou desenvolvimento nobre do espírito, contrariando as ações da sociedade mercantilista e burocrática que não necessitava elucubrar sobre o próprio pensar reflexivo gerado com a Estética ou com a filosofia para a composição sistemática da vida corrente. Na verdade, a falta de tempo livre impulsionou todo o pensamento não reflexivo da sociedade atual, facilitando o processo de dominação cultural que na contemporaneidade designa-se por cultura de massa ou indústria da cultura.

A tentativa de assegurar ao pensamento reflexivo um lugar de destaque na cultura moderna é uma forma romântica de repensar toda situação histórica referente à arte ou à estética que se distendeu em uma ambigüidade com a “democratização” e acesso às obras artísticas como uma suposta erudição dos homens na educação dos sentidos.

Analisando historicamente, a imposição do mercado (no lugar do mecenas) provocou uma sutil mudança na produção e fruição do processo artístico que seguindo a lógica capitalista submeteu a sensibilidade criativa a uma receptiva efemeridade na sucessão de objetos artísticos como importantes bens de consumo para uma sociedade esclarecida e civilizada. De acordo com RÜDIGER (2002, p.34):

No estágio da cultura de mercado, a capacidade de desenvolver e expressar a subjetividade tende pois a se identificar com a posse das coisas: o cultivo se confunde com o consumo. O fetichismo da mercadoria baseia-se no fato de que as pessoas transferem para si, mais do que o valor monetário, a gratificação psicológica advinda do reconhecimento de um valor dado à coisa socialmente, atribuindo à compra ou posse dela o prazer daquilo que na verdade foi produto de sua própria atividade sensível enquanto coletividade.

Isto se deu através de uma contemplação “passiva”, não oportunizando maiores reflexões sobre a transcendência da obra e do espectador em relação à realidade empírica com a (im)possibilidade de sublimação na fruição estética da vida veloz. Esta prática (surgida com a modernização) corroborou para uma dessensibilização dos indivíduos que com a velocidade originada com a intensiva mecanização e competição descomedida em busca de lucros materiais ou apenas sobrevivência numa vida fria e repetitiva, fez com que todos se moldassem ao crescente “mercado” na conformação da ética e da estética da sociedade capitalista. Assim,

Benjamin viu bem que o desenvolvimento das forças produtivas pelo capitalismo não está isento, em toda a sua ambigüidade, de reflexos e projeções no plano da cultura vivida (...). A síntese de imagens para consumo sob a forma de mercados e bens serviu para introduzir a consciência das massas no modo de produção em que estavam sendo enquadradas cada vez mais inconscientemente (...).

O caráter por assim dizer fantasmagórico das imagens que pouco a pouco se associa aos produtos mercantis é fruto de uma espécie de reunião entre o progressismo desse sistema com a regressão arcaizante, senão a ruína humana e espiritual, que ele não pára de provocar no plano da cultura; constitui o ponto no qual a aparência estética se torna função do caráter de fetiche da mercadoria, por mais que a esse processo também se ligue, pelo lado do progresso das condições materiais de vida, ao desenvolvimento dos meios e possibilidades de esclarecimento (RÜDIGER, 2002, p.31).

O problema ocasionado é justamente um poder autoritário que sutilmente foi moldando todos a ter um gosto padronizado pelo mercado consumidor com a sociedade burguesa reproduzindo formas de dominação através do pensamento não reflexivo, apenas reprodutivo, com uma educação “civilizada” de refinamento ou atitude requintada perante a vida. Como cita ARGAN (1998, p. 67):

Se o que legitima o poder não é mais a aristocracia do sangue, mas a da inteligência e da cultura, a alta burguesia culturalmente avançada se separa da média e pequena burguesia culturalmente retrógrada: a qualificação de “burguesa”, que significa “mentalidade estreita” e “mau gosto”, torna-se, na boca dos novos “aristocratas”, insultante. A arte, que o pequeno-burguês considera como uma perda de tempo, é objeto de interesse para o burguês de elite; ao mostrar que a entende, manifesta a sensibilidade de seu espírito, a presteza em captar e interpretar os pensamentos e aspirações da época, que têm no artista, como intelectual, seu portador.

Por isso, a crítica romântica é fundamental para pensarmos na estética da vida civilizada como cogitação sobre todo o processo de amortização dos sentidos, emocionais e sensoriais, entorpecidos pela euforia do progresso iluminista e pela modernização das cidades, corrompendo até mesmo os juízos feitos pela intelectualidade produzida pela própria cultura, pois se tornou importante mostrar conhecimento e não necessariamente produzir um pensar reflexivo particular.

Este texto pretende verificar que a concepção da ciência Estética teve sua gênese oriunda do processo histórico de desenvolvimento intelectual e material que produziu, com a modernidade, uma vida civilizada em conformidade com o progresso social e cultural, ou seja, conceitos, posturas, criações e crenças no ideal burguês de bem viver assim como na razão esclarecedora, características de boa educação e cortesia.

Porém, esta situação instigou o pensamento daqueles considerados desqualificados ou desenraizados do novo mundo e estimulou a expressão da consciência romântica na interpretação dos fatos observados e sentidos com uma percepção crítica da realidade - de acordo com as menções trabalhadas no texto anterior.

É importante observar que a evolução intelectual só permitiu o surgimento de uma ciência que se ocupava das criações artísticas tão tarde, já que a arte permeou todo o processo de desenvolvimento da história dos homens (com os primitivos, egípcios, gregos, medievais etc.), pois anteriormente ao surgimento da Estética (ciência) não havia a necessidade ou mesmo possibilidade de uma reflexão sobre a sensibilidade criativa do espírito humano na feitura de obras ou um estudo erudito sobre a arte.

Portanto, o desejo em se compreender a “razão” ou o sentido da arte não foi inerente à sua existência. Como exemplo, podemos verificar a concepção de arte para Aristóteles que acreditava tratar-se apenas de imitação da natureza, ou mesmo Platão que entendia ser a arte algo nocivo e a música um mero incentivo à coragem nas guerras (STEINER, 1994) e para os gregos a produção artística, tão reconhecida na História da Arte, era a expressão de um povo em acordo com a Natureza, ou seja, a arte era uma “extensão do viver e atuar dentro da Natureza” (id.

ibid, p.13), logo em harmonia com ela na simples e pura existência, não sendo relevante o entendimento ou conjecturas sobre o fazer artístico.

Em contradição, a harmonia com a natureza foi superada no momento em que o homem começou a descobrir seus atributos internos infindáveis de criação no sentido de superação aos domínios míticos e/ou divinos, porém só mais tarde, século XVIII, é que oficialmente surgiu a Estética enquanto disciplina vinculada a um pensar científico e filosófico, para a compreensão do processo de criação artística e sua fruição por parte do espectador.

Isto foi possível, principalmente com a necessidade de refinamento sobre o meio cultural e intelectual já evoluído historicamente, visto tratar-se de uma ciência, porém algo mais impulsionou a sistematização cognitiva sobre a arte.

O pensar reflexivo e a sensibilidade são atributos de resistência à realidade falsa, aos sinais ou indícios de que a modernização da vida civilizada começava a interferir no fazer artístico, o que não é diferente de outros períodos na História da Arte, contudo a singularidade da questão é a deformação dos sentidos e da sensibilidade criativa com a padronização dos gostos e das emoções, já mencionado anteriormente.

Percebe-se que há um paradoxo na emancipação do homem do meio natural, pois evoluindo na descoberta de sua autonomia criativa e racional houve um retrocesso dos sentidos que com a razão instrumental, fruto de sua evolução, impulsionou a repressão dos desejos e atributos subjetivos a favor da riqueza cultural e material de progresso da civilização, portanto desvirtuando as qualidades internas, próprias do ser humano, descobertas no processo de emancipação. Dialogando com o mesmo pensamento RÜDIGER (2002, p.17) afirma que

a modernidade coincide, como era, com o progresso do projeto de tornar o homem sujeito e construir uma sociedade capaz de permitir sua realização como indivíduo. Noutros termos, libertá-lo das autoridades míticas e das opressões do tradicionalismo. A realização deste projeto todavia revelou-se problemática. O progresso da razão é gerador de um avanço que não pode ser separado da criação de novas sujeições e dependências, responsáveis pelo aparecimento de sintomas regressivos na cultura e de uma silenciosa coisificação da humanidade.

Este distanciamento da natureza causou conseqüentemente grandes prejuízos para a subjetividade do ser humano, ou o “ser romântico”, aquele ser comprometido com sua essência, com o processo criativo de existência peculiar humana através de simples ações como o sentir, o perceber, interpretar, refletir e criar. Podemos compreender melhor esta situação com as reflexões de STEINER (1994, p.18) sobre o pensamento de Goethe da seguinte forma:

Eis a “Natureza superior” na Natureza da qual Goethe pretende apoderar-se. Reconhecemos que em caso algum a realidade tal como se apresenta aos nossos sentidos é algo em que o homem, tendo chegado a um nível superior de cultura, possa permanecer. Só quando o gênio humano transcende esta realidade, rompendo o invólucro para penetrar no cerne, é que se lhe revela o que coere o mundo em seu íntimo.

Perceber e elucubrar sobre o processo de criação com a Estética demanda uma capacidade de reflexão infinita que transcende a própria obra e com isso a realidade mecanicista que estava começando a se mostrar de forma ilusória referente à autonomia dos homens sobre o meio.

O belo enquanto forma artística de contemplação, a partir da produção de obras objetivadas pela capacidade e rigor da utilização de materiais contextualizados historicamente, expressa a possibilidade de comunicação humana e do enaltecimento do espírito. Segundo RAMOS-DE-OLIVEIRA (2001, p.58):

A relevância do artístico é enorme e conjuga-se à importância do bem pensar. Kant mostrou a importância do Belo para a integralidade do homem, ser racional e sensível. Porque o julgamento de que “algo é belo” exige a adesão dos outros, segue-se que empenha toda a comunidade dos

homens. O Belo é, assim, a afirmação da intersubjetividade e da possibilidade da comunicação humana.

E o surgimento da Estética enquanto ciência torna-se viável para o desenvolvimento da consciência perceptiva sobre o meio, como elucubração singular acerca de um conhecimento mais apurado sobre a sensibilidade artística, garantindo autonomia ao pensamento reflexivo/crítico.

A Estética sistematiza o momento de apreciação do belo, momento este da comunicação que não se restringe ao pensamento formal, mas transcende a própria linguagem para dar “forma coerente” ao instante mágico, ou melhor, ao contato com a transformação da realidade esteticamente concebida e com as sensações ocasionadas com ela. Daí a crítica de arte dos românticos completar esta tarefa de assimilação do processo artístico iniciado com a reflexão e o conhecimento imediato do objeto, remetendo à noção do absoluto.

Numa situação oposta propiciada com as inovações da modernidade, houve para Benjamin uma perda da magia, da aura de uma obra de arte com a “reprodutibilidade técnica” da mesma e isto conjugava com a idéia de facilidade na produção de uma obra para um crescente mercado consumidor, transformando a relação de produção e recepção de um objeto artístico nas relações sociais e culturais como sinônimo de sucesso, bom gosto e capacidade consumidora da estética cortês.

Com esta condição há um equívoco conceitual histórico gerado no que se refere à evolução cultural dos homens, pois ao mesmo tempo em que a arte começa a ser acessível de forma abundante para as pessoas na sociedade, desdobrando-se naquele pensamento de elevação intelectual frente a uma educação estética, também a fruição artística capaz de envolver a sensibilidade e a reflexão do indivíduo espectador perde o tempo ideal da magia contemplativa devido às

máquinas, do mundo modernizado, ditarem o compasso exercido no meio social, econômico e cultural.

Por conseguinte, o ponto aqui não é somente o domínio dos meios de produção ou imposição alienante da objetividade instrumental influenciando a vida social e econômica, mas também a intromissão no desenvolvimento da consciência crítica e criativa dos seres não sendo mais permitido um modo único de experiência humana que passou a ser manipulada pelo tempo controlando a tudo nas relações de produção na era capitalista.

Com isso ocorreu uma interferência no processo artístico que imputava autenticidade à obra, pois passou este a ser manipulado pelo mercado alterando sua essência criativa na fruição por parte de um público conformado com a realidade empírica: ou um público sem tempo para a contemplação de uma obra ou quando com tempo permitido, sem sensibilidade para a apreciação reflexiva sobre o universo artístico, aquele que nos revela a Idéia de arte. “Por isso Goethe acrescenta: ‘A lei que se torna manifesta com a maior liberdade e de acordo com as suas próprias condições produz objetivamente o belo – que, no entanto, pressupõe sujeitos dignos para poder ser compreendido’” (STEINER, 1994, p. 29).

Desta forma constitui-se o pensar reflexivo sobre a estética da sociedade como uma necessidade de compreensão sobre a produção da arte e a recepção desta por parte de um público sensível, capaz de perceber na contemplação artística um universo diferente da realidade empírica como possibilidade de uma descoberta infinitamente maior e mais verdadeira com a emancipação do pensamento sobre si mesmo – um encontro com a natureza do universo artístico revelado.

Não é por acaso que tanto a ciência Estética quanto o pensamento romântico surgiram com questões em defesa de uma reflexão diversa de um conteúdo

científico útil para o progresso quantificador da humanidade, considerando deste modo um conhecimento mais apurado sobre a percepção estética da vida corrente em suas produções do belo.

O Romantismo, de um modo geral, se refere a uma “concepção estetizante da vida”, uma configuração da vida como uma verdadeira obra de arte, com o chamado “Idealismo Mágico”, para *A. W. Schlegel, Novalis*¹⁸ e outros, na descoberta de um mundo interior infinito com a percepção sensível da beleza e transcendência do ser em relação ao universo artístico¹⁹.

Entretanto as idéias românticas excedem as características puramente artísticas envolvendo a sensibilidade na interpretação e produção da vida porque culmina na crítica e reflexão sobre o meio, bem como no pensar filosófico da crítica de arte e conteúdos ideológicos de contestação.

Enfim, tratava-se de uma postura adotada por pessoas que se sentiram desconfortáveis, abolidas, massacradas em seu íntimo revelador, em seu espírito de liberdade e ansiadas pelo desejo de vivência novamente em detrimento a todo um poder camufladamente “revestido” de benfeitorias com a razão instrumental e desenvolvimentos para a humanidade.

A imprecisão da semântica sobre o Romantismo (visto como ficou vulgarmente conhecido hoje, o termo romântico) deriva de um pensamento voltado para a busca de valores em um passado distinto, porém com intenções “utópicas” de um futuro melhor, acreditando numa capacidade criativa messiânica de encontro com valores humanos: viver junto aos homens num ambiente propício a um crescimento que permita uma “adequação da alma à vida real” (LÖWY; SAYRE, 1995).

¹⁸ Autores conhecidos como os primeiros românticos.

¹⁹ Anotações de aulas feitas durante o curso, “Estética e Teoria Crítica” – 1S/2006.

Daí a crítica romântica ser conhecida como volta ao passado e, portanto retrógrada, porém não se pode negar a originalidade e mesmo a intencionalidade transformadora da consciência romântica que demonstrou maturidade e desenvolvimento intelectual ou espiritual frente ao processo reificador da modernidade. Sem ela (a consciência romântica) a humanidade padeceria de uma insatisfação destruidora da memória sensível, aquela que nos remete à reflexão e para tanto à existência do sujeito livre em seu mundo interior.

A objeção à idéia de avanço com o progresso da modernidade mecanicista e racionalista é evidente para os românticos, pois mesmo sendo o discurso romântico fruto da própria modernidade configura-se como uma autocrítica desta. Com isso, observa-se uma das grandes contribuições do pensar reflexivo romântico que propõe uma crítica imanente, porque

ao reagirem afetivamente, ao refletirem, escreverem contra a modernidade, estão reagindo, refletindo e escrevendo em termos modernos. Em vez de lançar um olhar do exterior, de ser uma crítica oriunda de um “alhores” qualquer, a visão romântica constitui uma “autocrítica” da modernidade (LÖWY; SAYRE, 1995, p.39).

Neste sentido, a crítica deriva de um processo de autoconhecimento do próprio pensar, cultivando indivíduos ativos na capacidade de percepção e reflexão sobre os males da consciência reprimida e deformada pela história do “esclarecimento”. E a crítica de arte romântica ou a ciência Estética conferem ao pensamento o desdobrar de sua capacidade criativa através da comunicação com o mundo das artes ou revelação da Natureza.

Pensar na crítica de arte é pensar na possibilidade esclarecedora da linguagem que permite integrar-se à obra proporcionando o acabamento da mesma. Uma obra é para ser contemplada, sentida, observada e neste aspecto há uma importante comunicação com a crítica para dar forma ao pensamento revelado, ou

melhor, para configurar a ideiética²⁰ da criação artística e isto é possível, necessariamente com o tempo da reflexão ocasionado pela contemplação (“ver” com o pensamento).

Esta sensibilidade “racional” (originada com a sistematização de um método) possibilita a crítica exercer sua função de resistência contra uma práxis alienante que amortiza os sentimentos humanos na repetitividade de um movimento contínuo sem apelo à magia contemplativa de uma obra ou da própria vida.

A sistematização do pensar é essencial para garantir autonomia ao processo reflexivo-filosófico, porém a autonomia da arte e seu fazer só é possível com a alienação do próprio ser em seu mundo interior, conjugando com a manifestação da Natureza já existente, enfim um instante de sublimação da sensibilidade criativa, algo que não se explica com palavras apenas proporciona a sensação do encontro com o divino.

²⁰ Ideiético: que tem forma de idéia (STEINER, 1994, p.30)

6. Vida civilizada parte II: a “administração” dos sentidos

O homem não pode suportar muito tempo um estado de consciência. Ele deve refugiar-se no inconsciente, porque é lá que vivem as raízes do seu ser.
Paul Klee

Para Adorno e Horkheimer (1985) o termo indústria cultural representa a crítica à razão e, portanto, ao processo civilizatório que propiciou o poder determinante do capital a se apropriar dos bens culturais acabando por transformá-los em mercadoria. Neste contexto, há uma mudança expressiva em relação à fruição estética dos indivíduos na aparência modernizada das cidades misturando-se arte, objetos de consumo e a idéia de ascensão social e intelectual. Segundo RÜDIGER (2002, p. 18):

Noutros termos, o conceito de indústria cultural tem a ver com a expansão das relações mercantis pelo conjunto da vida social, em condições de crescente monopolização, verificadas a partir das primeiras décadas do século. No princípio, o fenômeno consiste em produzir ou adaptar obras de arte segundo um padrão de gosto bem-sucedido e desenvolver as técnicas para colocá-las no mercado. A colonização pela publicidade pouco a pouco o tornou veículo da cultura de consumo: assume então um caráter sistêmico. O estágio final chega com sua conversão em mecanismo de mediação estética do conjunto da produção mercantil, momento este em que “o mundo inteiro é forçado a passar pelo filtro da indústria cultural [enquanto máquina de publicidade]”²¹.

²¹ (Dialética, p.118)

A indústria cultural refere-se, entretanto ao sistema social, econômico e cultural do século XX (remetendo também à atualidade: século XXI), pelos autores citados, mas seu embrião está no cerne da vida civilizada burguesa já educando para o consumo.

Com o fenômeno da mobilidade social a formação cortês disseminou valores que necessariamente transformavam indivíduos diferentes entre si em pessoas uniformes pelo conhecimento adquirido, significando o início da domesticação dos sentidos e das sensações através de uma boa educação. De acordo com MOLES (2001, p. 88):

A Burguesia “instala-se” na época de Napoleão III – Guilherme I, em meados do século XIX, e torna-se por essa época uma sociedade de massas cujo “recrutamento” se faz através da educação, caracterizando-se por uma “disponibilidade” das rendas e uma necessidade de “promoção visível”: o que não é visível não existe.

Esta “administração” cultural significou, entre outros, tornar as pessoas seres civilizados, cultos, sociáveis ou domados, sujeitos às conformações impostas pelas regras de convivência. Contudo, essencialmente ocorre uma perda ou dano ao aprimoramento do espírito livre, aquele que possibilita o pensar reflexivo do indivíduo a perceber-se e conduzir-se de maneira patente nas relações estabelecidas com a cultura normativa, pois direitos e deveres sempre existiram nas comunidades, porém a questão é a standardização e deformação do pensamento particular.

Com o acúmulo de capital originou-se uma nova característica: o empilhamento e a posse, porque a necessidade de consumo era inevitável como condição social do homem exercer uma função, o poder de compra. Esta atividade

passou, então a ser primordial em uma sociedade fundamentada na produção e comercialização de mercadorias, já que a lógica do mercado acabou gerando um ciclo “natural” consumista entre o homem e o seu meio.

Pensar em objetos “fúteis” que se alastraram com a sociedade burguesa é pensar na aproximação da arte com a produção de uma cultura voltada para o requinte²², não necessariamente do bom gosto, mas do excesso de aparatos domésticos indispensáveis para reconhecimento social, visualizando-se isso com o surgimento de uma literatura que se referia à vida da classe média educada:

A clássica divisão entre quarto de dormir, cômodo simples, sala de refeições, salão, quarto de hóspedes, adega e dispensa, é um produto do século XIX. Uma arte que opera pela acumulação e pela repetição, que empilha dez estilos diferentes em um salão e que arruma peças no apartamento: sobre a mesa, coloca-se uma toalha, sobre a toalha, uma bandeja, sobre a bandeja, uma toalhinha, sobre a toalhinha, pires, sobre os pires, xícaras, e sobre o açucareiro, colherinhas de açúcar, etc., etc. (...) A arte literária desenvolve-se a serviço da classe média que vive no conforto e constrói sobre estereótipos. É uma *arte literária do estereótipo* (MOLES, 2001, p. 113).

Estes objetos apareceram como novidade e prazer na aquisição de ornamentos para embelezar e tornar minucioso o conforto da “arte” de bem viver – tudo isto propagado pela formação cortês.

Contudo, a embriaguez da abundância “estética”²³ da vida civilizada aniquilou o indivíduo transformando-o em massa tanto pela homogeneização da expressão cultural e do gosto padronizado, previamente comandados pelo mercado, como pela reificação de sua existência na labuta diária da produção capitalista gerando novas

²² Como requinte sugere de imediato a idéia de “bom gosto”, elevar, aprimorar, sublimar, é importante mencionar outro significado que é relacionado ao “excesso”, caracterizando-se como algo “apurado pela afetação”, “ridículo” (“Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa”, 1995, p. 565).

²³ Neste caso há uma ironia formal com relação ao significado da palavra estética que visa criticar o excesso de aparatos, utensílios, materiais, objetos etc., na caracterização de progresso material e primor cultural.

necessidades de consumo, principalmente relacionadas ao tempo livre do trabalhador como uma forma de dominação do espírito livre, caracterizando-se como controle social. De acordo com ADORNO (1995, p. 73):

(...) a distinção entre trabalho e tempo livre foi incutida como norma à consciência e inconsciência das pessoas. Como, segundo a moral do trabalho vigente, o tempo em que se está livre do trabalho tem por função restaurar a força de trabalho, o tempo livre do trabalho - precisamente porque é um mero apêndice do trabalho - vem a ser separado deste com zelo puritano. Aqui nos deparamos com um esquema de conduta do caráter burguês. Por um lado, deve-se estar concentrado no trabalho, não se distrair, não cometer disparates; sobre essa base, repousou outrora o trabalho assalariado, e suas normas foram interiorizadas. Por outro lado, deve o tempo livre, provavelmente para que depois se possa trabalhar melhor, não lembrar em nada o trabalho. Esta é a razão da imbecilidade de muitas ocupações do tempo livre. Por baixo do pano, porém, são introduzidas, de contrabando, formas de comportamento próprias do trabalho, o qual não dá folga às pessoas.

A percepção sobre um poder autoritário (capital), revestido de benefícios para o meio social, cultural e material, sucumbe perante a educação do homem civil ludibriado por esse excesso de adornos enriquecendo o meio e, portanto, provocando a adesão irrefletida da sociedade, sem qualquer possibilidade de recusa, à dependência na aquisição desses novos petrechos - anteriormente citados, que são frutos do trabalho assalariado - os quais se caracterizaram como objetos kitsch. Segundo ADORNO e HORKHEIMER (1985, p.125):

Os consumidores são os trabalhadores e os empregados, os lavradores e os pequenos burgueses. A produção capitalista os mantém tão bem presos em corpo e alma que eles sucumbem sem resistência ao que lhes é oferecido. Assim como os dominados sempre levaram mais a sério do que os dominadores a moral que deles recebiam, hoje em dia as massas logradas sucumbem mais facilmente ao mito do sucesso do que os bem-sucedidos. Elas têm os desejos deles.

Para melhor compreensão da propagação desses instrumentos requisitados com os costumes de uma boa educação, é necessário compreender o kitsch como aquilo que se configurou tanto como “ostentação” ou exagero de utensílios sem real

precisão para o homem do século XIX, como também por uma atitude, um pensamento generalizado, uma expressão ou configuração estética contemporânea, consubstanciando a arte no mundo mercadológico de consumo (MOLES, 2001).

Por isso, entender a consagração do kitsch na cultura de hoje remete a uma especulação da palavra que envolve muitos significados, uma vez que forma o gosto pelo imediato, sensacional, efêmero, transitório, frívolo; uma realidade esteticamente produzida para ser consumida e destacada de sua singularidade ou simplicidade útil.

É importante fazer uma análise retrospectiva sobre as relações estabelecidas com a cultura e com as ações na vida cidadina devido à visível alienação da sociedade ao objeto, pois o universo kitsch foi “sedimentado” no mundo dos homens como artefatos que se “assemelham” à arte, mas com uma fundamental diferença: na arte há a magia reveladora e no kitsch há a falsidade inibidora do processo de fruição, pois a princípio o termo tem relação com enganação ao “vender alguma coisa em lugar do que havia sido combinado, (...) uma negação do autêntico” (id. Ibid, p.10). Percebe-se, portanto, que o kitsch na indústria cultural propaga-se como um forte aliado, já que

(...) dá prazer aos membros da sociedade de massa e, por esta via, lhes permite o acesso a exigências suplementares e a passar da sentimentalidade à sensação. As relações entre o Kitsch e a arte são particularmente ambíguas, as mesmas que existem entre a sociedade de massa e a sociedade criativa. O Kitsch permanece essencialmente um *sistema estético de comunicação de massa* (MOLES, 2001, p.77).

Contudo, há aqui uma modificação em relação à característica do empilhamento ou acúmulo de quinquilharias para o homem civilizado do século XIX, porque na era da indústria cultural (século XX - XXI) o que vale é a substituição de algo sempre pela novidade “mais atualizada” do mercado permanecendo, no entanto, a alienação ao objeto e/ou informação de maneira evidente.

Neste contexto há uma alteração expressiva em relação à consagração da estética na sociedade de consumo, incluindo a arte e a razão instrumental, pois com a exploração dos meios de comunicação houve uma organização perfeita cultural para legitimar o sucesso desse “novo empreendimento”: a (de)formação da própria vida tratada como “objeto” conduzida pela tecnologia (com a TV, cinema, Internet etc.) na “administração” dos sentidos. Segundo COSTA (2002, p.26):

Nota-se a relação imanente entre a racionalidade presente na expansão da ciência moderna e o surgimento das novas tecnologias de comunicação que, na construção de mensagens e nas possibilidades de representação do real, independentemente do conteúdo manifesto, condiciona a percepção dos receptores a uma técnica estruturada pelas possibilidades da natureza do veículo.

Na atualidade, isto significa comandar as sensações, os desejos, as emoções e as impressões pessoais segundo uma “autoridade” competente: a indústria cultural. Tal “autoridade”, cujo modo de manipulação se efetiva através da mídia tecnológica, condiciona o pensamento e o sentimento a se sensibilizar apenas com aquilo que deva ser relevante para o sistema dominador (capitalista), pois ao imputar verdades e motivar crenças no exercício do cotidiano, bem como incitar o consumo de bens ou objetos surgidos com a vida cortês, inibe a fruição sensível ou percepção estética contemplativa de uma obra de arte, da própria vida ou do meio ambiente, importantes para a reflexão sobre o *ethos*.

Com relação aos programas de TV (novelas, jornais, filmes etc.), vale lembrar que se trata da dominação ou manipulação de opiniões pelo horário (nobre) de maior audiência, não se referindo a “bons programas” existentes em outros momentos, mas restringindo a grande massa à apreciação minuciosa de uma diversão pouco elucidativa/educativa referente ao caráter de emancipação do pensamento. Ainda, de acordo com COSTA (2002, p. 24):

Com as transformações tecnológicas que modificaram substancialmente a produção jornalística e ficcional, em decorrência da industrialização do cinema, da televisão, do rádio e, mais recentemente, da internet, ocorre um fenômeno caracterizador do final do século passado: a difusão dos meios de comunicação eletrônicos e informatizados permitiu a ampliação do universo de produção de mercadorias simbólicas, sem que representasse automaticamente condições de verdadeira universalização do conhecimento técnico-científico e cultural.

Isso decorre das similitudes entre a divisão social do trabalho, que acompanha as contradições próprias da produção de mercadorias no capitalismo, e os processos de fragmentação da construção dos artefatos oferecidos pela indústria cultural. Equivale dizer que os processos de fragmentação da informação (seleção, montagem e edição), a pauperização da mensagem para conquistar a inteligibilidade de um público médio e o caráter mercadológico que influi na lógica da produção jornalística e ficcional, entre outros fatores, restringem o potencial de crítica e de apreensão da realidade pela audiência.

Percebemos isto com o auge do consumismo hoje, porque a própria existência dos indivíduos está vinculada a uma falsidade virtual que ilude a experiência real através dos acontecimentos expostos pelos meios de comunicação de massa. Verificamos esta situação com o sujeito (independente de classe social no mundo “democrático”) que cede suas horas diárias em nome de uma idéia de sucesso com o consumo da “estética da moda” portando sempre um novo objeto de valor efêmero, bem como experimentando as emoções da mídia a fim de se estar “por dentro” dos acontecimentos recentes, garantindo um lugar “ativo” na cultura atual em que aparecer tornou-se sinônimo de ser, pois para TÜRCKE (2004, p.63):

Na transformação do sentido da palavra sensação consubstancia-se uma sentença destruidora: aquilo que não se destaca na massa de ofertas não vende, pois não é verdadeiramente percebido. O que não é percebido é um nada; quem não é percebido é um ninguém. Na necessidade, no desejo da sensação, encontra-se a angústia da existência de uma sociedade inteira (...) Ser significa tornar-se percebido (...) Onde se deve surpreender para poder sobreviver; onde a luta pela existência se transforma num problema estético, então se faz cumprir o estado de coisas da sociedade da sensação, para a qual caminhamos a passos largos.

Com isso, o pensamento crítico “abafado” torna-se impossibilitado de se rebelar a partir da percepção sobre um poder que corrompe os sentidos humanos,

pois há uma acentuada facilidade na propagação do discurso dominante pela importância dada à aparência e ao prazer de compra, bem como ao sentimento de reconhecimento dentro de uma cultura sensacional.

Neste caso, há uma relação direta com o “modo kitsch de ser” na sociedade contemporânea relacionando o pensamento conduzido da massa com a pobreza das emoções e a falta de decisões peculiares do indivíduo. Este, sendo “administrado” contenta-se com o espetáculo da mídia por meio dos efeitos causados por ela. De acordo com DUPAS (2001, p. 117):

Com a tecnologia da informação, nunca a tirania das imagens e a submissão ao império das mídias foram tão fortes. A vida nas sociedades contemporâneas apresenta-se como uma imensa acumulação de espetáculos (...) a dominação da economia sobre a vida social acarretou uma degradação do “ser” para o “ter”. Em seguida, operou-se um deslizamento do “ter” para o “parecer-ter”. Às grandes massas excluídas da sociedade global só resta o identificar-se por meio do espetáculo global, instantâneo e virtual. Programas de auditório substituem os tribunais, propiciando julgamentos e processos públicos de conciliação; e garantem, como na loteria, a esperança do resgate da exclusão através da visualização do prêmio do outro, ou o sonho do seu fugaz minuto de glória.

O controle da própria vida, dos sonhos e dos caminhos “escolhidos” pelas pessoas na cultura “globalizada” é falsamente garantido pelo discurso democrático, o qual possibilita a sociedade (não tão) esclarecida acreditar que é capaz de alcançar qualquer objetivo. Porém, o problema é que os objetivos já estão traçados pela indústria cultural que com a publicidade forma uma coligação para a “sedimentação” dos valores expostos pela “ética” do mercado capitalista, educando o povo (não importando o nível social) para o consumo imediato da ideologia dominante.

Dessa maneira, produz-se a alienação das mentes com a abolição do pensamento crítico, como já dito, visto que tudo pode ser permitido para o cidadão democrático do mundo “altamente” modernizado, com a tecnologia de ponta

induzindo a crença na garantia de realização de qualquer sonho - como o corpo perfeito, saúde, sucesso e felicidade. Segundo COSTA (2002, p. 310);

Uma das características da cultura mediática é a transformação na forma de o indivíduo perceber a realidade circundante, tendo como suporte as novas tecnologias e sua capacidade de justapor imagens, sons, movimentos, em alto grau de excitação sensível. A cultura mediática, no processo (de)formativo, requer mais o momento de adaptação ao ecossistema tecnológico do que propriamente uma ação autônoma, necessária ao processo educativo. Sua natureza se afirma com a hegemonia da razão instrumental, unindo debilidade da experiência e o caráter pragmático do conhecimento.

Esta é uma condição perniciosa de dominação aniquilando a essência criativa e reflexiva do “ser romântico”, pois, com a idéia de que o consumidor detém o poder de escolha dentre as opções oferecidas pelo sistema mercantilista, ocorre uma domesticação dos sentidos humanos com uma dissimulada aparência de liberdade que impulsiona o “motor” da indústria da cultura a alavancar a sua produção. Para RÜDIGER (2002, p. 245):

Afirmações correntes que pretendem passar por conclusões de pesquisas bem informadas, como as de que o consumo permite às pessoas expressarem seu eu de forma autônoma, a pornografia tem um sentido pedagógico, pela www, recriamos as condições para viver a vida em comum não diferem, em síntese, daquelas que costuma lançar mão a publicidade. Porém isso não é o mais grave. O raciocínio subjacente deixa de lado o fato de que essas práticas não só colaboram na manutenção do regime de poder vigente quanto são, por ele, requeridas, exploradas e justificadas. O significado emancipatório que elas eventualmente têm sobre a ação é determinado pela forma mercadoria.

O desejo, entretanto do consumidor sendo “atendido” consagra a manipulação dos gostos pela padronização e produção em série dos produtos, afinal as pesquisas publicitárias “ouvem” o que os cidadãos querem, inculcando o poder não só de decisão, mas de realização falsamente propagada pela mídia. Como diz Adorno (1993): “O todo é falso – Não há vida correta na falsa”. Portanto, o poder se

efetua com a ilusão das vontades realizadas, administradas pela mídia publicitária numa sociedade que se tornou dependente da exposição pessoal para se fazer reconhecer como alguém que encontrou “o rumo certo na vida”.

Paradoxalmente, referir-se ao rumo certo provoca uma cogitação sobre a ética aristotélica que conferia com a reflexão uma importante consideração às ações do cidadão na relação estabelecida com a cultura normativa, ou seja, especulando a capacidade do indivíduo em manter-se íntegro aos seus princípios repercutindo em uma vida correta para a *polis*, em um bem estar em relação à sua função exercida no meio cultural - isto já mencionado em outro texto.

Assim, ter os sentidos conduzidos por um ideal de desenvolvimento através dos meios de comunicação de massa colabora para objetivar as mentes para a ilusão do consumo do “inusitado”, do “original” seja ele ideológico, ético, moral ou material. Isto remete à condução da consciência burguesa reificada em função do progresso social, cultural e tecnológico culminando na sociedade administrada contemporânea – falsamente livre em suas produções na vida, falsamente evoluída de sua menoridade em comparação a outros períodos históricos. De acordo com RÜDIGER (2002, p. 22):

Destarte, o conhecimento do mundo se amplia e se difunde por entre todas as classes e em todas as partes do globo, estimulando o desenvolvimento da capacidade de escolha individual, mas tanto essa quanto aquele tendem a ficar circunscritos aos territórios colonizados pela forma mercadoria.

6.1 A arte, o espetáculo e a vida

Observamos que a indústria cultural abrange a totalidade das informações cotidianas produzindo sentidos, propagando valores e modos de conduta muitas

vezes absurdos e desrespeitosos para com o aperfeiçoamento do caráter individual. A violência, a insensibilidade e o individualismo assumem uma postura de “normalidade” no exercício coloquial, pois não há tempo ocioso permitido para a percepção sensível comover-se com o outro.

A idéia do novo, da “modernidade”, do melhor e mais atual serve como desculpa muitas vezes às ações incompatíveis com o bem estar geral das pessoas e do ambiente, enfim com as ações na civilidade contemporânea “esclarecida” - ironicamente, a semântica da palavra “civilidade” refere-se ao oposto daquilo que se configura como uma sociedade bárbara, cruel e sem conhecimento evoluído.

Isto vale também para a recepção dos acontecimentos mostrados pela mídia de forma fragmentada, vulgarizando os significados discursivos pela repetição sensacionalista de sua veiculação, formando uma opinião pública passiva pelo excesso de informações, pois o público acostuma-se com a visão da miséria, das catástrofes, da corrupção, das agressões etc. Segundo COSTA (2002, p.42-43):

A aceleração da produção e o acesso imediato a bens simbólicos, como se não houvesse fisicamente o aporte técnico separando o emissor do receptor, a compreensão das dimensões territoriais e de temporalidade e a impossibilidade de se reconstituir o real, a não ser na sua representação plagiada, colocam uma questão emblemática.

O fluxo de informações que busca captar a totalidade complexa do mundo real, o movimento do devir histórico, as conjecturas dos acontecimentos culturais, sociais e políticos, como expressões do *esclarecimento* presente no campo jornalístico, paradoxalmente submetido à razão instrumental, comprime a totalidade do real a formas simplificadas de exposição das manchetes, do corpo redacional, da impossibilidade de o meio dispor de mais tempo/espço para exposição do enunciado da mensagem.

No contexto do processamento de mensagens pelos canais de comunicação, partindo-se da lógica industrial incorporada à produção jornalística, o mais importante não é a relação entre a informação e o mundo da experiência dos receptores, mas, fundamentalmente, a assimilação dos enunciados dando a sensação de integração (...). Esse processo de adaptação, que negligencia o campo da experiência fundamentada nas relações de proximidade, compromete uma das dimensões fundamentais para o processo formativo: a dimensão da autonomia do sujeito.

Há, dessa maneira, um equívoco ético gerado porque se refere à sustentação de uma cultura voltada para o progresso irrefreável não importando a aniquilação do sentimento “humano” (afetivo e romântico), o qual é suprimido como forma de auto-aprimoramento e descobertas próprias para o sujeito (indicando sua autonomia), que por hábito imposto, pela própria técnica, colabora para o embrutecimento das relações sociais.

Sendo assim, o aprimoramento desta racionalidade “burocrática” atingiu a todos os civis provocando um grande disparate na cultura atual, que é a “barbárie estética” disseminada em uma sociedade “prontamente” administrada: “O cartaz da Benetton, que mostra uma roupa suja do sangue de sérvios fuzilados por soldados bósnios, teve apenas um objetivo: impressionar. Sua violação do tabu representou, antes de tudo, uma rigorosa obediência às leis do mercado” (TÜRCKE, 2004, p.63).

Isto significa uma apropriação de certos valores humanos pelo mercado que excede seu poderio através da banalização de imagens que deveriam ser consideradas “grotescas” para a vida em sociedade civilizada e, no entanto servem apenas ao interesse publicitário para abalar, impressionar, coibindo o poder crítico (individual) inerente no processo histórico desse fato - mostrado de modo tão trivial.

Neste contexto, a própria arte se presta a um novo papel, evidenciando sua falta de liberdade com a necessidade “de se fazer mostrar”, pois encontrando lugar no mercado do entretenimento e da cultura “mídia” contraria sua essência criativa de alienação artística perante uma realidade “insana” baseada em princípios capitalistas. De acordo com ADORNO e HORKHEIMER (1985, p.147):

(...) a barateza dos produtos de luxo fabricados em série e seu complemento, a fraude universal, o caráter mercantil da própria arte está em vias de se modificar. O novo não é o caráter mercantil da obra de arte, mas o fato de que, hoje, ele se declara deliberadamente como tal, e é o fato de

que a arte renega sua própria autonomia, incluindo-se orgulhosamente entre os bens de consumo, que lhe confere o encanto da novidade.

O fato de a obra de arte ter se aproximado do público tornando-se cúmplice no cotidiano frio e repetitivo facilitou a banalização da magia receptiva que amortizou os sentidos na contemplação artística. Os olhos não evoluíram de modo a "enxergar" o contato com a "idéia de arte", mas se tornaram aptos a perceber o objeto mais adequado ao consumo ou à decoração, ou ainda a observar uma obra em algum grande evento espetaculoso desvinculado do pensar reflexivo, sobretudo enquanto fenômeno de entretenimento. Desta maneira, a "popularização" da arte não incluiu seu caráter revelador, mas apenas a necessária consideração aos valores sociais embutidos na própria obra, contextualizada historicamente, vulgarizando a fruição artística.

Neste caso, a experiência sensível com a apreciação de uma obra é substituída por um sentimento deturpado de pseudofelicidade na sensação de posse ou experimento daquilo que se configurou como um bom divertimento com o teatro, cinema, música, mega-shows, mega-exposições, enfim os mega-eventos. Portanto, estas situações enaltecem o valor mercadológico, um bem de consumo, promovendo a "trivialidade" da arte como fator determinante para a instauração da indústria cultural evidenciando, assim a sua efemeridade (da arte).

Com isso ocorre uma manipulação da emoção "autêntica" (real, verdadeira), provinda da experiência única do indivíduo no contato com a beleza estética de uma obra de arte ou com um pensar criativo (importante para a autoformação do sujeito), transformando-se em uma emoção informe despreocupada, irrelevante e até mesmo grotesca. Segundo DUARTE (2002, p. 45):

(...) O termo “fetichismo”, relativo às mercadorias em geral, como se sabe foi cunhado por Marx em *O capital*, referindo-se ao fato de os produtos comercializados esconderem totalmente a relação social que lhes deu origem. Horkheimer e Adorno afirmam que, no âmbito da indústria cultural, os objetos estéticos estão sujeitos a uma inversão da “finalidade sem fim”, que Kant atribuía às coisas belas no século XVIII. O “valor de uso” – essencialmente problemático nos bens culturais – é absorvido pelo valor de troca: em vez de prazer estético, o que se busca é “estar por dentro”, o que se deseja é conquistar prestígio, e não propriamente ter uma experiência do objeto.

A difusão do espetáculo do entretenimento juntamente com as intenções sensacionalistas da mídia atual impossibilita uma cogitação apurada sobre as experiências estéticas que não considerando a sensibilidade na fruição do belo acostuma-se ao excesso de sensações. Para TÜRCKE (2004, p. 64), com relação à arte “em suas produções estéticas, bem como no próprio juízo, introduz-se, de forma contundente, o sentimento de que aquilo que não choca também não presta. Portanto, o que não é percebido não possui mais o direito de existência artística”.

Segundo o pensamento de Adorno, o que contribuiu para a propagação de toda parafernália cultural, inserida na vida como expressão artística da época “kitsch” em questão, é o fato de a razão instrumental ter provocado a regressão da consciência individual criativa, inibindo a reflexão de exercer seu poder de defesa e de crítica, pois a pessoa tem suas forças minadas na cumplicidade com a reprodução do sistema social:

Sabemos que as jornadas de trabalho em um escritório, na fábrica, nas escolas, nas oficinas, nas tarefas do lar etc., são sempre motivo de esgotamento físico e emocional em vários graus. Para que possamos exercer todas essas funções de forma adequada àquilo que o sistema espera de nós, muito de nossos desejos deve ser postergado, adiado, ou seja, reprimido. Por mais que se tenha um sentimento de realização pessoal através de dinheiro e de status, a satisfação em ser si mesmo é constantemente minada. Aquilo de que as pessoas carecem, devido ao cansaço gerado pelo trabalho no capitalismo, é o reforço de sua própria identidade, a satisfação de ter um eu engrandecido, forte, valorizado. (FREITAS, 2003, p.18).

Esta contenção dos desejos representa a existência cultural do homem civilizado, uma vez que atingindo um grau de intelectualidade e de racionalidade instrumental tão plena pôde determinar os princípios, valores e formações culturais juntamente com a necessidade do excesso de regras e normas com fins de aperfeiçoamento do sistema de vida atual.

Em outras palavras, podemos compreender o avanço cultural-progressista moderno com a “democratização do conhecimento”, a partir das informações surgidas diariamente na mídia tecnológica e com a “popularização das artes”, no entanto com uma inevitável consequência: determinar a igualdade entre os indivíduos que compõem uma sociedade, necessariamente não se referindo a uma igualdade de justiça e benefícios estendidos a todos, mas apenas à homogeneização das sensações, das opiniões e da subjetividade administradas pela retórica dominante (indústria cultural).

Percebemos que a imposição estética da “ditadura da moda” alterou significativamente toda atitude e toda ideologia no *ethos* contemporâneo, influenciando gostos que se tornaram homogêneos, sonhos padrões (principalmente relacionados ao poder de compra), expressivas “banalizações” críticas da cultura *pop*, sobreposição de valores quantitativos em relação aos qualitativos, o comando sobre a postura “correta” do sujeito na ação em sociedade, bem como o conhecimento transformando-se num acúmulo de informações irrelevantes para o pensar filosófico.

É importante salientar que a atividade perceptiva e reflexiva sobre o mundo externo proporciona elementos para o desenvolvimento da capacidade interna de criação com o desabrochar da subjetividade do indivíduo auto-reflexivo. Este exercício pode fortalecer a “imunidade” do indivíduo contra a contaminação

(determinista) da tecnologia do entretenimento, devido o pensamento crítico manter-se em estado de “alerta” perante as condições estéticas propagadas pela mídia.

A “magia contemplativa” referente ao exercício da apreciação crítico-reflexiva diante da obra de arte, enaltecido pelos românticos, conduz a uma “iluminação” ou encontro entre a estética e o sublime, como sentimento (percebido) através de uma emoção “legítima”, que significa não envolvida pela trama cultural do *kitsch* na cultura mercantilizada, pois segundo FREITAS (2003, p. 53):

Manter o conceito de uma obra de arte em sentido estrito, com sua exigência de autonomia frente às expectativas psicológicas e sociais, é radicalmente importante de um ponto de vista *filosófico*, pois somente aquelas obras que são radicalmente modernas, propondo um enigma insolúvel acerca de seu sentido – que é percebido, mas não totalmente abarcado pela racionalidade cotidiana -, não fazendo nenhuma espécie de concessão àquilo que gostaríamos que ela fosse, somente tais produtos colocam para nós uma oportunidade de elevação para além da constante pressão social (...).

A arte, por sua vez, não se estabelece com a ilusão de mostrar como este mundo pode efetivamente existir e qual a sua estrutura (...) seu valor é eminentemente crítico, apresentado de forma enigmática e cifrada a possibilidade de uma experiência que tenha um sentido em si mesma, sem se submeter às exigências de geração de valores. A indústria cultural, que se esmera em produzir formas de satisfação pretensamente totais, contendo signos da felicidade em seu todo, é radicalmente falsa, pois trabalha a partir da ilusão do preenchimento narcisista dos desejos, que são, eles mesmos, já manipulados pelos produtos que visam satisfazê-los.

Se a liberdade do pensamento que se reflete fosse mantida em desenvolvimento concomitante à evolução instrumental e ao raciocínio positivista (da sociedade modernizada capitalista) haveria um aprimoramento do espírito sensível na relação com as questões mundanas de modo a enriquecer o ser humano com o aperfeiçoamento da intelectualidade e da cultura contemporânea. Para Novalis *apud* FISCHER (1983, p. 71-72):

O mundo precisa ser romantizado. Desse modo, o significado original é redescoberto... pela doação de uma elevada importância àquilo que é comum, de uma aparência misteriosa ao que é corriqueiro, a dignidade do

desconhecido ao que é familiar, os traços do infinito ao que é finito... O fato de que não nos possamos ver em um mundo feérico é devido apenas à fraqueza dos nossos órgãos físicos e à deficiência da nossa percepção.

7. Apreciação crítica da sociedade “mercantilizada”

A função da crítica é provocar o pensamento racional com capacidade reflexiva sobre os acontecimentos, a partir de um pensar que se formula na apreciação minuciosa factual vinculada à percepção dos sentidos, utilizando-se para isso uma linguagem lógica e coerente. Criticar é se deparar com o “cerne” de um discurso formal na exposição de seu conteúdo como modo singular de comunicação na análise reflexiva sobre o meio observado.

Para se formular uma proposição o sujeito exercita a reflexão como busca pessoal atenta a pequenos indícios capazes de “iluminarem” a idéia central sobre aquilo que provocou o “pensar sobre algo...”. Trata-se do pensamento engendrado por outro pensamento, gerando a reflexão na recepção dos fatos, ou seja, na sistematização dos sentidos com a confluência do discurso objetivo com o pensamento interno.

Há, portanto, um diálogo entre a subjetividade individual e a percepção de indícios sobre a realidade, através de uma comunicação racional culminando numa formulação lógica e coerente de uma teoria. Deste modo, é um exercício de autoconhecimento que proporciona uma interpretação particular sobre as ocorrências na vida, conferindo à reflexão um desenvolvimento elucidador do pensamento; importante para a consciência do indivíduo que se preserva como um ser “autopensante”.

Na atualidade, porém, a crítica (de um modo geral) tem se apresentado com um outro enfoque: procurar algo aparentemente “diferenciado”, “sensacional” ou “chocante” que incita o discurso pós-moderno na fragmentação de princípios básicos que não permitem uma interpretação singular, mas múltiplas interpretações partindo sempre de um ponto de vista previamente determinado pela mídia.

Trata-se de um julgamento feito com as informações propagadas pelos veículos de comunicação de massa na análise do espetáculo da vida, proclamando a superficialidade do senso comum cultural como esclarecimento social. Assim, este é o papel a que se presta a crítica em suas mais variadas formas discursivas, seja na educação, na filosofia, na arte, na sociologia, na psicologia, na economia, enfim em todos os setores da vida administrada: criticar na época presente refere-se à ação de julgar, achar, condicionar a moral e os costumes a favor do sistema capitalista, conformando-se à cultura mercantilizada e, portanto, ao *status quo*.

Porém, esta situação remonta a um passado burguês, referindo-se à crítica cultural, que propagou o conceito de autonomia para o indivíduo manifestar sua opinião, mas com reservas ao fortalecimento da crítica filosófica dialética, pois o que ocorreu foi uma oportuna apropriação do pensamento autônomo pelo poder ludibriante da “mercantilização” das idéias. Segundo ADORNO (1998, p. 9-10):

O conceito de liberdade de opinião, e mesmo o próprio conceito de liberdade espiritual na sociedade burguesa, no qual a crítica cultural se baseia, possui a sua própria dialética. Pois, enquanto se liberava da tutela teológico-feudal, o espírito, graças à progressiva socialização de todas as relações humanas, caía cada vez mais sob o controle anônimo das relações vigentes, que não apenas se impôs a partir de fora, como também se introduziu em seu feitiço imanente. Essas relações se impõem tão impiedosamente ao espírito autônomo quanto antes os ordenamentos heterônomos se impunham ao espírito comprometido. Não só o espírito se ajusta à sua venalidade mercadológica, reproduzindo com isso as categorias sociais predominantes, como se assemelha, objetivamente, ao *status quo*, mesmo quando, subjetivamente, não se transforma em mercadoria. As malhas do todo são atadas cada vez mais conforme o modelo do ato de troca. Este permite à consciência individual cada vez menos espaço de manobra, passa a formá-la de antemão, de um modo cada vez mais radical, cortando-lhe *a priori* a possibilidade da diferença, que se degrada em mera nuance no interior da homogeneidade da oferta. Simultaneamente, a aparência de liberdade torna a reflexão sobre a própria não-liberdade incomparavelmente mais difícil do que antes, quando esta estava em contradição com uma não-liberdade manifesta, o que acaba reforçando a dependência. Esses momentos, em conjunto com a seleção social dos portadores do espírito, têm como resultado a regressão do espírito. Sua responsabilidade transforma-se, de acordo com a tendência preponderante da sociedade, em ficção. De sua liberdade, o espírito desenvolve apenas o momento negativo, a herança de sua condição monadológica e sem projetos: a irresponsabilidade. Fora isso, porém ele

adere cada vez mais firmemente, como mero ornamento, à infra-estrutura da qual pretendia se destacar.

Igualmente, a crítica *pop*²⁴ contemporânea atua de forma contrária a sua intenção inicial revestindo-se apenas de um discurso democrático banal supostamente “elucidador” (sem significância “real”) para a sociedade “tecnológica” (que está “por dentro” dos acontecimentos recentes explorados pela mídia sensacionalista), não permitindo questionamentos “consistentes” acerca dos fatos ocorridos.

Tudo se transforma num amontoado de apontamentos que perdem rapidamente a relevância na substituição por notícias “mais” novas e “fresquinhas” (como se caracteriza no senso comum) promovendo o esquecimento das questões levantadas anteriormente sem a reflexão necessária exigida para a solução de um problema cogitado.

O que há na atualidade é uma seqüência narrativa comandada pela indústria cultural na interpretação dos fatos e das ações previamente estabelecidas dentro de um contexto administrado pelo capitalismo tecnológico – fomentando a passividade do indivíduo na interpretação sobre o meio político, econômico, cultural e social. Ou ainda, favorecendo a trivialidade e aceitação perante os “absurdos” ocorridos na sociedade relacionados com o poder político e capital.

Observamos que no discurso moral da sociedade administrada a inversão de valores referentes ao exercício da cidadania corrompe juízos e incita ações pouco éticas na apreciação sobre os acontecimentos. Podemos perceber isto declaradamente nos discursos dos magistrados que fabulam argumentações

²⁴ *Pop*: termo usado no sentido coloquial (“americanizado”) de popular com menções, no entanto à cultura de massa diferente da cultura popular, pois está subordinada aos interesses do mercado. Esta distinção refere-se à concepção de uma sociedade formada pelo moldes do capitalismo atrelados ao consumo dos produtos difundidos pela mídia, portanto, cultura *pop* significa, dentro deste contexto, uma cultura que se expressa pelo viés da indústria cultural, sem poder de reflexão crítica.

“visivelmente” falsas, porém coerentes na forma narrativa invertendo muitas vezes o papel da vítima, influenciando opiniões e sugerindo novos questionamentos – uma estratégia usada para desviar a atenção do problema.

Nesta vertente, os entrevistadores *pop* promovem uma suposta elucidação para o público sobre os problemas vividos pela sociedade e tentam com um “tom crítico” dar credibilidade ao seu universo cultural como forma de reconhecimento por sua postura esclarecedora como cidadão. Porém, tais considerações não passam de um “achismo” determinante na edificação de uma cultura contemporânea sem capacidade reflexiva para uma crítica real, como descrita anteriormente.

Contudo, a sociedade atual preserva esse “tom crítico” da mídia (e de seus propagadores) como prática facilitada pela não formulação de proposições próprias sobre o que já está sendo veiculado pela TV, Internet, rádio, jornais etc., ou seja, tudo aquilo que é despejado diariamente como produto da cultura e que deve ser “consumido” antes que “vença o prazo” de validade.

Portanto, não há a presunção da mídia em estabelecer uma interpretação coerente e sensata em um público espectador, já que forma opiniões, pois este público prontamente se habituou ao efêmero das notícias sensacionalistas de acordo com o sistema dominante, o qual não permite a formulação do pensamento singular na relação do indivíduo com o meio observado. Para COSTA (2002, p. 30):

Afirmar que a informação cede lugar à aparência significa expor o argumento de que a base do sensacionalismo é transformar o fato noticiado em algo que se justifica mais pela forma como é construído do que propriamente pelo uso social da mensagem. Isso não quer dizer excluir do jornalismo o papel mediador necessário para expor as contradições existentes na sociedade, quando ele faz denúncias e pressiona o poder público, mas expressar um dado relevante: a sensacionalização não conduz necessariamente ao esclarecimento do fato e sua superação, e sim a uma audiência massiva e ávida por espetáculos que coloquem na arena romana moderna a simulação, o jogo, as aberrações.

Verifica-se que a condução da recepção individual é a “administração” das possíveis interpretações e dos significados, por meio de um discurso tendencioso vulgar e pseudocrítico, que promove a corrupção dos sentidos em um público conformado com os padrões categóricos da cultura mercantil civilizada, já educada para apreciar os ditames do capital – também facilitada, sobretudo pelo contato com a expressão banalizada da massa com o culto ao entretenimento.

Nestas condições, o tempo da reflexão sobre o conceito de crítica não tem lugar no devaneio coletivo das informações velozes que promovem a ascensão do pensamento “elucidador” pós-moderno na era midiática. De acordo com RÜDIGER (2002, p. 20):

No jornalismo, a virada se dá com sua integração empresarial ao sistema da indústria cultural e à conversão do público leitor em consumidor de informação sobre atualidades. A formação da opinião passa da condição de processo vivido como idéia e ideologia por intermédio da imprensa à situação de consumo visando orientação prática ou funcional. Primeiro ele passa a procurar por notícias que possa empregar com finalidades argumentativas ou dramatúrgicas nas situações cotidianas, abandonando paulatinamente o plano da história. Depois, superpõe-se a isso a tendência a circunscrever esse pragmatismo, que não é novo de modo algum, ao plano da distração e das necessidades funcionais.

A crítica *pop* contemporânea veiculada pelos mecanismos de comunicação torna-se apenas uma forma discursiva aporética, cuja função é promover o entendimento das exposições com caráter de esclarecimento, mantendo a sociedade contemporânea, “bem informada”, porém de forma ilusória ou enganosa. Paradoxalmente, pretende-se com isso apontar justamente a constituição de uma sociedade ignorante, sem grande valor para o aprofundamento da crítica no fortalecimento do caráter individual e do intelecto autônomo: capaz de ter liberdade na reflexão e criação no exercício cotidiano.

Dentro deste contexto, a cultura *pop* no culto às informações proporciona legitimidade à interpretação dos acontecimentos narrados coerentemente (pela mídia) e neste ponto é importante ressaltar a crítica corriqueira como uma falsidade ideológica na não contestação do meio, diferentemente da crítica reveladora para o sujeito na compreensão dos sentidos que incitam a mudanças.

Dialogando com o mesmo raciocínio, a forma de manifestar essa situação de dominação dos meios simbólicos no mundo “administrado” evidencia-se na subjetividade condicionada pela indústria cultural que se apropria de certos valores comuns do imaginário coletivo oferecendo com isso supostamente um produto oportuno e “digno” para os seres humanos consumistas.

A intenção, porém dessa indústria é reverter tudo em lucros e definhando a capacidade crítica dos sujeitos propiciando uma passividade coletiva a não buscar por mudanças significativas relacionadas a uma nova forma de organização social e relacionamentos humanos. Para LÖWY e SAYRE (1995, p.249):

(...) Com efeito, os produtos da indústria cultural encontram seu poder de atração no fato de que se servem do sonho, fantasia e fantasma para criar uma carga emotiva. Nessa medida, devem necessariamente apoiar-se no desejo e imaginário humanos da maneira como eles se manifestam em determinado momento.

Se uma grande carência, uma frustração afetiva ligada a um sentimento de perda (isto é, a “síndrome” romântica) fazem parte da subjetividade moderna, então a indústria cultural tem a obrigação de evocá-las, encená-las, encontrar imagens e narrativas que as encarnem, até chegar ao ponto de “tomá-las por sua conta”, em um segundo tempo, no sentido de atenuar, neutralizar, domesticar, manipular os respectivos efeitos.

Isto especialmente afeta a composição ideológica (sistema de idéias) com a formação de pessoas acríticas ou, o que é pior, pseudocríticas que acreditam em seus discursos “revolucionários e conscientes” a partir da confiança em uma sociedade contemporânea “bem esclarecida” e bem informada pelos meios de comunicação de massa e bens de consumo tecnológico. No entanto, essa realidade

“cognitiva” formata a homogeneização do pensamento atual contrariando o propósito inicial de subversão com o exercício do pensamento crítico acerca da realidade mercantilista e injusta. Segundo COSTA (2002, p. 19):

A propósito, o que se postula é recolocar, permanentemente, que a formação decorre do campo da sensibilidade. Enquanto a indústria cultural conclama para a percepção acrítica da racionalidade instrumental, os processos educativos críticos supõem a sensibilidade para as diferenças, buscando tornar consciente o (in)consciente mutilado, como permanente luta contra a regressão do espírito.

Essa crença numa sociedade bem (in)formada manipula de maneira simplificada as mentes com a dominação do imaginário, dos sentidos e do conhecimento, liquidando necessariamente a reflexão pessoal na compreensão sobre os fatos veiculados e explorados pela cultura mercantilizada - algo que evidencia a virtualidade e efemeridade das relações humanas na fugacidade da memória afetiva, pela substituição dos acontecimentos mais recentes.

Por isso, essa “trama cultural” de acesso às informações, hoje, via mídia e tecnologia incita o homem a não se desdobrar em um autoconhecimento sobre seus desejos, sendo persuadido a não mais realizar através da imaginação e criação espontânea os seus sonhos, porque tudo é previamente (ou facilitadamente) estabelecido dentro desta “sociedade de consumo”, sobretudo com a imposição da publicidade. Para FREITAS (2003, p. 18):

O que essa atividade capitalista (**indústria cultural**) efetivamente quer é uma produção em série de bens culturais para satisfazer de forma ilusória necessidades geradas pela estrutura de trabalho e também para manter a carência por novos produtos. O que se estabelece é um grande sistema em que as pessoas são constantemente enganadas em relação àquilo de que necessitam. Os produtos fornecidos pelos meios de comunicação de massa passam a idéias de que as necessidades que eles satisfazem são legítimas, próprias dos seres humanos como seres livres, que podem exercer seu poder de escolha, quando, na verdade, todas as opções são sempre pensadas a partir de um princípio que torna todas as alternativas idênticas,

pois todas acabam sendo meramente mais uma oportunidade de exercer o poder de compra (grifo meu).

Notamos que a cultura “mídia” extirpa a possibilidade de contestação, pois tendo a “informação” na “constituição” do indivíduo o problema fica ainda mais camuflado devido o discurso democrático induzir a crença num crescimento e melhorias de uma vida repleta de ocupações, só que contrariamente encontra-se “vazia” de sentidos, de significados e de valores, uma vez que tudo se torna transitório na “era midiática”, inclusive o “conhecimento”.

Assim, a reificação do ser humano em decorrência do sistema capitalista aniquilou a integridade do homem limitando-o a uma “coisa”, a uma peça propagadora desse sistema, impedindo-o de se realizar como alguém pleno em suas particularidades, já que a indústria cultural define exatamente o pensamento, ou melhor, o não pensamento do indivíduo (globalmente) “administrado” enquanto parte de um sistema maior denominado “massa”, eliminando as possibilidades criativas do pensamento crítico.

Essa alienação ou falta de autonomia retrata a degradação do pensamento não mais direcionado à (auto)reflexão, o que significa que o ser humano não consegue desenvolver uma linguagem subjetiva capaz de repensar o mundo e a sua própria existência. Portanto, a formação do indivíduo, de maneira formal e informal, tornou-se efêmera, o que remete a um pensamento fragmentado não capaz de estabelecer conexões com o conhecimento na era da informação.

Observamos conseqüentemente que a educação também se insere neste aspecto determinante do mercado, pois se trata de um modo de reprodução do sistema através de um discurso político que “supostamente” garante a

democratização do ensino e formação do indivíduo por meio do fácil acesso às informações via tecnologia²⁵, sugerindo um “duvidoso” progresso intelectual.

Um grande problema engendrado sobre essa questão democrática do conhecimento está no fato de uma idéia “vulgar” fortalecer a crença em uma sociedade evoluída por intermédio da aquisição²⁶ do conhecimento. Não seria problema se isto realmente acontecesse, mas seguindo a lógica da cultura mercantilizada até mesmo o conhecimento tornou-se um bem de consumo, melhor dizendo, uma simplificada obtenção de diplomas e certificados – portanto, em concordância com a lógica do mercado que não tem como objetivo a qualidade, mas sempre a quantidade – a fim de se estar incluído (o indivíduo) no progresso considerado intelectual/material da sociedade tecnológica.

Desta maneira, tudo se resume a uma ação do mercado que “vende” seus produtos com ofertas inovadoras na forma de apropriação do conhecimento, pois, para o público em geral, os *slogans* publicitários evidenciam a modernização da educação com a digitalização das aulas e “práticas” escolares, bem como a autonomia do sujeito em escolher seu horário de estudo, “facilitando” o aprendizado.

O problema é que as mentes são ludibriadas em relação à legítima assimilação do conhecimento e, neste caso, a indústria cultural “ofusca” o pensamento reflexivo individual acarretando uma aceitação passiva social perante as facilidades do consumo.

²⁵ Aqui há uma questão levantada que suscita uma reflexão singular referente à multiplicação alarmante da **educação a distância** (mesmo em grandes centros urbanos que possuem condições de oferecer ensino “presencial” com qualidade), através de um discurso banal que se apóia no *slogan* “educação para todos”, principalmente para aquele que não tem tempo disponível para “estudar” – então cabe a pergunta: o que é educação senão um aprofundamento do “espírito” (parte imaterial do ser humano) na elucubração sobre o próprio conhecimento ou sobre o próprio pensar? – algo que requer tempo e concentração.

²⁶ Neste caso, o vocábulo “aquisição” pode ser compreendido de forma literal como “compra” e não como “obtenção, conquista ou alcance”.

Pensando na formação do sujeito, com o desenvolvimento da auto-reflexão constata-se que a idéia de crise (sobre a educação atual) é benéfica quando existe de fato uma consciência desta e, portanto, quando há uma tentativa em se aprofundar nos questionamentos capazes de elucidarem a situação real, sem ilusões, buscando o pensamento crítico como forma individual de se repensar o problema, sem livros de auto-ajuda ou receitas pedagógicas infalíveis – referindo-se ao indivíduo-educador. Mas, e quando não se percebe a verdadeira crise? Segundo LÖWY (1990, p.70):

Todavia, o objetivo da teoria não é de opor à sociedade existente um ideal, um “Sollen” abstrato, uma utopia qualquer, e sim descobrir e iluminar criticamente as contradições objetivas do ser social, as antinomias reais do universo social capitalista e as possibilidades objetivas de sua superação pela práxis revolucionária.

A possibilidade em se exercitar a crítica é manter-se ativo nas percepções e reflexões próprias, com o pensamento crítico de si mesmo, principalmente com a negação determinada na compreensão da realidade falsa que se mostra esclarecedora para o mundo atual:

Talvez uma das principais implicações filosófico-educacionais da teoria de Adorno refira-se à defesa intransigente de um modo de pensar, que não se entrega diante das facilidades de um raciocínio condicionado a permanecer na superfície do dado imediato. O frankfurtiano defende, pelo contrário, a manutenção de um pensamento que ensina a ler as entranhas de cada objeto analisado. O dado particular contém dentro de si não só suas idiossincrasias, mas também as relações sociais, materiais e históricas que foram responsáveis tanto pela essência, como pela aparência (PUCCI; RAMOS-DE-OLIVEIRA; ZUIN, 1999, p.109).

Destarte, em sua essência criticar é algo mais do que achar o que há de errado ou certo para as questões, já que pode transformar a realidade na medida em que descobre as potencialidades criativas e reflexivas do pensamento, elementos

importantes para a desalienação da consciência individual contemporânea, pois segundo ADORNO (1998, p. 11):

A cultura só é verdadeira quando implicitamente crítica, e o espírito que se esquece disso vinga-se de si mesmo nos críticos que ele próprio cria. A crítica é um elemento inalienável da cultura, repleta de contradições e, apesar de toda sua inverdade, ainda é tão verdadeira quanto não-verdadeira é a cultura. A crítica não é injusta quando destrói – esta ainda seria sua melhor qualidade -, mas quando, ao desobedecer, obedece.

Uma crítica séria como fundamento para análise sobre a sociedade capitalista possui em seu cerne o movimento contrário à massificação dos sentidos, dominados com a modernidade na era tecnológica, descobrindo verdadeiros problemas relacionados à infelicidade da micro-história (dos indivíduos) na contemporaneidade, fomentando transformações com o pensar filosófico. De acordo com PUCCI, RAMOS-DE-OLIVEIRA e ZUIN, (1999, p. 12): “Todo filósofo ao descortinar a realidade e a utopia constrói um conjunto de indicações coerentemente organizadas. Portanto, ao descortinar o mundo, cria um novo mundo (...).”

Assim, o desvelar da consciência com o pensamento singular refere-se à “verdade imanente” na construção do caráter individual; fundamental para dar legitimidade às descobertas do mundo interior, à subjetividade que reorganiza a vida através das simples reflexões a partir das experiências únicas vividas em sociedade.

Com isso, a alteração do significado original da palavra crítica como forma de desalienação intelectual concernente a uma apreciação ou especulação particular teórica sobre determinado assunto ou fato, refere-se à manipulação cultural por meio da indústria da mentira, da camuflagem, das experiências virtuais tidas como reais, da domesticação dos sentidos etc., contribuindo para uma passividade “reflexiva”.

8. Educação: o pensamento crítico como resgate do “ser romântico”

Com os estudos e textos propostos, a grande questão a ser considerada é o poder do pensamento crítico como forma de desalienação do indivíduo, que com suas potencialidades despertadas no processo de auto-reflexão pode se descobrir criativo assinalando a possibilidade de sua emancipação (a partir da autoformação).

Esta idéia tem afinidade com a consciência crítica e reflexiva dos românticos, numa alusão ao autoconhecimento do indivíduo sobre si, que encontrou meios para expressar sua subjetividade como forma independente de raciocinar sobre o meio político, econômico, social e cultural. Assim, com o exercício da reflexão o pensamento autônomo fez uso das faculdades intelectuais na formulação de uma linguagem coerente a fim de expressar uma crítica pessoal. Segundo ADORNO (1993, p.29):

Goethe, que tinha plena consciência da iminente impossibilidade de toda relação humana no interior da sociedade industrial nascente, tentou, nas novelas dos *Wanderjahre*, apresentar o tacto²⁷ como o expediente salvador entre os seres humanos alienados. Esta saída pareceu-lhe coincidir com a resignação, com a renúncia à plena intimidade, à paixão e à felicidade ininterrupta. Para ele o humano consistia numa autolimitação, que assumia por conta própria, conjurando-o, o curso inevitável da história, a desumanidade do progresso, o atrofiamento do sujeito. Mas o que sucedeu desde então faz com que essa renúncia goethiana apareça como uma autêntica realização. Tacto e humanidade - para ele a mesma coisa - percorreram, entrementes, precisamente o caminho do qual, em sua opinião, deveriam nos preservar.

Podemos entender que a expressão anticapitalista do pensamento refere-se ao desdobrar da subjetividade romântica no exercício da auto-reflexão, caracterizando o sujeito criativo liberto das amarras que impedem seu raciocínio

²⁷ Tacto: “percepção aguda do que é conveniente dizer ou fazer em uma situação difícil ou delicada, sem melindrar os sentimentos dos outros; delicadeza, discrição” – sentido usado no contexto da citação (Michaelis – Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, 1998, p. 2025).

próprio a conjecturar uma crítica permanente sobre a realidade concreta, ou seja, sobre a cultura mercantilizada do sistema capitalista de vida.

O exercício do pensamento crítico estimula o sujeito a desenvolver sua autoformação com a composição de suas idéias implicando num “desvelar” do mundo interior. Trata-se da autoconsciência adquirida pelo indivíduo com a liberdade do pensamento criativo, responsável este pela assimilação do conhecimento do “objeto” pensado, por interferência da reflexão - que primeiramente é sugestionada pelo “indivíduo pensante”.

Deste modo, a apropriação do conhecimento depende muito do jeito como concebemos a interpretação ou percepção sobre as coisas, especialmente através de uma peculiar reflexão acerca da formulação dos questionamentos. Para tanto, fazemos uso da subjetividade a fim de objetivar as elucubrações originadas:

Segundo Kant, nada do que podemos conhecer diz respeito às coisas como elas são em si mesmas, pois tudo o que nós percebemos depende de nossas faculdades subjetivas, sejam elas a nossa sensibilidade, nossa imaginação, nosso entendimento ou nossa razão prática, de modo que todo vínculo que temos com o mundo somente nos dá fenômenos, relativos ao modo como ele aparece para nós (FREITAS, 2003, p. 43-44).

Conclui-se que na formação e composição das idéias é imperativo desenvolver o potencial crítico-reflexivo como “sinônimo” de consciência perceptiva. É válido ressaltar que a percepção própria da natureza interna do homem favorece a expressão da subjetividade na interpretação dos fatos ocorridos dentro da cultura (mercantil), já que esta é responsável pela (de)formação do sujeito nas ações em sociedade impondo condutas, aparências, modos de pensar etc. Deste modo, a originalidade do pensamento criativo enriquece a própria experiência auto-reflexiva diante do contato com o meio externo observado.

Neste processo, com o despertar do atributo de criação os indivíduos conscientes tendem a se tornar produtivos, referente à atividade do pensamento: livre e coerente na formulação de hipóteses e questionamentos cognitivos. Para exercer esta “agilidade mental”, numa alusão à educação ou formação do indivíduo, há a necessidade de se desenvolver a concentração que é procedente do autoconhecimento do sujeito sobre si e sobre o objeto ou assunto a ser estudado. De acordo com ADORNO (1995, p. 18-19):

O pensar, enquanto ato subjetivo, deve primeiro entregar-se verdadeiramente à coisa, onde, como ensinaram Kant e os idealistas, constitui ou inclusive produz a coisa. Dela depende o pensamento mesmo ali onde o conceito de uma coisa lhe é problemático e onde o pensar se propõe primeiro fundá-lo ele mesmo (...).

O momento ativo do comportamento pensante é a concentração. Ele se opõe ao desvio em relação à coisa. Através da concentração, a tensão do Eu é mediada por algo que se lhe contrapõe. Hostil ao pensar é a avidez, própria do olhar que se distrai através da janela, querendo abarcar tudo (...) A concentração do pensamento confere ao pensar produtivo uma propriedade que o clichê lhe nega. Ele se deixa comandar, nisso não deixando de assemelhar-se à assim chamada inspiração artística, na medida em que nada o distrai da coisa. Ela se abre à paciência, virtude do pensamento.

Pretende-se argumentar com isso que há no ser humano uma capacidade criativa adequada a proporcionar meios inventivos para que o pensamento crítico particular não seja escamoteado pelo sistema mercantilista (por princípio). Destarte, que o pensamento crítico seja responsável pelo crescimento individual como determinação da própria subjetividade (não contaminada pela ilusão do progresso financeiro e material), contribuindo para o aprimoramento cognitivo no desenvolvimento intelectual do indivíduo, implicando em sua emancipação.

Na atualidade, para se chegar à questão da emancipação do indivíduo é preciso introduzir a idéia de que, segundo Adorno “educação é o mesmo que emancipação” (PUCCI; RAMOS-DE-OLIVEIRA; ZUIN, 1999, p.117). Compreender,

então, o significado de emancipação refere-se à concepção de uma “educação com qualidade”, relativa ao desenvolvimento dos atributos e habilidades do sujeito no diálogo com a sociedade, propiciando sua autonomia diante do processo de assimilação do conhecimento. Isto se refere a uma forma própria de produção e recepção dos sentidos e significados discursivos (de maneira coerente) fazendo menção ao pensamento crítico como forma de resgate da linguagem subjetiva no exercício da singularidade intelectual.

Estudos adequados a incitarem uma reflexão densa sobre as relações de poder dentro da nossa sociedade e da educação como uma forma de reprodução do sistema são imprescindíveis na busca da valorização do “ser romântico” como oposição à racionalidade “administrada” do pensamento coletivo, a qual implica na estandardização do “discurso social” propagado pela cultura (*pop*) mercantilizada.

Portanto, através de uma comparação simbólica, neste estudo o “indivíduo pensante” corresponde à idéia do “ser romântico”, através do reconhecimento da crítica anticapitalista perante a sociedade administrada (enquanto alienação de conceitos, relações e descobertas importantes para o crescimento espiritual), promovendo a devida apropriação de suas faculdades criativas na forma de expressão e reflexão de seu pensamento, inferindo sobre sua possível autoformação.

Isso se caracteriza, principalmente pela não aceitação das informações coletivas de acesso à cultura e aos bens de consumo como verdade, ou realidade, imposta de forma incondicional (principalmente pelo pensamento não reflexivo). De acordo com PUCCI, RAMOS-DE-OLIVEIRA e ZUIN (1999, p. 115-116):

(...) Adorno prefere argumentar que, se não podemos aduzir quais são as características da sociedade “perfeita”, podemos trabalhar na direção de identificação da barbárie atual, com o objetivo de poder transformá-la.

Somente uma sociedade mais justa poderá propiciar condições para a propagação de um pensamento verdadeiro.

Se as ciências conseguirem manter evidente essa tensão existencial que determina as relações entre sujeito e objeto, entre o desejo e as leis gerais, entre a sociedade e as naturezas interna e externa, conseqüentemente o pensamento assume a sua principal função, defendida por Adorno, e que poderia ser identificada como sua grande contribuição ao debate filosófico-educacional: a função de resistência ao *status quo* vigente. Porque, apenas resistindo, não cedendo perante esse sistema coercitivo de fato, ou melhor ainda, permanecendo no meio de tudo isso é que se exprime de maneira negativa uma “promessa de felicidade.”

Neste mote analisado, a recusa ou negação determinada das facilidades propostas pela indústria da cultura promove um sentimento de desapego por parte daqueles indivíduos conscientes que recusam “compactuar com o sistema” (RÜDIGER, 2002) – verificando-se a semelhança na atitude tomada pelos românticos do século XVIII.

Para isso, o uso do pensamento dialético fortalece o caráter da linguagem como atributo eficaz de mudanças na concretização de uma formação social adequada ao crescimento individual: cultivando seres independentes na maneira de pensar perante o “dado imediato” com a crítica reflexiva orientando as relações no *ethos* contemporâneo. De acordo com DUARTE (2002, p. 33) sobre a “Dialética do Esclarecimento”:

Horkheimer e Adorno não consideram a situação da humanidade como um caso perdido. Eles se referem à possibilidade de “rememoração da natureza no sujeito” como um caminho para, pelo menos, se iniciar o processo de reversão do esclarecimento unilateral, com o objetivo de torná-lo “dialético”, consciente de sua relação com aquilo que ele não é (o afeto e a emoção, por exemplo).

Sob esse aspecto, nossos autores fazem uma profissão de fé no pensamento dialético. Bem entendido, não à dialética supostamente materialista que se degenerou em religião de Estado no socialismo “real” à moda soviética, mas ao resgate da reflexividade do pensamento, sem perder de vista os conteúdos que a realidade, mediatizada pela ciência social crítica, poderia fornecer (ainda no espírito com que Horkheimer iniciou seu período à frente do Instituto para a Pesquisa Social). A potencialidade da dialética como um antídoto à ideologia dominante surge em toda sua força no trecho que se segue: “A dialética revela, antes, toda imagem como escrita. Ela ensina a ler dos traços da primeira a confissão de sua falsidade, a qual tira dela o seu poder e adequa-a à verdade. Com isso a linguagem torna-se mais do que um mero sistema de signos”.

A analogia feita com o Romantismo comprova a importância histórica do pensar auto-reflexivo, da liberdade da consciência crítica e da “intuição intelectual, identificada à consciência de si” como singularidade do indivíduo (NUNES, 1978), numa menção tanto ao “mundo das idéias” (com o “pensar do pensar... criativo” – individualizando a evolução do pensamento), como ao modo do sujeito se relacionar com o meio social propondo um diálogo consciente diante da dominação cultural, configurando-se como um tipo de práxis.

O problema apontado, durante este estudo, é que com o advento do capitalismo a grande “massa” dos seres humanos, reificados em decorrência do cotidiano repetitivo e quantificador, teve a subjetividade submetida a um condicionamento moral através da dependência objetiva criada nos indivíduos. Este condicionamento refere-se à prática diária na produção e comercialização dos produtos e bens de consumo, “viciando” necessariamente o pensamento autônomo a não desenvolver a reflexão tanto pelo esgotamento físico quanto pela “neutralização do raciocínio mental” do próprio trabalho. Para LÖWY (1990, p. 73):

Pela primeira vez na história, todas as dimensões da vida social são submetidas (ou pelo menos tendem a sê-lo) a um processo econômico unitário, ou seja, às “leis naturais” da produção de mercadorias. O problema da relação mercantil reificada não é, portanto, uma questão particular da ciência econômica, porém, “o problema central, estrutural, da sociedade capitalista em todas as suas manifestações vitais”, “o protótipo de todas as formas de objetividade e de todas as formas correspondentes de subjetividade na sociedade burguesa”.

Na esfera do processo de produção e reprodução material, a expressão mais acabada da reificação é a transformação do próprio homem, do trabalhador, em coisa, em mercadoria que se vende e em apêndice da máquina: “Ele é incorporado como parte mecanizada num sistema mecânico que encontra em sua frente, acabado e funcionando numa total independência em relação a ele, às leis do qual ele deve se submeter”. As propriedades qualitativas, humanas e individuais dos trabalhadores são eliminadas em benefício do aspecto puramente quantitativo do tempo de trabalho, abstrato e racionalmente calculável, minuciosamente parcelado, objetivado e destacado do conjunto da personalidade do trabalhador (sistema Taylor)²⁸.

²⁸ Fonte das citações usada na explanação de Löwy: Lukács, “Histoire et Conscience de Classe” (HCC), pp. 109, 112, 115-119.

Verifica-se que a crítica anticapitalista anuncia uma inconformidade com os males da consciência não reflexiva e instauração de um espírito prático e calculador na quantificação da vida. De acordo com as idéias românticas isto representava (e ainda representa) uma atitude ou uma reação utópica daqueles que não conseguiam obter satisfação com a velocidade das máquinas, com a amortização das emoções, com a administração do pensamento, dos sonhos e do tempo de vida – é uma apreciação em relação à “mecanização, quantificação e desumanização” no processo de modernização das sociedades civilizadas - como já apontado em outros textos.

Numa crítica atual, podemos perceber que a alienação do indivíduo é fortalecida pela nocividade da falta do tempo ocioso para se perceber e elucubrar sobre a domesticação dos sentidos, conformados com uma realidade ordinária na construção de vida material dentro da cultura mercantilizada. Isto se evidencia através do impulso constante da “competição” entre os indivíduos do sistema capitalista com um acirrado desenvolvimento da característica individualista no ser humano.

Este atributo pejorativo configura-se de maneira contrária à harmonia, bem estar e crescimento pessoal referente ao exercício do cotidiano, pois a impessoalidade determina a forma de relacionamento no *ethos*. Assim, torna-se um despropósito acreditar em uma sociedade democrática esclarecida, livre e “justa”, como se supõe a crença no progresso racional tecnológico. Para tanto, numa reflexão dialética em oposição à prática:

Faz-se necessária a retomada de contato consigo mesmo, pela mediação do trabalho, objetivando-se não só o autoconhecimento de si, como também o reconhecimento do outro. A concretização das aspirações pessoais

depende do trabalho em conjunto entre o sujeito e seus semelhantes. A satisfação da autoconsciência só é alcançada mediante o contato com outras autoconsciências (PUCCI; RAMOS-DE-OLIVEIRA; ZUIN, 1999, p. 110).

O tópico questionado é que as pessoas se acostumam com a opressão e manipulação cultural pela facilidade em se relacionar com o meio, não exercitando a crítica dialética como forma criativa do pensamento questionar-se. Assim, preferem não se atentarem para o domínio nocivo dos conteúdos sedimentados como expressão da cultura. De acordo com FREITAS (2003, p. 19-20):

O prazer da experiência que a indústria cultural proporciona a seus consumidores é o de que o mundo continue como ele é. Ela *vende* constantemente a imagem estereotipada do que é bom, mal, traiçoeiro, feminino, masculino etc. Fica-se acostumado a somente entender o que já se encaixa no modelo previamente estabelecido nesses estereótipos. É preciso facilitar a assimilação da mensagem pelas pessoas (...). Por causa disso, Adorno diz que a indústria cultural recalca, reprime a imaginação, fazendo as pessoas terem satisfação de anular sua capacidade criativa, que sempre envolve o prazer pelo esforço, pela atividade mental.

A inversão dessa condição, no entanto, está justamente nas mãos do próprio sujeito que ao se manter deliberadamente “ativo” em seu pensamento reflexivo tem condições de se posicionar de maneira peculiar (ou distinta) perante os modos de conduta da sociedade “administrada”, a qual se submete aos desígnios da indústria cultural acreditando ter “deleite” diante dessa situação, pois segundo RÜDIGER (2002, p. 185):

O consumo de bens culturais depende da vontade em se deixar enganar e não de uma submissão mecânica, mas por isso mesmo eles carecem de total legitimidade. Os indivíduos manifestam-se com ambivalência perante as práticas da indústria cultural: se de um lado as têm sob suspeita, por outro as demandam. A estrutura econômica e social está ordenada de maneira que estimula o “desejo de ser manipulado passivamente” mas ao mesmo tempo ninguém quer “reconhecer que é totalmente dependente e se deseja preservar [pelo menos] a ilusão de possuir iniciativa privada e liberdade de escolha”.

Adquirir consciência, com o esforço da reflexão, perante a “administração” coletiva dos valores sociais faz menção ao “indivíduo pensante” na destreza em conduzir suas escolhas feitas dentro da sociedade de consumo atual como, por exemplo, aceitar passivamente o comando determinante de suas experiências na indústria cultural ou conseguir realizar algo singular e próprio na contramão da ideologia capitalista?

Neste ponto verifica-se a afinidade com as idéias românticas na formação do indivíduo, sugerindo a atualidade do movimento, pois através do pensamento crítico há a possibilidade de ocorrer a desalienação do sujeito no resgate à natureza sensível (humana, afetiva) e criativa, no diálogo com a cultura mercantilizada.

Portanto, é importante relacionar a essência do Romantismo - enquanto um movimento de ruptura ideológica com as questões de progresso puramente calculador - a atributos intrínsecos aos seres humanos como forma de resgate da consciência perceptiva e do pensamento auto-reflexivo do sujeito reificado. Assim a liberdade da imaginação na exploração de seu inconsciente (sua interioridade) “norteia o caminho” apropriado para a expressão da subjetividade.

Neste sentido, a “interpretação” peculiar do pensamento reflexivo decorre de um encontro entre a essência do indivíduo e o mundo “invisível” das idéias explicadas pela linguagem racional, ou seja, através da comunicação subjetiva e objetiva no exercício de reconhecimento do mundo, incidindo num aprimoramento cognitivo e desenvolvimento intelectual/espiritual do sujeito referente à sua educação/formação, respectivamente.

A fantástica descoberta do mundo interior com a autoconsciência dos românticos coincide com o pensamento dialético frankfurtiano na percepção e expressão da crítica aos problemas atuais surgidos com a modernidade industrial.

Por isso, a Teoria Crítica, numa “re-significação” das idéias românticas, incita o pensamento a pensar sobre si mesmo num movimento ininterrupto que culmina na descoberta de valores adormecidos em função da práxis corrosiva capitalista.

Essa forma de pensar pode provocar alterações na maneira de se relacionar com o sistema por parte do indivíduo criativo e consciente na proposta de uma crítica esclarecedora da atualidade. Para tanto a precisão das referências bibliográficas (e teóricas) do Romantismo e da Teoria Crítica da Sociedade serve de base para compreensão atual da *falsidade ideológica* da democracia e do advento de o capitalismo proporcionar mobilidade social e “educação para todos”, com a tecnologia intermediando o acesso ao conhecimento – assunto cogitado no texto anterior.

Essas leituras (ou estudos) provocam uma “revelação irônica” perante a crença no progresso racionalista formar uma sociedade, hoje, considerada evoluída, próspera, esclarecida, conscienciosa e com pessoas “ativas”; com poder de decisão sobre a vida pessoal e social minando o poder crítico de contestação no “mundo administrado”, contrariando, portanto, à liberdade de ação e de pensamento. Para FREITAS (2003, p.16):

No trabalho capitalista, o que vale é, mais propriamente, a força de trabalho genérica, medida apenas pelo tempo gasto na fábrica, no escritório, no banco, e que abstrai das características pessoais de cada indivíduo, fazendo com que virtualmente todos possam ser substituídos por qualquer outro, desde que exerça a mesma função. Esse vasto sistema acabou resultando, então, no controle total dos movimentos sociais e individuais em seu interior (...) configurando aquilo que Adorno chamou de *mundo administrado*.

Verifica-se, porém que existe na atualidade uma distinção em relação à origem do movimento romântico, já que havia uma “ebulição” de mentes pensantes (já mencionado em outro texto) caracterizando a “visão de mundo como estrutura

mental coletiva” que com o exercício da reflexão possibilitou a expressão de uma crítica consciente.

A questão é a inversão desse movimento, pois há a necessidade de o pensamento crítico, principalmente formulado pelo viés da filosofia frankfurtiana, favorecer ou fortalecer a conscientização e ponderação dos indivíduos sobre a “administração dos sentidos” e a determinação do capital dentro da cultura mercantilizada, com o intuito de oportunizar o “florescimento” da essência do “indivíduo pensante” – ou seja, propiciar a expressão da crítica anticapitalista (romântica) no diálogo com a cultura atual.

O desígnio, portanto, é estimular o pensamento crítico com as reflexões surgidas com o Romantismo filosófico e a filosofia da Teoria Crítica, propondo uma análise consciente sobre a sociedade manipulada pela mídia e razão tecnológica, referindo-se à indústria cultural que “educa” para o consumo, para a padronização do gosto, para uma sociedade (injusta) administrada com estratégias de aniquilação da consciência reflexiva.

Com o uso da criatividade e o exercício de autoconhecimento há meios para que ações produtivas originadas com o pensamento contrariem a crença na impossibilidade de mudanças concretas por parte do ser humano, diante do ambiente social e cultural, contrapondo-se à passividade da grande “massa” - que vive num meio corrupto, sensacionalista e calculista que visa “lucros” acima de tudo.

Além do mais, acredita-se que com a reflexão peculiar subjetiva há condições de os indivíduos posicionarem-se de maneira adversa aos conceitos pré-estabelecidos pelo sistema capitalista, que se apropria dos valores qualitativos transformando-os em meros “objetos” de comercialização e, por conseguinte, de consumo. Como exemplo, o próprio Romantismo hoje se tornou vítima dessa

situação referente à liquidação de sua força revolucionária como consciência crítica, através da assimilação de suas características pela indústria cultural. Segundo LÖWY e SAYRE (1995, p. 250):

Muitas vezes, a indústria cultural se apropria de alguns clichês românticos – a vida idílica das zonas rurais, o amor que se revela mais forte do que as barreiras do dinheiro ou de classe, o indivíduo incorruptível que não se deixa comprar – para integrá-los de maneira superficial em um conjunto fundamentalmente apologético e submetido aos valores dominantes. Nesse, caso os elementos românticos são neutralizados ou desfigurados pela eliminação de seu componente crítico, desviados em proveito de uma cultura essencialmente mercantilista.

Também podemos observar semelhança na formação dos educadores dentro da mesma perspectiva de “neutralização” pelo poder, pois implica diretamente numa aquisição de valores oriundos do senso comum, que determinam as atitudes perante as condições materiais na propagação do conhecimento. A crença na liberdade de escolha e emancipação dos sujeitos não condiz com a idéia de uma sociedade cada vez mais injusta, que não se atenta para o discurso absolutista da indústria cultural.

A irracionalidade é evidenciada na práxis contemporânea, já que induz à repetição de um sistema que corrompe as ideologias e o pensamento particular, dificultando o encontro do indivíduo consigo mesmo. Contrariamente, pensar no resgate do sujeito criativo é pensar na emancipação do ser humano, através da descoberta do pensamento revelador com o exercício da auto-reflexão crítica.

Portanto, o pensamento crítico frankfurtiano “faz objeção ao processo educacional que visa à formação de pessoas bem ajustadas, ou seja, conformadas ao *status quo* atual” (PUCCI; RAMOS-DE-OLIVEIRA; ZUIN, 1999, p.119), o que demonstra a falta de iniciativa para se pensar ou propor novas questões na resolução de problemas acerca da realidade determinada pela indústria cultural, pois

(...) atualmente, o exercício da reflexão crítica encontra-se cada vez mais impossibilitado de ser concretizado, uma vez que as maiores recompensas são entregues para aqueles que melhor se 'adaptarem' – leia-se integrarem – ao sistema, nas suas mais variadas instâncias, inclusive na própria escola (ZUIN, 1994, p. 167-168).

O homem, tornando-se um ser emancipado (consciente e reflexivo) tem suas habilidades desenvolvidas com o ato da criação (criatividade), caracterizando sua liberdade dentro da cultura mercantilizada, ou seja, perante a realidade concreta. Desta forma, com o exercício da reflexão a educação atual pode ser praticada com propriedade e em concordância com as exigências da liberdade criativa no desenvolvimento de uma postura crítica.

O encontro com o discurso ético (pessoal) verdadeiro, motivador de realizações é condizente com as possibilidades infinitas de concepções que edificam a realidade, pois primeiramente o educador é um ser humano em busca de (auto)conhecimento capaz de orientar suas escolhas e posturas, diante das calamidades reais que envolvem a compreensão do mundo:

Numa época em que a sociedade se espraia qual um imenso e sufocante sistema administrativo, com mil recursos tecnologicamente avançados, como preservar os traços capazes de abrir novos caminhos ao homem? É aí que os filósofos entram. No apontar de novos caminhos, no revelar de novas realidades, na luta e no combate.
 (...) Para os educadores, o conjunto das pesquisas e reflexões críticas do filósofo frankfurtiano **[Theodor W. Adorno]** adquirem a maior relevância. Suas contribuições podem e devem ser inseridas nas coordenadas do nosso espaço e do nosso tempo. Essa inserção quando intencionada a atingir as novas gerações deve ser realizada na teoria educacional e nos pontos pedagógicos do sistema educacional (grifo meu) – (PUCCI; RAMOS-DE-OLIVEIRA; ZUIN, 1999, p.13).

A filosofia hoje se refere à elevação do pensamento com intento em se contrariar as ações sistemáticas na semiformação, sendo esta a “face subjetiva da indústria cultural” (id. Ibid, p.13). A consciência crítica, num movimento dialético, surge com o pensar reflexivo, com o tempo permitido para que se fortaleça a

subjetividade contra a dissimulação dos problemas vividos na época presente (consistindo no maior deles, o amortecimento da reflexão singular) favorecendo, assim a autonomia do indivíduo em seu percurso.

O poder da indústria cultural comanda as vidas e a subjetividade de todos que, desorientados, não conseguem descobrir uma forma própria de existência, bem como a possibilidade de transformação de si mesmo e do meio. Por isso é importante ter sempre o exercício da crítica como forma de percepção sobre todas as relações estabelecidas com a cultura capitalista tecnológica, incluindo a educação, principalmente através da formação e desenvolvimento das capacidades construtivas do ser humano (como “ser romântico”), oportunizando o pensamento a descobrir-se como fonte inesgotável de criação.

O diálogo, portanto, entre o Romantismo, a Teoria Crítica e a educação, a fim de se questionar os valores da sociedade contemporânea e as condições do pensamento não reflexivo, assinala uma competência cognitiva no desenvolvimento das potencialidades (peculiares) do indivíduo com o pensamento criativo – aquele que provoca a intelectualidade a perceber a autonomia do raciocínio singular no processo de assimilação do conhecimento.

A criatividade, dentro das perspectivas mostradas, refere-se a uma forma nova de conduta ou a um “novo meio para se alcançar um fim”, demonstrando uma atitude inventiva, sagaz e produtiva em relação à evolução e aprendizado de cada ser humano (autoformação), principalmente no que se refere ao diálogo com a sociedade. Contudo, é importante ressaltar que isto não se refere ao sistema social que incita o uso da criatividade para a competição de mercado, o qual é responsável

por esgotar as forças do sujeito durante o período de vida considerado útil para o trabalho²⁹.

Este desenvolvimento individual também não se restringe a questões artísticas (igualmente ao conceito de “Romantismo” estudado neste trabalho), uma vez que faz alusão aos avanços e uso das potencialidades próprias do sujeito no exercício cotidiano; em outras palavras, trata-se da ação distinta do sujeito na criação da “própria realidade”, referindo-se à existência pessoal (particular) – possível com a descoberta autoconsciente das aptidões do “ser romântico” (indivíduo pensante) repercutindo em ações apropriadas nas relações em sociedade. Segundo NUNES (1978, p. 58) referindo-se à expressão filosófica romântica:

A vida interior, espiritual, livre e profunda, a que levam a capacidade expansiva e o poder irradiante do Eu, concretiza-se em tudo aquilo que o indivíduo tem de singular e característico, e por tudo quanto nele, dos sentimentos aos pensamentos, é capaz de, sob a tônica do entusiasmo, manifestar espontaneamente, aflorando ao exterior, pela riqueza superabundante de conteúdos que possuem força própria, a súpula dos elementos pessoais e intransferíveis que constituem o índice da originalidade.

Portanto, com o exercício do pensamento filosófico, crítico e dialético, há a possibilidade de o indivíduo desenvolver seu potencial interpretativo, já que este exercício ensina a ler as “entrelinhas” (ofertadas de maneira um tanto quanto simplificada) dos discursos categóricos da indústria cultural.

Uma vez que as informações na sociedade administrada são propagadas de modo banal, distinto do pensar filosófico que necessita de concentração e vontade

²⁹ Situação que de fato acontece, em que a exploração da atividade criativa encontra lugar dentro do mercado capitalista, que postula regras e “direciona a criação” de maneira a conceber a estética dentro das necessidades competitivas do momento – com os avanços tecnológicos, publicidade, especulação financeira etc.; enfim variadas formas de se incitar o uso da criatividade com fins lucrativos descaracterizando, sobretudo, a liberdade de criação.

determinada para a elucubração do próprio conhecimento, fica evidente a necessidade em se combater a propagação de um ensino que se limita à efemeridade dos fatos, sem reflexão histórica respectiva ao próprio presente com a “dominação dos sentidos” pela cultura mercantilizada.

9. Referências bibliográficas:

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento – fragmentos filosóficos*. Trad. Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. *Mínima Moralía: reflexões sobre a vida danificada*. Trad. Luiz Bicca. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____. “Observações sobre o pensamento filosófico”. In: ADORNO, Theodor W. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Tradução de Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 15-25.

_____. “Tempo Livre”. In: ADORNO, Theodor W. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Tradução de Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 70-82.

_____. “Educação após Auschwitz”. In: ADORNO, Theodor W. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Tradução de Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 104-123.

_____. “Crítica cultural e sociedade”. In: ADORNO, Theodor W. *Prismas*. Trad. Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 1998. p.7-26.

_____. “O ensaio como forma”. In: ADORNO, Theodor W. *Notas de Literatura I*. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2003. p.15-45.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Trad. Mário da Gama Cury. 3ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1992.

_____. *Política*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *O conceito de crítica de arte no Romantismo Alemão*. Trad. Márcio Seligmann-Silva. 3ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2002.

BORNHEIM, Gerd. "Filosofia do Romantismo". In: GUINSBURG, J. (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 75-111.

COSTA, B.C.G. da, LASTORIA, L.A.C.N. e PUCCI, B. *Teoria Crítica, Ética e Educação*. Piracicaba/Campinas: Editora da UNIMEP/Autores Associados, 2001.

_____. *Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos*. Campinas/Piracicaba: Autores Associados, Editora UNIMEP, 2002.

CROCHIK, José Leon. *O computador no ensino e a limitação da consciência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

DUARTE, Rodrigo. *Adorno/Horkheimer & A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. (Filosofia passo-a-passo).

DUPAS, Gilberto. *Ética e Poder na Sociedade da Informação*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

FABIANO, L. H. "Bufonices Culturais e Degradação Ética: Adorno na Contramão da Alegria". In: RAMOS-DE-OLIVEIRA, N.; PUCCI, B.; ZUIN, A. A. S. (orgs.). *Teoria Crítica, Estética e Educação*. Campinas/Piracicaba: Autores Associados, Editora UNIMEP, 2001. p.135 -146.

FELMAN, Shoshana, "Educação e crise ou as vicissitudes do ensino". In: NESTROVS-KI, Arthur et alii (orgs.). *Catástrofe e Representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000, p.13-72.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FISCHER, Ernest. "O romantismo". In: FISCHER, Ernest. *A necessidade da arte*. Trad. Leandro Konder. 9ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p.71-72.

FREITAS, Verlaïne. *Adorno – A arte contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. (Passo-a-passo; 17).

GUINSBURG, J. "Romantismo, Historicismo e História". In: GUINSBURG, J. (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p.13-21.

_____. (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

HAUSER, Arnold. "O Romantismo Alemão e o do Ocidente". In: HAUSER, Arnold. *História Social da Literatura e da Arte*. 2ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1972. Tomo II, p.817-877.

JIMENEZ, Marc. *Para ler Adorno*. Trad. Roberto Ventura. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

KURZ, Robert. "A comercialização da alma". In: KURZ, Robert. *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora: Editora da UFJF/Pazulin, 2004. p.249-257.

LASTORIA, L. A. C. N. *Aristóteles 3: Estrutura teleológica da atividade humana: práxis e techné*. UNIMEP. Piracicaba. (Não Publicado). 2005.

_____. *Aristóteles 4: Phrônesis, mesótes e hybris*. UNIMEP. Piracicaba. (Não Publicado). 2005.

LÖWY, Michel. *Romantismo e Messianismo*. Trad. Myrian Veras Baptista e Magdalena Pizante Baptista. São Paulo: Perspectiva: Ed. da Universidade de São Paulo, 1990. (Coleção debates; v. 234).

_____; SAYRE, Robert. *Revolta e Melancolia – O romantismo na contramão da modernidade*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1995.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MOLES, Abraham. *O Kitsch*. Trad. Sergio Miceli. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MORAIS, Frederico. *Arte é o que Eu e Você chamamos Arte - 801 definições sobre arte e o sistema da arte*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

MUMFORD, Lewis. *Arte e Técnica*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, s/d.

NUNES, Benedito. "A Visão Romântica". In: GUINSBURG, J. (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p.51-74.

PUCCI, Bruno (org.). *Teoria crítica e educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt*, 2ª ed., Petrópolis: Vozes; São Carlos: EDUFISCAR, 1994.

_____; RAMOS-DE-OLIVEIRA, N.; ZUIN, A. A. S. *Adorno: O Poder Educativo do Pensamento Crítico*. Petrópolis: Vozes, 1999.

QUEIRÓS, Eça de. *A cidade e as serras*. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

RAMOS-DE-OLIVEIRA, N. "Educação: pensamento e sensibilidade". In: RAMOS-DE-OLIVEIRA, N.; ZUIN, A. A. S.; PUCCI, B. (orgs.). *Teoria Crítica, Estética e Educação*. Campinas/Piracicaba: Autores Associados, Editora UNIMEP, 2001. p.43-59.

_____; ZUIN, A. A. S.; PUCCI, B. (orgs.). *Teoria Crítica, Estética e Educação*. Campinas/Piracicaba: Autores Associados, Editora UNIMEP, 2001.

RÜDIGER, Francisco. *Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade - Fundamentos da Crítica à Indústria Cultural em Adorno*. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção Comunicação; 19).

STEINER, Rudolf. *Arte e Estética segundo GOETHE - Goethe como inaugurador de uma estética nova*. Trad. Marcelo da Veiga Greuel. São Paulo: Antroposófica, 1994.

TÜRCKE, C. "Sociedade da sensação: a estetização da luta pela existência". In: ZUIN, A.A.S., PUCCI, B., RAMOS-DE-OLIVEIRA, N. (orgs.). *Ensaios Frankfurtianos*. São Paulo: Cortez, 2004. p.61-73.

VANNUCCHI, Camilo. A sociedade do exagero. *Revista Isto É*. São Paulo: Editora Três, nº. 1819, agosto /2004.

WILDE, Oscar. *O Retrato de Dorian Gray*. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

ZUIN, A. A. S. "Seduções e Simulacros – Considerações sobre a Indústria Cultural e os Paradigmas da Resistência e da Reprodução em Educação". In: PUCCI, B. (org.).

Teoria crítica e educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt, 2ª ed., Petrópolis: Vozes; São Carlos: EDUFISCAR, 1994. p.151-176.